

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

**O PASSADO SEMPRE PRESENTE: AS CONCEPÇÕES DE FORMAÇÃO
NA HISTÓRIA DA FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL –
1960-2000**

MARIA INÊS PAULISTA

SÃO PAULO

2009

MARIA INÊS PAULISTA

**O PASSADO SEMPRE PRESENTE: AS CONCEPÇÕES DE FORMAÇÃO
NA HISTÓRIA DA FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL –
1960-2000**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Bauer de Souza

SÃO PAULO

2009

**O PASSADO SEMPRE PRESENTE: AS CONCEPÇÕES DE FORMAÇÃO
NA HISTÓRIA DA FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL –
1960-2000**

por

MARIA INÊS PAULISTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Presidente: Prof. Carlos Bauer de Souza, Dr. – Orientador, UNINOVE

Membro: Prof. José Rubens Lima Jardimino, Dr. – UNINOVE

Membro: Prof^a Edna Maria Querido de Oliveira Chamon, Dra. – UNITAL

Suplente: Prof^a Maria da Glória Gohn, Dra. - UNINOVE

São Paulo, de de 2009

À Juliana, filha amada e companheira de todas as horas, minha maior incentivadora, sem a qual esta trajetória não se concretizaria. Compartilhamos alegrias e tristezas, aprofundando com certeza nossos laços de amor.

Agradecimentos

Em primeiro lugar e especialmente quero agradecer a Deus por me dar a vida, a inteligência e as oportunidades de vivenciar estes dons.

Aos meus amigos e mentores espirituais pela ajuda e pelo apoio.

Aos meus pais Ismael e Dilce pela educação e pelos exemplos recebidos baseados no amor, na união e honestidade.

À minha filha Juliana, meu maior tesouro.

Aos meus irmãos Irani, Antonio e José, pelo estímulo nas horas difíceis.

Aos meus cunhados Ivete e Josmar pela torcida e pelo apoio.

Aos meus sobrinhos: Fabiana, Marcelie, Carolina, Lívia, Luiza, Evandro, Amanda e Marina pelo carinho.

À minha amiga querida, professora e colaboradora Márcia Kay responsável pela minha inserção no mundo acadêmico.

Ao meu querido amigo Vladimir (Vladi) por sua ajuda e paciência nos problemas enfrentados, e toda sua equipe que deu suporte na realização deste trabalho.

À minha amiga Lucília por seu incentivo e amizade.

À minha amiga Marlene e seu filho Pedro que compartilharam comigo muitas aflições e alegrias.

À minha amiga Odete por seu amor incondicional.

Ao meu amigo Jorge e sua família pela sua paciência e pelo apoio.

Ao diretor, ao secretário, aos professores e alunos da Faculdade Paulista de Serviço Social pela colaboração e pelo auxílio na realização desta pesquisa.

À diretora e aos professores do Programa de Pós-Graduação da Universidade Nove de Julho pelas discussões e reflexões enriquecedoras.

Às amigas e colaboradoras Vanessa e Jennifer.

À professora Thérèse Hamel pela oportunidade e generosidade com que me acolheu no Québec.

E, finalmente, um agradecimento especial ao meu orientador e amigo Professor Doutor Carlos Bauer de Souza por me incentivar, acreditar em meu trabalho e colaborar de maneira ímpar para a realização e sucesso deste mestrado.

DENTRO DE NÓS

Guarda estes nomes: *bidonville,*
tansis, slum, witchtown,

Sanky-town, callampas,
cogumelos, corraldas,

Hongos, bairro de lata, gourbville,

Champa, court, villa miséria,

Favela.

Tudo a mesma coisa, sob o
mesmo sol,

Por este largo estreito do mundo.

Isto consola...

É inevitável, é prescrito,

Lei que não se pode revogar

Nem desconhecer...

Não, isto é medonho,

Faz adiar a esperança

Da coisa ainda sem nome

Que nem partidos, nem ideologias,
utopias,

Sabem realizar

Dentro de nós é que a favela
cresce

E, seja discurso, decreto, poema,

Que contra ela se levanta,

Não para de crescer.

Carlos Drummond de Andrade

Para a realização de qualquer projeto, pessoal, profissional, de vida, precisamos, em primeiro lugar; desejar, depois saber desejar e, finalmente, merecer.

André Luiz

RESUMO

O presente trabalho visa a investigar a concepção de formação profissional realizada pela Faculdade Paulista de Serviço Social, tendo como objetivo principal verificar qual a concepção de formação adotada por essa instituição na década de 1960 a 2000, resgatando sua história e trajetória, suas raízes e como ela se apresenta na atualidade. Dentro da perspectiva da retomada histórica do surgimento do Serviço Social no Brasil, a pesquisa focalizou sua origem, a orientação pedagógica adotada pela faculdade e a legislação que organiza a profissão do assistente social. A Faculdade Paulista de Serviço Social evidencia sua relevância histórica e social com a formação de aproximadamente seis mil profissionais, e permite acompanhar a dinâmica de acomodações e conflitos, as contingências marcantes de sua inserção na sociedade capitalista e o alcance de sua atuação. Além das fontes primárias, bibliográficas e documentais foram utilizadas análise de conteúdo e entrevistas semiestruturadas com profissionais formados pela faculdade como recurso para corroborar as informações coletadas. Para tanto, foram entrevistados quatro ex-alunos que trabalham como assistentes sociais, sendo que dois deles trabalham como docentes da faculdade. A investigação apontou que a concepção de formação que a faculdade ofereceu em sua trajetória foi marcada por um modelo conservador e que não apresentou mudanças significativas na década de 1960. A constatação a que chegamos foi que somente no início dos anos 2000 houve uma ruptura da formação tradicional para uma concepção de formação profissional baseada nos princípios do Código de Ética Profissional decretado em 1993.

Palavras-chave: Educação; Serviço Social; Instituições Escolares; Formação Profissional.

ABSTRACT

This study aims to investigate the concept of vocational training administered by Faculdade Paulista de Serviço Social (Paulista School of Social Services), with the main objective of verifying the training concept adopted by this institution during the period from 1960 to 2000, reviving its history, path, roots and how it is currently presented. Going back to the Social Services emergence in Brazil, the research was focused on its origins, the pedagogic orientation adopted by the school and the legislation that organizes the profession of social assistants. The Faculdade Paulista de Serviço Social highlights its historical and social relevance with the training of approximately six thousand professionals, giving them the ability to accompany the dynamics of accommodation and conflict, the outstanding contingencies of its insertion in capitalist society and the extent of its actions. Besides the primary, bibliographic and documentary sources, we used the content analysis and semi-structured interviews with professionals trained by the school as a resource to support the collected information. For this, four former students who currently work as social assistants were interviewed, being two of them teachers of the school. The research showed that the training concept that the school offered in its path was marked by a conservative model, which showed no significant changes in the 1960s. The conclusion that we came up with is that only in the beginning of 2000, there was a breakdown of traditional training to a concept of vocational training based on the principles of the Professional Ethics Code decreed in 1993.

Key words: Education; Social Service; Educational Institutions; Vocational Training.

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ABAS –	Associação Brasileira de Assistência Social
ABESS –	Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
ABEPSS –	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CAPSP –	Caixa de Aposentadoria e Pensões de São Paulo
CBCISS –	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social
CEAS –	Centro de Estudos e Ação Social
CELATS –	Centro Latino-Americano de Trabalho Social
CFE –	Conselho Federal de Educação
CFESS –	Conselho Federal de Educação em Serviço Social
CNAS –	Conselho Nacional de Assistente Social
CNSS –	Conselho Nacional de Serviço Social
CRESS –	Conselho Regional de Serviço Social
ESS –	Escola de Serviço Social
FAPSS –	Faculdade Paulista de Serviço Social
ISS –	Instituto de Serviço Social
JAC-	Juventude Agrária Católica
JEC –	Juventude Estudantil Católica
JUC –	Juventude Universitária Católica
LBA –	Legião Brasileira de Assistência
LOAS –	Lei Orgânica de Assistência Social
ONG –	Organização Não Governamental

PUC-SP –	Pontifícia Universidade Católica – São Paulo
SESI –	Serviço Social da Indústria
SESC –	Serviço Social do Comércio
SENAC –	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI –	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SUDAM –	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE –	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUDESUL –	Superintendência de Desenvolvimento da Região Sudeste e Sul
UNINOVE –	Universidade Nove de Julho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO-----14

CAPÍTULO I – SERVIÇO SOCIAL: UMA BREVE HISTÓRIA

1. As origens e formas de assistência social no cenário histórico -----	22
1.2. A expansão da sociedade capitalista no Brasil-----	27
1.3. A consolidação do Estado capitalista brasileiro-----	34
1.4. Início do Serviço Social no Brasil: importância e raízes -----	44
1.4.1. A influência norte-americana no Serviço Social brasileiro-----	55
1.4.2. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social-----	62
1.4.3. A renovação do Serviço Social-----	72

CAPÍTULO II – ASPECTOS DETERMINANTES DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

2. As concepções de formação do assistente social-----	75
2.1. A concepção neotomista-----	77
2.2. A concepção positivista-----	80
2.3. A concepção funcionalista-----	84
2.4. A concepção estrutural-funcionalista-----	86
2.5. A concepção fenomenológica-----	88
2.6. A concepção marxista -----	91
2.7. A evolução curricular na formação do assistente social-----	96

CAPÍTULO III – A FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL

3. A história e memória da faculdade -----	114
3.1. O currículo na trajetória da faculdade -----	117
3.2. A materialidade da faculdade -----	126
3.3. A concepção de formação profissional e o curso da faculdade -----	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	146
APÊNDICE -----	151
ANEXO -----	152

Introdução

A Faculdade Paulista de Serviço Social apresenta uma longa trajetória e um importante papel na formação dos profissionais da área, por isso julgamos que essa instituição de ensino superior possui uma relevância tanto social quanto educacional (científica), configurando-se como nosso objeto de pesquisa a investigação da concepção de formação profissional adotada por ela no período de 1960 a 2000.

O interesse em fazer uma pesquisa sobre uma instituição escolar surgiu a partir de nossa participação no Grupo de Pesquisa denominado LIPHIS – Linha de Pesquisa em História e Teoria do Trabalho Docente e do Educador Social. Em nossas discussões e leituras, evidenciou-se que os estudos na área da História da Educação contribuem para a compreensão de questões históricas, políticas, econômicas e sociais que condicionam e influenciam todos os aspectos educacionais: a instituição, a formação, a metodologia e as políticas educacionais.

A partir do reconhecimento da importância da história de uma instituição escolar de formação, nosso interesse foi fazer uma aproximação entre Educação e Serviço Social, buscando, para tanto, pesquisar a primeira escola de formação de assistentes sociais do Brasil. Dada a definição do objeto de pesquisa, efetuamos uma incursão pelos estudos realizados no âmbito da educação e do serviço social, consultando teses e dissertações, para identificar aquelas que tivessem relação com nosso tema de estudo.

O resultado desse levantamento apontou que, entre as dissertações e teses pesquisadas, não havia nenhum trabalho que tivesse a Faculdade Paulista de Serviço Social, ou sua concepção de formação como objeto de estudo. Os trabalhos apenas utilizavam referências históricas da instituição, citando-a como um marco para o Serviço Social.

Iniciamos o trabalho no Capítulo I com uma reconstituição breve do processo de ajuda no panorama histórico, para esclarecer como surgiu e se desenvolveu a preocupação com a assistência aos necessitados. A seguir, contextualizamos o *porquê* e o *quando* surgiu o profissional especializado nas questões sociais advindas da

expansão capitalista. Em seguida, julgamos pertinente contextualizar a expansão e consolidação do capitalismo no Brasil, enfocando a constituição do governo de Getúlio Vargas, as políticas do governo de Juscelino Kubitschek e as consequências advindas da industrialização e da urbanização. Depois, analisamos como se deu a inserção do Serviço Social no Brasil, esboçando sua implantação na realidade urbano-industrial brasileira e os questionamentos que ainda perpassam na categoria profissional.

A trajetória histórica do Serviço Social no Brasil, e que o marcou profundamente, tem suas origens atreladas à doutrina social da Igreja Católica, com as formas de assistência social desenvolvidas a partir da mobilização do seu movimento leigo, durante a segunda metade da década de 1920, predominantemente pertencentes à burguesia e às aristocracias agrárias e posteriormente com sua ligação com o Estado.

O reconhecimento do Serviço Social como profissão institucionalizada só aconteceu a partir da segunda metade da década de 1930 quando a Igreja assumiu um papel ativo na chamada questão social.

Foi nesse contexto que se deu a criação da primeira Escola de Serviço Social no Brasil, especificamente em São Paulo, em 1936, quando se aprofundou o processo de repressão ao movimento popular, principalmente o operário, pois se situou na implantação da ditadura do Estado Novo (1937-1945) do governo de Getúlio Vargas.

Assim, de acordo com Raichelis (1988), o Serviço Social surgiu como um departamento especializado de ação social que deveria funcionar como alternativa à caridade e à repressão.

A partir da década de 1940 ocorreu a ampliação do campo de ação do Serviço Social em função da nova fase da ordenação das relações capitalistas e do seu crescente papel no Estado, acarretando profundas mudanças econômicas, políticas e sociais para o país, iniciados pelo crescente processo urbano-industrial.

Segundo Raichelis (1988), isso ocorreu em função do desenvolvimento dos grandes centros urbanos impulsionados pela intensificação da expansão industrial, gerando um processo de luta política, isto é, de protesto e reivindicação da classe operária em torno da defesa de seus interesses.

A década de 1950 foi palco da implantação dos grandes parques industriais, das siderúrgicas, marcando a fase de política desenvolvimentista do pós-guerra, a consequente corrida ao consumismo e a grande influência norte-americana.

As mudanças ocorridas no mundo na década de 1960, a evolução das Ciências Sociais, os questionamentos profundos acerca das estruturas políticas, econômicas e sociais vigentes, marcaram a reflexão dos assistentes sociais em relação à sua participação neste processo.

Iniciou-se neste período o chamado Movimento de Reconceituação, que, impulsionado pela tomada de consciência de alguns profissionais da realidade sul-americana, promoveu vários debates com vistas à renovação das concepções de formação do Serviço Social. No presente trabalho, esta década apresentou mudanças significativas e um posicionamento da categoria profissional, que, se a princípio não se envolveu diretamente, apresentou uma ruptura nos questionamentos de sua função, ou seja, seu efeito foi tomando vulto com o desenrolar das políticas públicas colocadas em vigor na sociedade brasileira.

Enfrentou o período negro da ditadura, no qual muitos profissionais se engajaram na militância político-partidária enquanto outros se mantiveram alheios a ele. Mas foi determinante no processo de mudanças que ocorreram na proposição de formação profissional do Serviço Social. Seus frutos evidenciaram-se apenas no final da década de 1970.

No início da década de 1980, já no regime da Nova República, como afirma Carvalho (1993), ocorreu a aprovação de um novo currículo no campo do Serviço Social determinado pela dinâmica social e agilizado pela exigência oficial de sua implantação com o desenvolvimento de uma avaliação crítica da formação profissional.

Autores como Carvalho e Yamamoto (1988, 1992), Netto (1996, 1998), Raichelis (1988), Yasbeck (1993, 2005) e outros autores do Serviço Social, “ajudaram” a esboçar o quadro da evolução do Serviço Social na divisão social do trabalho na sociedade capitalista apresentando as contradições e posições inerentes à profissão.

A década seguinte trouxe para o Serviço Social o Código de Ética Profissional em 1993 e a maturação do Projeto Ético-político, incorporado pela categoria dos assistentes sociais.

No Capítulo II são abordados alguns aspectos das orientações filosóficas que influenciaram o processo de formação profissional das Escolas de Serviço Social, norteando as mudanças de concepção em momentos históricos diferentes e contextos sócio-políticos determinados. Começamos com a filosofia neotomista, a primeira e de grande repercussão, passando pela positivista, a funcionalista, a estrutural-funcionalista, a fenomenológica e a marxista. Resgatamos ainda a trajetória do currículo realizado pelas escolas de Serviço Social, suas transformações e adaptações, e a busca dos assistentes sociais pelo reconhecimento da profissão.

No Capítulo III focalizamos a Faculdade Paulista de Serviço Social, apresentando sua história e sua consolidação como uma instituição voltada apenas para o curso de Serviço Social, com ênfase ao currículo praticado, e procuramos compreender a concepção de formação por ela oferecida quando de sua implantação e as mudanças ocorridas. Nosso objetivo foi verificar se na década de 1960, alvo de nossa investigação, houve mudanças significativas em sua concepção de formação. Este corte temporal amplo se fez necessário para tentar desvelar como a instituição se posiciona frente às transformações e como ela acompanha o movimento da categoria profissional nas questões relativas à formação profissional.

Do ponto de vista metodológico, traçamos o caminho a seguir: indicamos os métodos utilizados, a abordagem, a delimitação dos sujeitos, o recorte temporal e o referencial para a análise dos resultados. Trabalhamos primeiramente com pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é um resumo sobre trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido, que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados relevantes. Levantamento este importante tanto nos estudos baseados em dados originais coletados em uma pesquisa de campo como naqueles inteiramente baseados em referenciais bibliográficos.

Optamos por um tratamento que desvelasse a trajetória da faculdade e de sua(s) concepção(s) de formação legitimada historicamente, por esta razão, utilizamos como

referencial analítico o método histórico-crítico. Fizemos uso da abordagem qualitativa e empregamos a análise de conteúdos para o tratamento, a sistematização e a interpretação dos depoimentos.

Realizamos entrevistas semiestruturadas: elas foram feitas presencialmente, aplicadas a partir de um roteiro com perguntas abertas, idênticas para todos os sujeitos, apresentadas na mesma ordem, gravadas com a autorização prévia do entrevistado e posteriormente transcritas. A escolha dos entrevistados foi feita de acordo com alguns requisitos prévios. Todos formados pela FAPSS e exercendo a profissão de assistente social. Metade trabalhando também como docente na própria faculdade, tendo mais de vinte anos de formado e metade com formação recente. Ouvimos e transcrevemos os depoimentos, que foram lidos e comparados.

Os sujeitos entrevistados foram: dois assistentes sociais formados pela FAPSS, a professora Shinobo, formada em 1972, que trabalha na Prefeitura de São Paulo, e o professor Axel, que terminou sua graduação em 1988 e trabalha no Tribunal de Justiça. Além de professor da faculdade, ele é também seu coordenador pedagógico. São duas décadas diferentes de formação muito significativas para o Serviço Social. Atualmente, além de exercerem cargos de assistentes sociais na esfera pública, são docentes da Faculdade Paulista de Serviço Social.

Procuramos entrevistar também duas assistentes sociais formadas recentemente para promover um contraponto e entender como as concepções de formação profissional se evidenciaram no passado e como se apresentam na contemporaneidade. Uma das assistentes sociais chama-se Ana Cláudia. Está formada desde 2005 e trabalha na área da Saúde Mental, no Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas e na unidade de psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo da Escola Paulista de Medicina.

A outra assistente social entrevistada chama-se Simone e trabalha na Coordenadoria da Mulher e da Igualdade Racial na Prefeitura do Município de Guarulhos.

Acreditamos ser importante essa diversificação dos entrevistados a fim de apreender a concepção de formação em diferentes períodos e verificar se houve ou não

mudanças nas concepções de formação empreendidas pela Faculdade Paulista de Serviço Social- FAPSS.

As Ciências Humanas têm sua especificidade, de modo que o estudo do comportamento humano, especialmente da área social, demanda uma determinada metodologia que vai além da validação de hipóteses.

O comportamento social humano depende de uma série de variáveis que impossibilitam sua expressão somente em números, ordenação e intensidade. A partir desta constatação, a busca de novas metodologias de pesquisa nessa área se torna importante. E também a necessidade de buscar descrições para compreender o fenômeno descrito, coletar informações, encontrar sujeitos adequados e suas histórias, descrever um objeto e conhecer trajetórias de vida e experiências sociais dos sujeitos, entendendo-o como ser social, político e histórico. A entrevista ganha um espaço legítimo na produção de novos conhecimentos nas ciências humanas.

A análise de conteúdo, conforme enfatiza Minayo (2003), visa a verificar hipóteses e/ou descobrir o que está por trás de cada conteúdo manifesto. “(...) o que está escrito, falado, mapeado, figurativamente desenhado e/ou simbolicamente explicitado sempre será o ponto de partida para a identificação do conteúdo manifesto (seja ele explícito e/ou latente). A análise e a interpretação dos conteúdos obtidos enquadram-se na condição dos passos (ou processos) a serem seguidos.

De acordo com Triviños (1987):

É um método que pode ser aplicado tanto na pesquisa quantitativa como na qualitativa. Este método como diz Bardin, se presta para o estudo das “motivações, atitudes, valores, crenças, tendências”, e para o desvelar das ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios, diretrizes, que, à simples vista, não se apresentam com a devida clareza. Por outro lado, o método de análise de conteúdo, em alguns casos, pode servir de auxiliar para o instrumento de pesquisa de maior profundidade e complexidade, como o é, por exemplo, o método dialético. Neste caso, a análise de conteúdo forma parte de uma visão mais ampla e funde-se nas características do enfoque dialético. (TRIVIÑOS, 1987, p. 138).

Segundo Triviños, focalizando a teoria estudada por Bardin, ele assinala três etapas no trabalho com a análise de conteúdo: pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial, constituindo-se no processo de uso da análise de conteúdo.

A pré-análise é, simplesmente, a organização do material que pode ser um questionário aberto, uma entrevista semiestruturada individual e grupal e a observação livre, um material que será estudado através da análise de conteúdo: as respostas dos sujeitos aos questionários abertos e às entrevistas semiestruturadas e os produtos obtidos na observação livre.

Mas precisamos também da leitura geral, como diria Bardin, “flutuante”, de todo o material, como os dispositivos legais, leis, atas, código de ética da profissão etc. Isto permite: formular objetivos gerais da pesquisa, as hipóteses amplas da mesma e determinar o *corpus* da investigação, que não é outra coisa senão a especificação do campo no qual os pesquisadores deviam fixar sua atenção.

A descrição analítica, a segunda fase do método de análise de conteúdo, começa já na pré-análise, os procedimentos como a codificação, a classificação e a categorização são básicas nesta instância do estudo. De toda esta análise surgem quadros de referência que, no caso da investigação, aparecem como aspectos da “imagem” do que se estudam as “dificuldades relativas ao objeto”, para não deixar a descrição no plano das opiniões.

A fase de interpretação referencial, apoiada nos materiais de informação, que se iniciou já na etapa de pré-análise, alcança agora sua maior intensidade. A reflexão, a intuição, com embasamento nos materiais empíricos, estabelece relações com a realidade ampla, aprofundando as conexões das ideias, chegando, se é possível, a propostas básicas de transformações nos limites das estruturas específicas e gerais.

Na interação dos materiais (documentos oficiais ou não e ainda das respostas de outros instrumentos de pesquisa), no tipo de pesquisa que nos interessa, não é possível que o pesquisador detenha sua atenção exclusivamente no *conteúdo manifesto* dos documentos. Ele deve aprofundar sua análise tratando de desvelar o *conteúdo latente* que eles possuem.

O conteúdo manifesto pode orientar para conclusões apoiadas em dados quantitativos, numa visão estática e a nível, no melhor dos casos, de simples denúncia de realidades negativas para o indivíduo e a sociedade.

O conteúdo latente abre perspectivas, sem excluir a informação estatística, muitas vezes, para descobrir ideologias, tendências etc. das características dos fenômenos sociais que se analisam e, ao contrário da análise apenas do conteúdo manifesto, é dinâmico, estrutural e histórico.

Assim, o Serviço Social, por sua característica de intervenção na realidade, necessita de uma formação profissional que contemple e acompanhe os movimentos da sociedade, por esse motivo precisa se renovar. Não se limita ao processo que se restringe a formar quadros profissionais nem se confunde com a simples preparação para o emprego.

A formação profissional é um projeto educacional que articula ensino, pesquisa, extensão, orientados por diretrizes básicas. Trata-se de um processo amplo, que carece de preparação científica, produção de conhecimentos, investigação e capacitação continuada. As condições e relações da atuação profissional são mutáveis e históricas, estabelecendo limites e possibilidades nas ações que dão o mote do conteúdo e da realização profissional.

CAPÍTULO I – SERVIÇO SOCIAL: UMA BREVE HISTÓRIA

1. As origens e formas de assistência social no cenário histórico

O ensino e a prática de Serviço Social têm como objetivo preparar profissionais para uma ação na sociedade, caracterizando-se como uma profissão interventiva e investigativa, portanto, sempre vinculado ao sistema social. Por este motivo consideramos pertinente buscar as raízes, as bases da profissão, no cenário histórico, para o entendimento de suas transformações e propostas de ação.

Evidentemente a pretensão não é esgotar um assunto tão vasto como a gênese do Serviço Social, mas pontuar uma trajetória que sirva de pano de fundo para o entendimento do trabalho realizado.

As raízes da benemerência, do assistencialismo, do auxílio, ou de qualquer outra denominação usada para explicar a ação de ajudar o próximo, remontam à antiguidade. Essas ações estiveram presentes nas sociedades desde as mais remotas que se tem conhecimento, e se configura como um fato social, marcando um momento da história.

Na antiguidade, de acordo com Ander Egg (1995), o processo de ajuda aos mais necessitados era prestado pelas famílias aos indivíduos pertencentes à mesma tribo ou clã, face ao vínculo afetivo, aos costumes e às crenças.

Esses costumes influíam não apenas no tratamento desses desvalidos, mas também nas considerações das prováveis causas a que eles eram acometidos. A natureza era sacralizada e a ideia de sofrimento como provação de Deus era quase desconhecida. Prestavam homenagem aos elementos da natureza e às suas divindades pagãs.

Outra concepção de ajuda encontra-se na Bíblia com o povo hebreu, nas palavras de Vieira (1998), apontando uma mudança lenta, mas já estabelecia a relação entre Deus e a natureza, havendo uma dessacralização dos elementos naturais, que passaram a ser criação de Deus, e os atos humanos adquirindo autonomia (em relação à natureza) e motivação humana. Destaca ainda que o conceito de ajuda, de caridade, era observado mesmo que esta ajuda se revestisse de utilidade, isto é, fazer o bem para quê, quando precisar, encontrar alguém que o ajude.

Segundo Mocellin (1997), com o advento da era cristã, estabelecida em 313 d.C. por Constantino, verificou-se outra mudança no conceito de ajuda, afirmando que “todos os homens são irmãos, independente de raça ou nacionalidade; a pobreza, a doença são provações e a caridade uma virtude, pois quem a praticava alcançava méritos para a vida eterna como uma consequência de amor a Deus”.

Essa concepção levou os cristãos a organizarem um tipo de comunidade onde tudo era posto em comum, tendo o trabalho como base, conforme descrito no Ato dos Apóstolos.

A família continuava a cuidar de seus membros, embora os sacerdotes comesçassem a ter papel importante nessas comunidades, sendo chamados já no primeiro século de “diáconos”, (clérigos com as segundas ordens sacras que recebiam e distribuíam os donativos e as esmolas). A participação feminina se fez presente nesse período com a participação ativa das viúvas e mulheres de origem modesta no socorro aos doentes e às crianças.

A caridade de toda sorte durante a Idade Média esteve ao cargo da Igreja, que administrava e angariava os fundos, inclusive através de impostos e taxas fixadas por ela, de acordo com a necessidade, a fim de ajudar os hospitais, orfanatos, leprosários.

Nas palavras de Read:

(...) A Igreja era, portanto rica, pois recebia de imperadores cristãos, generosas doações de propriedades rurais; por conseguinte, após o colapso do comércio e da legalidade, tinham condições de prover tanto o bem-estar material quanto moral aos povos a seus cuidados. Com o colapso das instituições políticas e administrativas o mundo romano, o episcopado, tornou-se a única força moral e, graças ao seu patrimônio imobiliário, o único recurso econômico que restava para o povo. O bispo substituíu o Estado como provedor de serviços públicos, fornecendo alimentos aos pobres, resgatando prisioneiros e cuidando do bem-estar dos presos. Hospícios, hospitais, orfanatos e até estalagens eram anexos de igrejas e mosteiros. (READ, 2001, p. 45)

Assim, as grandes ordens religiosas constituíam-se verdadeiras comunidades que se ocupavam, além da vida contemplativa, da agricultura, do ensino, da própria subsistência, das obras sociais situadas à sombra dos mosteiros.

No século XIII e XIV, destacou Read (2001), essas ordens mostraram-se insuficientes para arcar com todas as responsabilidades e tarefas, ocasionando o surgimento de várias congregações religiosas dedicadas especialmente à assistência social, contando com a distribuição de recursos materiais, visitas domiciliares, assistência hospitalar às casas de crianças abandonadas.

No século XIV, uma obra de caridade merece destaque: iniciada por São Vicente de Paula, as Filhas da Caridade recrutavam mulheres camponesas para prestar auxílio aos pobres, introduzindo leigos junto às ordens religiosas no processo de ajuda.

No final do século XV, o sistema feudal enfraqueceu devido à descoberta de novos continentes. Houve a intensificação do comércio com outros países por meio da navegação, o início do desenvolvimento das ciências, o aparecimento das pequenas indústrias familiares, o aumento das cidades motivado pelo êxodo rural em consequência da fome, das guerras e das epidemias que assolavam a Europa naquela época.

Essas transformações, no dizer de Carmo (1997), deram início a um novo tipo de sociedade: a sociedade capitalista, a chamada Idade Moderna. Instaurou-se a secularização, o humanismo, colocando o homem como centro do universo e o rompimento da unidade religiosa.

Para o autor, o humanismo inspirou o Renascimento e a Reforma Protestante. Um novo paradigma de pensamento eclodiu, deixando de lado as explicações divinas para todos os problemas, para se configurar em fenômeno social que o sistema societal no momento aceitava, sem ter idéia de como se prevenir ou eliminar.

A pobreza aumentou em consequência das precárias condições sociais, e cabia à sociedade o dever de ajudar os pobres, que passaram a ter algum direito à assistência, marcando a intervenção de alguns Estados no campo da caridade, mesmo que de forma incipiente, promovendo ações com o objetivo de fortalecer o poder central.

Com o advento do capitalismo, acentuou-se a precarização das condições de existência dos trabalhadores, o nascimento da burguesia trouxe o fim dos privilégios dos nobres e a abolição do regime corporativo, o trabalho livre favorecia as classes burguesas que não precisavam se responsabilizar pelo escravo ou servo, dando a ele a liberdade.

O escravo tinha assegurado sua alimentação cotidiana, quer fosse trabalhar ou não, o assalariado para comer teria necessariamente que trabalhar para pagar. Por esse motivo, sua liberdade era camuflada. Para sobreviver, ele deveria dispor de sua pessoa, de vender sua força de trabalho, ficando preso ao papel de assalariado durante toda a vida.

Marx, em suas análises realizadas com o intuito de entender o processo de desenvolvimento da sociedade capitalista, explica que:

(...) O desmoronamento da ordem feudal não se assinalou pela supressão das classes, mas sim pela substituição de um novo jugo em lugar do antigo, pelo estabelecimento de condições que reduzem à luta os dois campos opostos que pouco a pouco absorvem toda a sociedade: a burguesia capitalista e o proletariado. (MARX, 1978, p.11)

Entretanto, neste momento histórico, o capitalismo não possuía a força que teria no século XVIII. De acordo com Mocellin (1997), no campo da caridade, essas novas atitudes e idéias, até então da esfera religiosa, impõem, de certo modo, o dever de fazer o bem, dar esmolas, ajudando os velhos, os doentes, as viúvas, os órfãos quando estes não possuíam família ou parentes. Mas, os que não trabalhavam: os alcoólatras, viciados, prostitutas, mães solteiras, ladrões não deveriam ser ajudados, inspirando uma discriminação que persiste até nossos dias. Para nós é importante salientar que a ajuda está relacionada com uma atitude repressiva e assistencialista, a ajuda de forma pontual através de doação de objetos.

Por volta de 1540, a França, a Inglaterra e a Alemanha estabeleceram formas de organizar e legislar sobre a assistência social, para facilitar a repartição e fiscalização das esmolas e recursos, criando para tanto os Conselhos de Obras Sociais. A

intervenção estatal atuava junto às pequenas comunidades, em que cada uma teria a obrigação de cuidar de seus pobres.

Alguns pensadores, entre eles Jean Jacques Rousseau, influenciaram a forma de pensar a caridade. Ela foi representada como forma de santificação para os praticantes, sempre do ponto de vista religioso, depois interpretada como filantropia secularizada e como dever de solidariedade natural e virtude humana.

Na análise realizada por Vieira (1998), em seu livro *História do Serviço Social*, as ideias da Revolução Francesa (1789) influíram sobre a prática da caridade e da assistência social. Esta, apesar de burguesa, trouxe avanços significativos na área assistencial com a criação de organizações nas localidades rurais (burgos) e urbanas (cidades), contando com um supervisor e vários voluntários, que tinham a incumbência de visitar as famílias pobres, prestar ajuda, além de estudar as causas da pobreza.

A caridade, ainda de acordo com Vieira (1998), era um treinamento para uma ação mais ampla na sociedade. Os princípios e as práticas das ações vicentinas tiveram larga expansão, ocasionando o desenvolvimento da Sociedade São Vicente de Paulo nos Estados Unidos, inspirando, por conseguinte, uma das maiores organizações de Serviço Social: as *Catholic Charities* e as Organizações Vicentinas no Brasil, que continuam suas obras assistenciais até hoje.

Essa forma de assistência ainda era praticada pelos organismos religiosos (as Igrejas Católicas e Protestantes) de forma caritativa, sem contarem com direitos sociais. Essa assistência era praticada de forma organizada, mas não sistemática e sem qualquer teorização a respeito, contando apenas com as justificativas religiosas e ideológicas.

Na segunda metade do século XIX, como salienta Estevão (2005), Frederico Ozanan, na França, Chalmers na Inglaterra e Von der Heydt na Alemanha praticam uma caridade de caráter assistencial que se constitui como um esboço de técnica e de forma organizada. Reuniram-se homens e rapazes leigos de variadas profissões para praticar a caridade, constituindo uma novidade, pois, como nos referimos anteriormente, essa tarefa na época era predominantemente feminina.

Essas organizações, ainda de acordo com Vieira (1998), foram também inspiradas na filosofia de São Vicente de Paulo, que o tinham como patrono. O pressuposto básico dessas organizações era que seus membros pudessem ser chamados a desempenhar atividades preponderantes na sociedade, na luta contra os males sociais através do conhecimento da natureza desses males.

Assim, a assistência era praticada como contribuição voluntária, de caráter não profissional, entretanto, a mudança da sociedade que se industrializava impulsionou a legitimação de uma profissão que se tornou socialmente necessária. Em 1899, funda-se a primeira escola de Serviço Social em Amsterdã e inicia-se o processo de secularização da profissão, isto é, para o Serviço Social, as explicações religiosas do mundo são substituídas por explicações científicas. O nascimento da Sociologia, segundo Estevão (2005), vai dar suporte para a nova profissão, que seguiu caminhos diferentes nos países onde foi implantada.

Tornou-se necessária na medida em que, com o desenvolvimento da sociedade capitalista em diversos países do mundo, provocou uma série de profundas crises econômicas, alastrando a pobreza e a miséria, consequência do rápido crescimento urbano e industrial. A profissão se alicerçou primeiro na forma de organizar e sistematizar a “ajuda”, de obter bases técnicas à prática, isto é, padronizar formas de atendimento aos necessitados, de separar os conceitos de caridade, filantropia de Serviço Social e, principalmente, de fazer uma separação entre voluntariado e uma profissão dentro da divisão social do trabalho, na sociedade capitalista e desenvolvida.

1.2. A expansão da sociedade capitalista no Brasil

Em seus primórdios e, principalmente a partir das décadas de 1920 e 1930, a industrialização acelerada, a expansão da urbanização, a crise econômica e a pobreza faziam parte de um modelo de sociedade capitalista em curso no Brasil. Os salários praticados pelas indústrias eram baixos e os trabalhadores não possuíam direitos sociais. O trabalho de homens, mulheres e crianças, à beira da escravidão, acarretava

graves problemas de higiene e saúde da população. A urbanização e a industrialização favoreceram o aparecimento de uma nova classe social: a dos assalariados fabris.

A rápida mudança da realidade social gerou conflitos, maior pobreza com a falta de estrutura urbana, além de revoltas implícitas e explícitas.

As revoltas implícitas se expressavam no aumento do número de alcoólatras, crescimento da violência doméstica, prostituição, abandono infantil. As revoltas explícitas manifestadas como revolta popular, ocorrida nas ruas, nas portas das fábricas, despertando a atenção e a preocupação das autoridades políticas e religiosas.

Conforme aponta Coggiola:

A entrada do mundo numa 'era de guerras e revoluções' na virada do século XIX para o século XX não foi uma dedução teórica, mas uma evidência empírica. Logo depois da guerra russo-japonesa, uma série de revoluções abalou a periferia do mundo capitalista (Rússia 1905, México 1910, China 1911) ao mesmo tempo em que se produzia um importante desenvolvimento do movimento operário na Europa e nos Estados Unidos. Ao longo de quase todo o século XX, o capitalismo coexistiu com a ameaça da revolução. (COGGIOLA, 2002, p. 237)

As grandes indústrias criaram um novo tipo de trabalhador, a classe operária, o proletariado, e é a partir daí que se configurou um novo sistema de relações. Relações de produção e social. Relações de trabalho, com as classes sociais definidas entre patrões e empregados, e relações no âmbito social, familiar, escolar, institucional, influenciando diretamente na vida das pessoas.

Nesse aspecto, merece atenção a análise realizada por Thompson sobre o que é classe social:

(...) a classe é uma categoria histórica: ela provém de uma observação de um processo social dado e se estende por um período de tempo determinado e manifestado constantemente dentro de situações análogas. Há certo estado de

naturalidade, e se pode observar a criação de instituições e de uma cultura de classe. (THOMPSON, 1987, p. 15)

A classe operária, portanto, explicitada conforme evidenciou Thompson, enfrentou problemas com a falta de legislação e regulamentação de direitos trabalhistas, a exploração da força de trabalho, salários baixos, problemas graves de saúde. Os trabalhadores começaram a se organizar e reivindicar direitos, iniciando uma série de greves. Como consequência ganhou força como classe operária organizada em busca de melhores condições de vida e adquiriram um novo modo de alcançar seus objetivos.

No Brasil, segundo Bueno (1997), o desenvolvimento industrial na primeira década do século XX era incipiente, nesse período, mais precisamente em 1900, o Brasil vivia uma república baseada na agricultura cafeeira contando apenas alguns anos da abolição da escravidão. Diga-se de passagem, que a forma em que se deu a abolição foi polêmica, principalmente pelas consequências degradantes que trouxe à população negra e que contava por volta de 4,5 milhões de escravos.

O destino dos escravos libertos e transformados do dia para a noite em operários revelou o despreparo e preconceito da sociedade em absorver essa mão-de-obra, considerada sem valor. A população negra, por sua vez, estava quase que completamente desassistida de quaisquer projetos sociais, políticos, econômicos ou mesmo educacionais que possibilitassem sua efetiva integração na sociedade de classes que se forjava naquele momento histórico da sociedade brasileira.

Simultaneamente a isso teve início, por parte da oligarquia cafeeira e do governo, a grande imigração branca, assinada por meio de acordos e convênios entre o Brasil e diversos países europeus.

Impulsionada pela precariedade da vida em seus países de origem, e pelos sonhos e esperança de encontrarem no Brasil excelentes oportunidades, ocasionadas pelas promessas do governo brasileiro, muitas famílias européias imigraram e mudaram a face do país. Podemos confirmar esse dado por meio do número expressivo de imigrantes que aportaram no país desde a década de 1880 do século XIX, intensificando-se nas primeiras décadas do século XX.

Na década de 1880, na análise de Bueno (1997), cerca de 150 mil trabalhadores europeus chegaram ao Brasil. Este número subiu para 1,2 milhões em 1900, sendo principalmente formado por imigrantes italianos e alemães, concentrando-se principalmente nas regiões do Rio de Janeiro e São Paulo.

Bueno destaca ainda que:

Uma vez contratados, os imigrantes, seguiam para o oeste paulista, nos cafezais (especificamente os italianos). A partir do século 20 os italianos imigrantes começaram a preferir viver na cidade desempenhando funções de sapateiro, alfaiates, artesãos, donos de cantinas, criando novos bairros em São Paulo e mudando para sempre a face da nação. (BUENO, 1977, p.178)

São Paulo tornou-se a capital do café e poderoso polo industrial e comercial, congregando ainda nos primeiros anos do novo século pessoas de diversos locais do país e do mundo. Os lucros excedentes do café, a abundância de braços europeus que se recusavam em ir para o campo e os que de lá voltavam, impulsionaram a criação de indústrias e serviços que se tornava uma opção para a aplicação dos capitais.

A produção do café favoreceu o aparecimento de vilas e cidades e, conseqüentemente, a urbanização e melhoria destas vilas com a obtenção de serviços, como, transportes urbanos, sistemas de iluminação. Oportunizava o trabalho, absorvendo toda a mão-de-obra e acarretando um crescimento desordenado.

O desenvolvimento urbano, porém, deixou à margem grande parcela de trabalhadores que, com seus parcos salários, não podiam usufruir as benfeitorias que o progresso trazia, mas esses benefícios eram usufruídos pela elite. Os trabalhadores viviam em más condições nos cortiços, sem condições de existência, intensificando então as reivindicações e lutas sociais por melhores condições de vida da população.

As análises de Gohn (2003) apontam que as lutas sociais urbanas travadas durante os primórdios do século XX no país:

(...) se acirram, dado o avanço do processo de urbanização propiciado pela economia do café, na região centro-sul. A questão do trabalhador imigrante tomará a centralidade (...), as organizações anarco-sindicalistas conviverão com as associações de auxílio mútuo, lutas pelo rebaixamento dos gêneros alimentícios estarão ao lado de reivindicações por salários, jornada de trabalho, assim como pelo congelamento dos aluguéis, a forma predominante de moradia no período. (GOHN, 2003, p. 61)

Muitas greves e movimentos populares aconteceram ao longo das primeiras décadas do século XX, mas a de maior representatividade aconteceu em 1917. A cidade de São Paulo foi paralisada por uma greve de aproximadamente 40 mil trabalhadores que cruzaram os braços no dia 12 de julho. O principal motivo era a carestia, consequência direta das perturbações resultantes da 1ª Guerra Mundial, a especulação com gêneros alimentícios e as condições indignas de trabalho. Embora manipuladas por militantes anarquistas¹, as greves possuíam um caráter mais reivindicatório que revolucionário, porém foram duramente punidas pela polícia.

A análise de Oliveira (1977) sintetiza qual era a real inserção dessa classe no panorama urbano:

De certa forma estavam todos contra o emergente proletariado urbano: oligarcas, burguesia industrial emergente, as débeis classes médias citadinas, o Estado (ou seu simulacro), a Igreja, o Exército e longe muito longe, até mesmo, o campesinato. Isto já nas primeiras décadas do século. (OLIVEIRA, 1977, p. 70)

Esse período também evidenciou mudanças, apontando o ingresso das chamadas camadas médias nos movimentos e lutas sociais. Como aponta Gohn (2003), “quer sejam membros dos estratos inferiores dessas camadas, como os tenentes-militares, quer sejam membros com certo grau de *status* social, como alguns funcionários

¹ Anarquismo: teoria política em defesa dos direitos individuais. Contrária ao autoritarismo, ao Estado e à burocracia, a favor da ação direta e defensores da luta sindical.

públicos, no período assinalado, vários movimentos emergiram a partir de ações coletivas como o Tenentismo² o Modernismo³.

A autora ainda acrescenta que:

Nos séculos XVIII e XIX muitas lutas e revoltas aconteceram, mas com características diferentes. Nas primeiras décadas do século XX, as lutas urbanas se acirraram propiciadas pelo avanço do processo de urbanização, principalmente na região centro-sul do país. Os trabalhadores imigrantes criaram vários sindicatos de categorias profissionais, se organizavam em Federações e Confederações e promoveram muitas greves como forma de buscar melhores condições de trabalho. (GOHN, 2003, p. 62)

No cenário internacional, a transição do anarquismo para o socialismo se consolidou, sobretudo, após a vitoriosa Revolução Bolchevista na Rússia, que inaugurou o primeiro Estado socialista da História sob o comando de Lênin.

O líder revolucionário assumiu o poder em novembro de 1917, após comandar, no exílio, a corrente bolchevista dos socialistas russos. Foi nesse contexto que cresceu a influência da doutrina socialista no meio operário, contribuindo para uma ampla difusão do marxismo pelo mundo e no Brasil.

De acordo com Coggiola (2002), “a vitória da revolução na Rússia, em 1917, deu à teoria marxista uma projeção universal, transformando-a doravante na referência teórico-metodológica obrigatória para todo o pensamento político, social e histórico do século”.

As forças políticas e econômicas conservadoras começaram a se organizar, temendo as repercussões dos ideais revolucionários. Governos e instituições, como a

² Tenentismo foi o nome dado ao movimento político-militar e à série de rebeliões de jovens oficiais (na maioria, tenentes) do Exército Brasileiro no início da década de 1920, descontentes com a situação política do Brasil. Não declaravam nenhuma ideologia, propunham reformas na estrutura de poder do país, entre as quais se destacam o fim de um sistema tradicional de controle de poder político através do abuso de autoridade, compra de votos ou utilização da máquina pública.

³ O Modernismo brasileiro foi um amplo movimento cultural que repercutiu fortemente sobre a cena artística e a sociedade brasileira na primeira metade do século XX, sobretudo no campo da literatura e das artes plásticas.

Igreja Católica, se posicionaram e articularam medidas para tentar deter os ideais socialistas e anarquistas.

Gohn (2003) afirma que no Brasil as questões sociais eram tratadas como “caso de polícia”, na medida em que os conflitos de classe não passavam ainda pelas contradições entre as classes sociais fundamentais, o país vivia uma oligarquia política e as cidades começavam a apresentar problemas sociais advindos da falta de estrutura nas aglomerações urbanas.

Apesar do processo de urbanização estar acelerado, havia ainda o predomínio do campo sobre a cidade, a economia era predominantemente agroexportadora. A política do “café com leite”, assim denominada porque a maioria dos presidentes do país, à época, era proveniente dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, então os mais ricos da federação favoreciam o setor agrícola e pecuário, representados principalmente pelo café e o leite.

Em virtude desse predomínio, os paulistas e mineiros alternavam-se na presidência com apenas duas exceções – as presidências do Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914) e de Epitácio Pessoa (1919-1922). Essa política manteve-se até o final da chamada República Velha (1930).

Essa política agrícola limitava e permitia a conjuntura dominante em detrimento de outras culturas agrícolas de outras regiões do Brasil ao mesmo tempo em que descontentava os donos de indústrias que davam início às suas atividades.

O Estado brasileiro, segundo Oliveira (1977), representava os interesses oligárquicos, o que reforçava a preponderância do campo sobre a cidade. Algumas cidades, utilizando recursos para o escoamento da produção agrícola, através das indústrias, estimulavam a vinda de trabalhadores descontentes do campo para a região centro-sul. As questões trabalhistas e sociais, assim como os conflitos internos, se resolviam diretamente entre patrões e empregados, ou com ajuda da polícia.

Em 1929, houve uma quebra no acordo da política do café com leite: os paulistas queriam novamente o comando da nação, o que desagradou políticos do Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais, e estes, alegando fraude eleitoral nessa eleição, se uniram aos militares descontentes e juntaram forças para deflagrar o golpe que

empossou Getúlio Vargas ao poder em 1930. A terminologia golpe para caracterizar a chegada de Vargas ao poder é extremamente polêmica. Boris Fausto, um dos principais estudiosos do tema, caracteriza esse evento como *A Revolução de 1930*, uma revolução burguesa que deverá criar condições para o desenvolvimento da sociedade capitalista no Brasil, com medidas econômicas, políticas e sociais que deverão favorecer e acelerar a industrialização. Os derrotados de 1930 e 1932, ou seja, as oligarquias paulistas insistirão em caracterizar como golpista a ação de Vargas.

1.3. A consolidação do Estado capitalista brasileiro

Em 1930, após o golpe militar, Getúlio Vargas foi empossado presidente do Brasil. Esse governo deu início à modernização do Estado brasileiro. Com efeito, foi a partir deste processo de modernização que se efetuou a centralização do poder do Estado. Transformou as suas funções, no sentido de realocar a sede da soberania nacional e o comando das políticas econômicas e sociais nas mãos do Estado federal.

No dizer de Raichelis (1988), destaca que é a partir desse período, quando se constitui propriamente o dito Estado burguês, que burguesia e proletariado entram numa relação política de dominantes e dominados, tendo em vista a reprodução de seus interesses.

O período que se abre a partir de 1930 significa não só a definição de um projeto industrializante, mas, fundamental e estreitamente vinculadas a esse aspecto, a emergência e criação do próprio Estado burguês, assentado no aparecimento e afirmação na cena política brasileira das classes fundamentais ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e à sua reprodução. (RAICHELIS, 1988, p. 34)

Um dos mais importantes autores e críticos da ciência política brasileira analisa este movimento revolucionário salientando a ruptura entre o período de produção agrícola e suas relações com o período que se instaurou depois dele, ou seja, a

predominância das indústrias e o grande contingente humano que se estabeleceu nas cidades, respaldado pelas camadas médias.

Desse modo, corroborando com nossos argumentos, apontamos a análise de Furtado:

O movimento revolucionário de 1930 – ponto culminante de uma série de levantes militares abortivos iniciados em 1922 – tem sua base nas populações urbanas, particularmente a burocracia militar e civil e os grupos industriais, e constitui uma reação contra o excessivo predomínio dos grupos cafeeiros – de seus aliados da finança internacional, comprometidos na política de valorização – sobre o governo federal. (FURTADO, 2001, p. 201)

Do ponto de vista econômico, o Estado capitalista cria as condições materiais gerais da produção e atua também como agente do processo produtivo, operando diretamente no processo de acumulação capitalista.

Para Kowarick (1985), “falar do Estado significa falar de uma dinâmica contraditória das classes sociais, ou seja, fundamentalmente de uma ação política que cria as condições para a reprodução e expansão do capital e as formas de apropriação do excedente”.

Do ponto de vista político-ideológico, o Estado torna-se responsável pela manutenção da ordem social, reprimindo as ameaças das classes dominadas ou controlando as práticas de certas frações dominantes através do exército, da polícia e do sistema judiciário e penitenciário.

Nas palavras de Raichelis, podemos entender a continuidade desse processo de dominação através da noção de Estado capitalista:

A noção ideologizada do Estado, o apresenta para o conjunto da sociedade como representante de interesses gerais e responsável na busca de harmonia e consenso entre os cidadãos, perspectiva esta assumida pela concepção liberal. O papel de coesão só pode ser assumido pelo Estado através de uma estrutura de dominação institucionalizada e organizada que permita à classe

economicamente dominante tornar-se também a classe politicamente dominante, garantindo, assim, as condições de exploração sobre as classes dominadas e o processo de acumulação. (RAICHELIS, 1988, p. 26)

Para a Raichelis (1998), as questões sociais, mudavam, implicando o enfrentamento político entre a burguesia industrial e o proletariado urbano, levando o Estado a assumir o controle da regulamentação e a disciplinarização do mercado de trabalho. Historicamente, esse controle foi marcado pela intervenção estatal calcado pela ideologia paternalista e autoritária, em que a ajuda e o clientelismo mascaravam a subordinação no processo de reprodução do capital de um lado e do outro respondia às pressões da sociedade.

As intervenções materializadas através dos programas sociais implementados criavam as condições de trabalho e sua reprodução, ao mesmo tempo em que desempenhavam funções de controle social e ideológico.

O Brasil segundo Bueno (1977), sentiu o duro golpe em 1929, com a queda da Bolsa de Nova York, e grande parte das indústrias de pequeno e médio porte fechou, desempregando muitas pessoas. Mas esse problema econômico, contraditoriamente, impulsionou um novo processo político e econômico, rompendo com a primazia agrária e propiciando amplitude na industrialização e urbanização. Não sem conflito, pois as cidades, especialmente como São Paulo, não estavam preparadas para o grande contingente urbano que nelas se concentrou. A classe média, os industriais e os intelectuais evidenciavam seu descontentamento com o processo econômico e político do novo governo. Getúlio articulou medidas que objetivavam criar condições que garantissem a reprodução material da força de trabalho e ajudasse a classe média.

Entre as ações do novo governo, muitas instituições foram criadas no início da década de 1930 e permanecem até nossos dias. Uma das primeiras medidas implantadas pelo governo de Getúlio Vargas foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no qual promulgou uma legislação trabalhista que começava a atender algumas das necessidades do trabalhador e os interesses da industrialização emergente.

Ainda respaldados por Bueno (1977), destacamos algumas medidas importantes adotadas pelo governo, como: a implantação do salário mínimo, férias, a jornada de trabalho de 8 horas diárias, a estabilidade no emprego, a indenização por dispensa sem justa causa, a convenção coletiva de trabalho, proteção ao trabalho da mulher e do menor, assistência à saúde e à maternidade.

Essas medidas foram sendo implementadas aos poucos, durante o longo período de governo de Vargas, e respondiam às reivindicações dos trabalhadores, tendo sido motivo de muitas greves nos anos anteriores.

Colocaram desse modo limites à exploração do trabalho por meio de leis sociais trabalhistas e organismos que consolidassem políticas sociais, como: saúde, educação para a manutenção das forças produtivas e atendimento parcial de certas demandas em resposta às pressões das reivindicações, beneficiando em grande parte a classe média com essas medidas. Atendeu as classes dominantes com uma política de compromissos e conciliações, as camadas médias e os trabalhadores.

Em 1931, o governo editou a Lei de Sindicalização, tornando obrigatória a aprovação dos estatutos dos sindicatos trabalhistas e patronais pelo Ministério do Trabalho, engessando e controlando os sindicatos e enfraquecendo os movimentos operários. O Estado interferiu, tornando-se o centro das decisões, tolhendo o operariado com uma legislação trabalhista que, se de um lado concedia benefícios, de outro limitava a ação política.

O Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública foi instituído em 1933. O Código Eleitoral e a Justiça Eleitoral, o voto secreto e o voto feminino foram realizados neste governo. O governo de Vargas, segundo Bueno (1977), restabeleceu a relação de forma amistosa com a cúpula da Igreja Católica, estremecida desde o advento da República e da instituição do casamento civil. Procurou atrair o apoio da força disciplinadora da Igreja Católica, esta, por sua vez, dirigiu-se para a reconquista de seus privilégios perdidos no governo anterior.

Conforme destaca Yamamoto:

Esse período corresponderá, assim, a uma situação de ambiguidade, em que Igreja e Estado, unidos pela preocupação comum de resguardar e consolidar a ordem e a disciplina social se mobilizará para, a partir de distintos projetos corporativos, estabelecerem mecanismos de influência e controle a partir das posições da Sociedade Civil que o regime anterior não fora capaz de preencher. (IAMAMOTO, 1988, p. 159)

Assim, na análise de Gohn (2003), o Estado passou a organizar e a interferir nas diferentes instituições, foram criadas legislações e ordenamentos jurídicos novos, houve maior interferência na economia, redefinição das alianças políticas e maior atenção à urbanização, que passa a se objeto de políticas públicas, inclusive na intensificação da migração nacional.

Com a intensificação do processo de urbanização, ampliou-se a configuração de cidade e contribuiu para o aprofundamento de conflitos urbanos. Nesse período, a cidade atingiu seu predomínio sobre o campo. Começava a se constituir as classes trabalhadoras urbanas ou populares e a burguesia industrial.

Segundo Raichelis (1988), o processo de urbanização realizou-se por meio do movimento de migração campo-cidade e a desarticulação das economias regionais; o urbano é uma poderosa acumulação de capital (...) no confisco de parte da riqueza das antigas classes latifundiárias oligárquicas que será passado à burguesia industrial.

O governo Getúlio Vargas instituiu órgãos públicos importantes e foi hábil em cooptar diferentes camadas da sociedade política e popular. O país, segundo Bueno (1977), entrou num período de desenvolvimento econômico, que se refletiu em maior renda per capita, aumento dos salários e do consumo. Registrou-se concomitantemente a taxa de crescimento da população urbana e, com ela, os problemas básicos da falta de infraestrutura, como habitação, educação, saneamento. A intensificação do processo migratório implicou uma nova configuração das cidades e o aprofundamento dos conflitos sociais urbanos.

À medida que a industrialização avançava, crescia a concentração de renda, ampliando as desigualdades sociais, aumentando as tensões nas relações de trabalho

e agravando-se as questões sociais. Conforme aponta Gohn (2003), as classes populares começaram a emergir como atores históricos sob novos prismas. Vão se transformando em cidadãos com alguns direitos, como os trabalhistas.

A aproximação entre Estado e Igreja intensificou-se, principalmente entre 1935-1937, quando se consolidou a ideologia corporativa como hegemônica dentro do Estado. Há entre o corporativismo e o comunitarismo cristão uma sólida aliança em nome da ordem e da harmonia entre classes.

Dessa maneira, foi sendo dado um tratamento sistemático à questão social, agora não mais tratado como caso de polícia, e, sim, como uma questão do Estado, que ao mesmo tempo aliciava e atrelava as classes dos trabalhadores à política do governo, sem permitir, a princípio, maiores chances de participação.

Na análise de Raichelis (1988), a perspectiva de abolir a luta de classes e substituí-la pela colaboração e solidariedade dá lugar à necessidade de prevenção da pobreza: aqui se explicitam as chamadas leis sociais e a origem do próprio serviço social. Possibilitou também grande expansão das instituições católicas de ensino e de assistência. As instituições educacionais foram relevantes na formação de pessoal para a realização do trabalho social nascente.

O governo, preocupado com os movimentos operários que começaram a surgir, a exemplo dos seus similares europeus, que ganhavam força e provocavam o acirramento das tensões e reivindicações, estabeleceu medidas de política social de caráter preventivo, integradas no conceito de progresso social e institucional.

Para o entendimento do processo de industrialização e do desenvolvimento que ocorreu com a sociedade brasileira, buscamos a importante contribuição de Furtado, que diz:

A economia brasileira constitui exemplo interessante de quanto um país pode avançar no processo de industrialização sem abandonar suas principais características de subdesenvolvimento, grande disparidade na produtividade entre as áreas rurais e urbanas, uma grande maioria da população vivendo em

um nível de subsistência fisiológica, massas crescentes de pessoas subempregadas nas zonas urbanas. (FURTADO, 2001, p. 64)

Em 1937 no Brasil, Getúlio Vargas, apregoando a necessidade de criarem novas instituições, com capacidade de revitalizarem o Estado e as forças motrizes da sociedade brasileira que se encontravam estagnadas, instaurou o chamado Estado Novo, que, para muitos, foi uma ditadura que prosseguiu até 1945, quando o então governante foi deposto por golpe de Estado civil-militar. De acordo com Bueno (1977), uma das primeiras medidas adotadas pelo novo regime foi o fechamento do Congresso Nacional, a extinção dos partidos políticos e outorgou uma nova constituição, que conferia controle total ao poder executivo.

Para o autor, essas medidas deram respaldos aos planos do governo para intensificar o desenvolvimento industrial, o que acarretou maior oferta de empregos nas grandes cidades, acelerando o processo industrial estimulado pela necessidade de substituição das importações, reduzidas em função da Segunda Guerra Mundial.

Devido à oferta crescente de trabalho nos polos industriais do sudeste, a migração de pessoas dentro do país foi incentivada e apoiada pelo governo.

A intensa migração da zona rural e dos Estados do nordeste para as cidades industrializadas ocasionou uma urbanização desordenada. As pessoas chegavam às grandes cidades sem nenhuma condição de sobrevivência econômica, sem moradia, esperando encontrar trabalho imediato e uma condição melhor de vida da que tinha deixado em seu lugar de origem.

O ano de 1945 marcou o fim do Estado Novo e o início de um período político de redemocratização com a participação social, a vida política partidária voltou à cena e muitos sindicatos foram criados.

Conforme analisa Gohn:

(...) o período de 1945-64 corresponde a uma fase de grande intervenção do Estado na economia, objetivando criar as condições básicas para a nova etapa de acumulação do capital que se delineava, baseada na indústria de bens de

capital. Surge assim o início ou aprofundamento de obras importantes como as grandes rodovias, as siderúrgicas, as usinas, as companhias geradoras de energia etc. (GOHN, 2003, p. 91)

Os grandes centros urbanos industriais como São Paulo recebiam um grande contingente de pessoas dos Estados da nação, especialmente os do nordeste, que buscavam novas oportunidades de trabalho, mas nem sempre conseguindo uma boa colocação ou remuneração, sujeitando-se estas pessoas a qualquer tipo de trabalho e moradia. Esse ritmo acelerado, entretanto, não permitia a absorção de toda a população excedente.

Essa população começou a buscar bairros periféricos para morar, onde os aluguéis eram mais acessíveis, havia a oferta de muitas casas em loteamentos clandestinos, nas favelas e nas habitações precárias que rapidamente proliferavam. Expulsos do centro das cidades, sem infraestrutura e rede de serviços básicos, começaram a se organizar e reivindicar por esses serviços.

Na década de 1950, como destaca Oliveira, (1997), um novo desempenho das mudanças colaborou para a desnacionalização da burguesia nacional (entrada maciça de capital estrangeiro) muito diferente do que vinha sendo encabeçado pelo governo anterior.

Ocorreu, segundo Oliveira (1997), uma “desnacionalização” no que se refere ao capital e, principalmente, ao abandono de um projeto de nação, perseguido pelo governo anterior, embora em seu discurso tentasse legitimar essa política de desenvolvimento associado ao convite de todos participarem da construção de um grande país.

Essa política procurava atrair investimento externo para alavancar o desenvolvimento industrial e inserir a economia brasileira na nova divisão internacional do trabalho pautada pela internacionalização da produção.

Mas este capital estrangeiro distanciava ainda mais as classes dominantes das classes trabalhadoras.

Como observa Oliveira:

O urbano agora é, sobretudo a antinção. É o assentamento definitivo da produção do controle político-social da cidade, por certo, mas a cidade agora é todo o país (...) o urbano agora é a unificação do mercado de trabalho propriamente urbano e rural (...). É um novo recorte entre sociedade civil e Estado: a diferença passa agora a se dar numa formação em que o Estado e a grande burguesia internacional associada estão de um lado e o resto da nação de outro. (OLIVEIRA, 1977, p. 73)

No Brasil, um intenso movimento cultural, com mudanças significativas no modo de vida da população urbana aconteceu: apareceram os eletrodomésticos de todos os tipos, que pretendiam facilitar a vida das donas de casa, como: enceradeiras, liquidificadores, aspiradores de pó.

Impulsionados pela crescente indústria, o capitalismo ganhava espaço, com a importação da chamada “indústria cultural”, do *American Way of Life* (estilo de vida americano), influenciados pelo cinema, programas de rádio, revistas, jornais. O país viveu uma época efervescente. Os transportes foram fortemente impulsionados pela indústria automobilística.

Apesar desse intenso consumo, a classe trabalhadora sofreu uma perda real dos salários, agravando a pobreza, as diferenças sociais, a perificação das camadas populares e o abismo econômico entre as classes sociais.

Várias manifestações populares ocorreram neste período, com greves na zona rural e nos centros industriais, e duas rebeliões nas forças aéreas.

Conforme destaca Gohn:

(...) pela primeira vez o povo irrompe na cena política brasileira com algum poder de pressão, os grandes centros passam a exigir novas políticas de controle social, tendo em vista que as velhas táticas coronelísticas, de forte controle a nível local, tornaram-se difíceis de ser mantidas nos grandes centros urbanos. (GOHN, 2003, p. 91)

O crescimento das periferias, o aprofundamento dos problemas sociais, o contexto urbano passaram a ser espaço de convergência de protestos, devido à contradição entre a elevação das expectativas impostas pelo progresso urbano e a insuficiência de recursos para a maioria da população.

Florestan Fernandes explicitou como o processo de urbanização acarretou dificuldades para a população trabalhadora e suas implicações:

A urbanização processa-se em conexão com o desenvolvimento de um parque industrial relativamente diferenciado, que produz bens de consumo interno, e com a complicação do sistema de trocas. Parte considerável da mão-de-obra da cidade foi atraída de fora, particularmente das zonas rurais. Por isso, na atual fase, a urbanização de São Paulo traduz-se por despovoamento do campo. A cidade cresceu muito rapidamente, e como toda mudança rápida, acarreta desorganização social; poucas são as esferas da vida social que se mantêm equilibradas ou integradas. É evidente que o progresso não beneficia a todos igualmente e que o ônus da nova ordem social cai, pesadamente, sobre os que dependem do valor pecuniário da própria força de trabalho. (FERNANDES, 1960, p. 188)

A década de 1960 foi emblemática. Segundo Bueno (1977), no rastro dos acontecimentos do final da década anterior registrou-se: a Revolução Cubana e o embargo econômico norte-americano a esse país, a intensificação da Guerra Fria entre o bloco comunista e o capitalista, o incidente na Baía dos Porcos, também em Cuba, a prisão de Nelson Mandela na África do Sul, os protestos contra a ditadura na Espanha, as crises militares na Argentina, os conflitos raciais. Os movimentos *black power* e *hippies* norte-americanos, a revolução musical e comportamental, a expansão das idéias marxistas. Rupturas que marcaram e mudaram definitivamente o mundo.

Somados a este cenário internacional, no país, tivemos a instabilidade do governo brasileiro e o golpe militar em 1964. Período de grande controle social e político, com prisões, torturas, mortes, época de intensa articulação de forças políticas operando na clandestinidade e grande mobilização popular de resistência e movimentos de protesto

por todo o país. Lutas em que se congregavam os estudantes, a esquerda católica, a esquerda política e a classe operária e o movimento de renovação do Serviço Social. Muito dos militantes da década de 1960 e 1970 se tornaram lideranças atuando no processo de redemocratização nas décadas posteriores.

1.4. Início do Serviço Social no Brasil: importância e raízes

Um dos principais movimentos da Igreja Católica no início do século XX foi a Ação Social. O Papa Pio XI, preocupado com a missão da Igreja frente às mudanças da realidade social, principalmente ocasionada pela difusão das idéias do socialismo e anarquismo, promoveu a “Ação Social Católica”⁴, inspirada nas encíclicas sociais *Rerum Novarum* (Leão XIII, 1891) e *Quadragesimo Anno* (Pio IX, 1931).

Dessa forma, a Ação Católica se manifestou na forma de um espaço em que católicos leigos podiam participar de ações sociais ligadas aos princípios católicos, com o objetivo de ajudar e conformar a população frente aos problemas enfrentados pela nova realidade social. Ela foi idealizada com o intuito de desenvolver um trabalho educativo de edificação moral da família operária, evitando ideias negativas e distorcidas, interferindo diretamente nela, que se organizava e buscava soluções para as questões sociais.

Para essa realização, a Igreja lançou mão de recursos das suas instituições existentes e mobilizou o apostolado leigo para a formulação e execução de sua estratégia política e educacional.

Conforme aponta Raichelis (1988), o objetivo era penetrar no cotidiano da vida das classes trabalhadoras para inculcar-lhes valores de enquadramento à ordem burguesa, considerada naturalmente superior.

⁴ A Ação Social é uma associação dos católicos que participam ativamente na missão apostólica da Igreja. O papel inicial da Ação Católica Brasileira foi a defesa dos valores e princípios cristãos por parte dos leigos católicos. O intelectual Alceu Amoroso Lima, principal colaborador leigo do Cardeal do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme (1882-1942), foi secretário geral da Liga Eleitoral Católica (LEB-1933) e o primeiro presidente da Ação Católica Brasileira (ACB-1935).

Foi estabelecida, esta estratégia, no sentido da implantação do “comunitarismo cristão”, em oposição ao anticlericalismo, o comunismo, o socialismo e as ideias materialistas que, segundo ela, encontravam-se disseminadas no meio operário e que foram vistas como ameaça, devido ao avanço do anarquismo⁵ e do socialismo⁶. O comunismo era visto como uma teoria social refutável porque postulava um projeto societário erigido por uma compreensão materialista do homem, e o liberalismo como uma doutrina individualista.

As doutrinas católicas explicitadas nas encíclicas propunham que os católicos leigos se envolvessem nos problemas sociais advindos das questões sociais, principalmente ao referir-se àquelas relacionadas com a exploração dos operários e os desajustamentos familiares.

Criticavam os valores morais e as diretrizes políticas e econômicas do mundo moderno e acreditavam que o homem sofria por ter se afastado de Deus, vivendo uma crise na vida espiritual e se colocando frente às incertezas da sociedade política.

Seu conteúdo espelhava o chamado *aggiornamento* da Igreja Católica ao mundo burguês, através de intenso recrutamento dos militantes e da opinião pública católica, objetivando a “cristianização da ordem burguesa”.

Dessa forma, essa doutrina, entre outras coisas, caracterizou-se:

Como uma prática preventiva do projeto mais amplo de intervenção da Igreja na dinâmica social, através do intenso recrutamento dos militantes e da opinião pública católicos, o objetivo era a cristianização da ordem burguesa, no sentido da implantação de comunitarismo cristão, inspirado nas Encíclicas *Rerum Novarum* (Leão XIII 1891) e *Quadragesimo Anno* (Pio IX, 1931) cujo conteúdo

⁵ O anarquismo constitui uma teoria política em defesa dos direitos individuais, que defende a ruptura com todas as formas de autoridade política e religiosa, a propriedade privada e quaisquer outros tipos de normas institucionais que cerceiem a liberdade do indivíduo em sociedade e na esfera da vida privada. Teorizado pelo alemão Max Stirner, pregava um socialismo libertário, era contra os autoritarismos, contra o Estado e a burocracia, defendia a liberdade de todos. (*História Moderna e Contemporânea*. Carlos Guilherme Mota, 1986, p. 219)

⁶ Socialismo: sistema político que preconiza a incorporação dos meios de produção à coletividade. Constitui-se a contrapartida à ordem burguesa e imperial montada ao longo do século XIX. (Mota, p. 198)

espelhava o chamado *aggiornamento* da Igreja ao mundo burguês. (RICHAEELIS, 1988, p.64)

A Ação Católica no Brasil foi marcada por dois momentos distintos: em 1932, a Ação Geral, que durou até aproximadamente 1950. As principais ações foram: a criação de grupos como Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Operária Católica (JOC). O postulado católico também buscava apoio das mulheres das classes privilegiadas e burguesas para a realização de suas ações e tinham um cunho essencialmente assistencial. Outro momento importante de sua interferência pastoral foi a Ação Especializada, entre 1950 e 1960, também de caráter assistencialista, mas que, por volta de 1960, passou a ter uma ação político-militante ligada ao movimento de renovação com preceitos benemerentes, desenvolvendo-se mais tarde como ações de política pública.

De acordo com Raichelis (1988), o Serviço Social surgiu como um departamento especializado da Ação Social e deveria funcionar como alternativa à caridade e à repressão. Essa prática preventiva fazia parte de um projeto mais amplo de intervenção da Igreja na dinâmica social.

Em 1932, Adèle de Loneaux, da Escola de Serviço Social de Bruxelas, visitou o Brasil e ministrou palestras nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Influenciou uma grande camada da população burguesa, definindo uma conceituação de serviço social europeu como um conjunto de esforços feitos para adaptar o maior número de indivíduos à vida social, de acordo com Carvalho e Iamamoto (1988).

A influência se fez sentir principalmente em algumas mulheres que participavam das ações propostas pela Igreja, como Maria Kiehl e Albertina Ramos, que viajaram até Bruxelas e fizeram o curso de Serviço Social. Quando retornaram ao Brasil, começaram a organizar um curso de serviço social, apoiadas pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). Essa associação católica foi fundada em setembro de 1932 e dedicou-se à difusão da doutrina católica e à formação social católica. Uma das realizações do Centro de Estudos e Ação Social foi a criação da primeira Escola de Serviço Social (ESS) no ano de 1936 em São Paulo.

Na análise de Carvalho e Yamamoto (1988), a origem da profissão no Brasil encontra-se intimamente vinculada à iniciativa da Igreja, que pretendeu estrategicamente qualificar o laicato, especificamente da parcela feminina, vinculada aos setores abastados da sociedade, com o objetivo de dinamizar sua missão política de apostolado social junto às classes trabalhadoras.

Durante esse período cresceram as preocupações ligadas com as questões sociais, sobretudo aquelas que se tratavam da condição de vida das camadas mais pobres da população, ações desenvolvidas pela solidariedade social, com caracteres de assistência, religiosas ou filantrópicas, que se revelaram insuficientes para dar conta das necessidades dessa população. Oferecia ajuda material aos indivíduos e às famílias dos trabalhadores como forma de suprir as necessidades básicas, o ajustamento e a adaptação do indivíduo na sociedade. Dessa forma, o trabalho do assistente social foi associado a este conceito assistencialista e benemerente.

A questão social, na interpretação da Igreja Católica (Encíclica *Rerum Novarum*), era, sobretudo, uma questão moral. Os primeiros assistentes sociais, ao incorporarem essa interpretação, entendiam que a questão social teria operado uma inversão na hierarquia de valores e instaurado os desordens sociais, contrárias à perspectiva cristã. Atribuía a causa dessa questão aos *tempos modernos*, instaurados com a Revolução Francesa e a Revolução Industrial.

As especificidades desse processo colocaram em evidência que o Serviço Social, enquanto profissão começou com uma dimensão institucional legítima a partir dos anos 1930, o Estado utilizando como um recurso, a Igreja Católica como um apoio para afrontar as questões sociais. Nestes anos, as questões sociais eram tratadas como caso de polícia, as orientações apontavam para o ajustamento do homem à família e à sociedade.

Afirma-se o Serviço Social na década de 1930, de acordo com Carvalho e Yamamoto:

Como forma de ação social, no quadro das relações Estado e sociedade civil, tendo o proletariado como alvo e o exército industrial como reserva, no sentido

de atenuar as sequelas do trabalho assalariado e de contribuir para criar um novo tipo de socialização do operariado adequado às novas condições e ao ritmo do trabalho industrial. (CARVALHO e IAMAMOTO, 1988, p. 128)

Com a primeira escola de Serviço Social em 1936, ocorreu a implantação da profissão no país. Aos primeiros assistentes sociais coube a tarefa de criar, organizar e racionalizar a assistência, construir uma profissão e preparar novos profissionais. Esses profissionais conviviam cotidianamente com as mais várias expressões da questão social, que se tornava cada vez mais caso de polícia do que de política.

Algumas medidas foram implantadas dentro do governo como forma de atenuar as questões sociais que se acentuavam com o crescimento do processo de urbanização e industrialização, mas estas medidas eram ainda tratadas como caso de polícia. Uma das providências tomadas foi a criação do Departamento de Assistência Social com o propósito de assistir aos desvalidos, egressos de reformatórios, principalmente os menores, trabalhadores sem ocupação, em relação aos aspectos médico, social e pedagógico.

O surgimento da profissão do assistente social na sociedade brasileira desenvolveu-se como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista no processo de industrialização e expansão urbana, ligada à intervenção progressiva do Estado, nos processos reguladores da vida social.

Apesar de se propor a atuar junto às camadas desfavorecidas da população, incluindo os trabalhadores, o Serviço Social não foi uma resposta às reivindicações do proletariado, pois sua organização era incipiente. São os grupos dominantes que vão contribuir para que a profissão se estabeleça e se estruture socialmente.

Nesse sentido, Raichelis (1988) explicita que:

Organizado para prestar serviços à classe trabalhadora, contraditoriamente, o Serviço Social não surge como uma reivindicação da população-alvo de sua ação, mas de grupos e frações das classes

dominantes, como um instrumento auxiliar na difusão da ideologia dominante e no exercício do poder de classe”. (RAICHELIS, 1988, p. 67).

Segundo a autora, as contradições permeiam as relações sociais e a atuação do Serviço Social, pois sua gênese está intimamente vinculada às iniciativas das instituições, tendo como pioneira a Igreja Católica, que trouxe um determinado modelo da assistência social, sendo pouco depois utilizada pelo Estado, grande incentivador e empregador de profissionais. Portanto, sua atuação como trabalho especializado está diretamente ligado às entidades com predominância nas de caráter estatal, patronal e empresarial. Inscreveu-se a profissão neste quadro histórico, na divisão social e técnica do trabalho, sendo a ela configurado um caráter não liberal, embora tenha sido regulamentada como profissão liberal no Brasil.

Com o processo de agudização econômico e social, as questões sociais se impuseram na sociedade. A questão social é uma categoria que expressa a contradição fundamental do modo de produção capitalista. É gerada socialmente nos antagonismos engendrados entre produção e apropriação da riqueza, isto é, os trabalhadores produzem a riqueza e os capitalistas se apropriam da riqueza, assim os trabalhadores não usufruem dela. Nessa contradição, podem-se analisar as diferenças entre trabalhadores e capitalistas no acesso a direitos, nas condições de vida, nas desigualdades que se processam na sociedade.

De acordo com Carvalho e Yamamoto (1988), pode-se compreender a concepção de questão social⁷ como a base de sua fundação enquanto especialização de trabalho, questão social apreendida no conjunto das desigualdades da sociedade capitalista.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado

⁷ Estudo detalhado sobre as questões sociais e o Serviço Social foi realizado por IYAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1988.

e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (CARVALHO e IAMAMOTO, 1988, p. 77)

O Serviço Social tem na *questão social*, conforme explicitou lamamoto (1988), a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho, questão social apreendida enquanto *o conjunto das expressões das desigualdades* da sociedade capitalista que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Os assistentes sociais, por meio da prestação de serviços sócio-assistenciais nas organizações públicas ou privadas interferem nas relações sociais cotidianas. Essas ações são inseparáveis de uma dimensão educativa ou político-ideológica, no atendimento às mais variadas expressões da questão social, tais como são experimentadas pelos indivíduos sociais no trabalho, na família, na luta pela moradia e pela terra, na saúde, na assistência social pública.

Segundo Carvalho e lamamoto (1988), o Serviço Social foi, desse modo, cooptado e aproveitado pela máquina estatal para dar suporte e apoio nas decisões governamentais, marcados pelo assistencialismo, como a ação de pessoas, organizações ou entidades da sociedade civil junto às camadas mais pobres da comunidade. Com o objetivo de apoiar ou ajudar de forma pontual, oferecendo alimentos, medicamentos, entre outros gêneros de primeira necessidade, não transformando a realidade social. Dessa forma, durante muito tempo, o trabalho do assistente social foi associado a esse conceito benemerente.

Vários órgãos governamentais utilizaram do trabalho profissional dos assistentes sociais. Em 1938, ocorreu a instituição do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), órgão ligado ao Ministério da Educação e Saúde, a quem foi atribuído as seguintes funções: realizar inquéritos e pesquisas sobre as situações de desajustes sociais, organizar o Plano Nacional de Serviço Social, englobando os setores público e privado, sugerir políticas sociais, entre outros.

De acordo com Carvalho e Yamamoto (1988), “sob a vigência do Estado Novo em regime de Decreto-lei nº525, de 1-7-1938, estatuiu a Organização Nacional do Serviço Social, modalidade de serviço público com o estabelecimento de organismos (em nível federal, estadual e municipal) de direção, execução e cooperação junto ao Ministério da Educação e Saúde”. Este conselho não chegou a exercer todas estas funções, servindo mais como distribuidor de recursos governamentais.

Criado para implantar políticas públicas que transformassem o Estado de precariedade da sociedade, as atribuições e os serviços efetivados por esse conselho não contou com o apoio governamental e não alcançou os objetivos propostos, tornando as ações apenas paliativas, mas, mesmo assim, representou um marco da preocupação do Estado em relação à centralização e à organização das obras assistenciais públicas e privadas.

Da emergência das questões sociais, como enfatiza Yamamoto (1988), compondo o conjunto das expressões da desigualdade social, econômica e cultural, ou seja, problema inerente à sociedade capitalista, do antagonismo entre capital e trabalho, surgiu a profissão de assistente social. As primeiras escolas ofereceram uma teoria e modos de prática na realização do trabalho e métodos de intervenção social com o intuito de ajudar as classes trabalhadoras, mas que, contraditoriamente, reforçava o controle e o interesse das classes dominantes.

Diferente de outros países com longa tradição de lutas pelos direitos de cidadania, em que foram conquistados muitos benefícios sociais pela reivindicação dos trabalhadores, no Brasil, as políticas sociais foram implantadas pelo governo, em condições muito diversas, assumindo características peculiares.

O governo, diante de reclamos sociais, cede alguns benefícios e direitos, como o voto secreto e universal, o salário mínimo, a formalização de um período de trabalho, mas, ao mesmo tempo, obscurecia a luta de classes, tirando-lhes a capacidade de se organizar. Ao enfraquecer os sindicatos trabalhistas com sua ligação ao Estado, estes ficaram limitados, marcando seu futuro desenvolvimento e com repercussões na atualidade.

As funções desenvolvidas pelos assistentes sociais respondia às demandas das instituições, como interpretações das normas de funcionamento da entidade à população, preparação dos trabalhadores quando de seu desligamento da instituição, distribuição de auxílios materiais, encaminhamento dos solicitantes à rede de equipamentos sociais existentes, funções assistencialistas e benemerentes.

O Estado foi o grande empregador, isto é, contratava muitos assistentes sociais para trabalhar nos hospitais, no setor judiciário, no setor de aposentadorias, no setor da infância, entre outros.

Conforme os pertinentes apontamentos realizados por Iamamoto:

(...) O Serviço Social como profissão só existe em condições e relações sociais historicamente determinadas, é a partir da compreensão destas determinações que se pode alcançar o significado social desse tipo de especialização do trabalho coletivo (social), mais além da aparência em que se apresenta em seu discurso, e, ao mesmo tempo, procura detectar como vem contribuindo, de maneira peculiar, para a continuidade contraditória das relações sociais, ou seja, do conjunto da sociedade. (CARVALHO e IAMAMOTO, 1988, p. 16)

Os processos de institucionalização estão relacionados aos efeitos políticos e sociais do governo Vargas, que ampliava o mercado de trabalho por meio da contratação de profissionais para trabalhar no serviço público e criava as condições para a expansão das escolas de serviço social, através de incentivos financeiros às instituições religiosas.

Nesse período, os profissionais do serviço social eram formados por uma concepção que não privilegiava a história, tinham uma visão determinista da realidade e, por conseguinte, conduziam muitas vezes sua ação à acomodação e à rotina do trabalho.

Duas visões equivocadas rondavam a atuação dos assistentes sociais no início de suas atividades profissionais: uma relativa a uma missão caritativa dos profissionais e outra de heroísmo e salvadores da humanidade.

Por esse motivo, Yamamoto fez a seguinte análise (2001):

(...) se aceita no senso comum que a profissionalização do Serviço Social surge de uma tecnificação da filantropia. Todavia, a constituição e institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade depende, ao contrário, de uma progressiva ação do Estado na regulação da vida social, quando passa a administrar e gerir o conflito de classe, o que pressupõe, na sociedade brasileira, a relação capital/trabalho constituído por meio do processo de industrialização e urbanização. (IAMAMOTO, 2001, p. 23)

Essa visão do senso comum se acentuou de acordo com a forma de atuação proposta pelas instituições: o governo subordinava seu programa de ação às iniciativas particulares utilizando a formação técnica especializada do serviço social, desenvolvida nas instituições de ensino particulares. O Estado dinamizou e regulamentou a profissão do assistente social e a legitimou dentro da divisão social técnica do trabalho.

As políticas sociais implementadas pelo Estado não foram eficientes, o caráter paternalista e repressor fragmentou e dificultou sua execução, as ações educativas dos assistentes sociais inviabilizaram as ações coletivas. Muitas vezes eclipsados por ações aparentemente favoráveis aos empregados, estas reforçavam a política de controle e maior produtividade. As práticas e técnicas pensadas e desenvolvidas dentro de um amplo sistema capitalista de produção em massa, cada vez mais eficiente e expansivo, para responder às demandas profissionais no âmbito empresarial reforçavam este panorama.

Diferente de outros países com longa tradição de lutas pelos direitos de cidadania, em que foram conquistados muitos benefícios sociais pela reivindicação dos trabalhadores, no Brasil, as políticas sociais foram implantadas pelo governo, em condições muito diversas, assumindo características peculiares, que marcaram e marcam a relação Estado/sociedade. Estas políticas sociais se iniciaram com as leis sociais.

O Estado em seu programa de modernização dava alguns benefícios e direitos à sociedade, como o voto secreto e universal, o salário mínimo, a formalização de um

período de trabalho, mas, ao mesmo tempo, obscurecia a luta de classes, tirando-lhes a capacidade de se organizar. Ao enfraquecer os sindicatos trabalhistas com sua ligação ao Estado, aqueles ficaram limitados, marcando seu futuro desenvolvimento e com repercussões na atualidade.

Essa dicotomia que atravessou e atravessa a desigualdade social brasileira evidencia o caráter das contradições que envolviam o exercício da profissão, os limites do profissional no controle das condições materiais e técnicas de seu trabalho. As funções desenvolvidas pelos assistentes sociais respondiam às demandas das instituições, como interpretações das normas de funcionamento da entidade à população, preparação dos trabalhadores quando de seu desligamento da instituição, distribuição de auxílios materiais, encaminhamento dos solicitantes à rede de equipamentos sociais existentes, funções assistencialistas e benemerentes.

Contradições inerentes à profissão, visto que se relacionava com a legitimidade da demanda de serviços profissionais do assistente social e da população atendida. Um elo de ligação entre o Serviço Social e sua formação, desenvolvendo sua prática voltada à prestação de serviços à classe trabalhadora ou menos favorecida e contratada pelas instituições capitalistas ou estatais.

Numa primeira fase, como explicita Estevão (2005), o Serviço Social foi baseado na corrente de caráter conservador, ortodoxo tradicionalista, resumindo sua prática ao assistencial, caritativo, beneficente e orientação ao “cliente”. Os princípios de dignidade da pessoa humana iluminaram a teoria e a prática dos assistentes sociais nesse período. Sua orientação era baseada na concepção neotomista.

As características fundamentais do neotomismo como a coesão doutrinal, docilidade ao real, respeito à tradição, possibilidade de progresso, subserviência à autoridade, justificaram a posição inicial do Serviço Social, não questionando a ordem vigente e buscando reformar a sociedade.

O Serviço Social, como profissão, no dizer de Brandão (2006), converteu-se numa das frentes mobilizadas para o desenvolvimento da formação doutrinária e social do laicato, qualificando seus intelectuais para a recuperação moral do operário, visando a afastá-lo das influências malélicas dos ideais socialistas e do liberalismo econômico.

Por meio da Ação Social, a Igreja procura fortalecer sua influência ideológica e reconquistar privilégios perdidos pela crescente laicização da sociedade no bojo das relações que estabelece com o Estado. Nesses moldes, encarrega-se durante muito tempo da formação dos assistentes sociais.

Essa postura da filosofia humanista, baseada no neotomismo, marcou o Serviço Social, preponderantemente de sua gênese até os anos de 1960, mas sua influência se faz sentir até hoje, através da ação de vários profissionais formados nas escolas de orientação católica, muitas vezes convivendo com outras posturas e orientações como o positivismo, o estruturalismo, a fenomenologia e o materialismo histórico.

1.4.1. A influência norte-americana no Serviço Social brasileiro

Na década de 1940 a questão social se agrava, decorrente do aprofundamento do capitalismo, impulsionado pelo fim da Segunda Guerra Mundial e das mudanças ocorridas nas sociedades capitalistas. Mudanças no eixo político mundial, aumento da produção industrial e as demandas crescentes por bens de consumo impulsionaram o Estado na busca de ações mais efetivas na elaboração de medidas de intervenção nas questões sociais. Deveria atender às reivindicações dos trabalhadores, mas, ao mesmo tempo, favorecer a acumulação capitalista.

As funções dos assistentes sociais respondiam às necessidades vinculadas à reprodução material da força de trabalho e ao controle das formas de convivência entre patrões e empregados, contribuindo para o aumento da produtividade. Inclusive, nesse controle sobre as forças de trabalho, as ações profissionais eram direcionadas a exercer funções de apoio à administração do trabalho, intervindo na repressão dos conflitos e na promoção da integração dos trabalhadores às exigências do processo produtivo.

O Serviço Social, inicialmente fundamentado na orientação neotomista, começou a receber influência do Serviço Social norte-americano, permeado pelo caráter conservador da teoria social positivista.

Essa orientação profissional exige uma qualificação e sistematização com ênfase na instrumentalização técnica com o objetivo de atender às novas configurações do desenvolvimento capitalista e às requisições do Estado que implementa as políticas sociais. A concepção de formação do assistente social deixa suas características do modelo europeu franco-belga de suas origens para se inspirar no modelo norte-americano.

Colaborando com esse viés interpretativo na análise de Aguiar (1984), podemos destacar que:

De início, nas relações Brasil-Estados Unidos, em termos de Serviço Social, teremos a importação de técnicas. A fundamentação do método e das técnicas não era lida e analisada. Nesse início, os assistentes sociais ainda estavam marcados pelo neotomismo e doutrina social da Igreja, havendo dessa forma um casamento dos pressupostos neotomista e das técnicas vindas do Serviço Social americano. É claro que gradativamente vai entrando também a visão funcionalista presente nos métodos e na maneira de empregar as técnicas. (AGUIAR, 1984, p. 16)

Observa-se, nesse período, a organização da classe empresarial em busca da defesa de seus interesses e o crescimento da organização e espírito de luta do operariado urbano. Diante dessa realidade, e como forma de ajustar o crescente embate entre essas forças, o empresariado começa a substituir a ação repressiva e a assistência isolada por mecanismos educativos e assistenciais com o objetivo de atender às necessidades sociais, assim como uma qualificação e aperfeiçoamento técnico-profissional.

Foram criadas, nessa década, as grandes instituições públicas e privadas, requisitando o Serviço Social para participar e implementar as políticas sociais.

Instituições como a LBA (Legião Brasileira de Assistência), o Sistema S – SESI (Serviço Social da Indústria), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), SESC (Serviço Social do Comércio), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) foram alguns dos mecanismos de intervenção apresentada como benefícios

com o intuito de diminuir as tensões sociais, reflexos dos problemas nos setores de alimentação, saúde, habitação e transportes.

O Serviço Social, de acordo com Raichelis (1988), foi dessa e de outras formas requisitado pelas empresas para eliminar focos de tensões sociais, contribuir para a criação de um comportamento produtivo da força de trabalho, viabilizar benefícios sociais, atuar em relações humanas na esfera do trabalho. As relações conflituosas que se estabeleceram entre o capital e o trabalho configuraram a questão social.

Os benefícios atendiam aos trabalhadores produtivos e aos que se encontravam fora do mercado de trabalho (aposentados, acidentados). Essa humanização das relações entre patrões e empregados visava à redução dos conflitos (negados pelo positivismo), à manutenção e à recuperação da capacidade de trabalho, à maior qualificação e à instrução como forte incentivo e à adesão à ordem vigente.

Como aponta Raichelis (1988):

(...) o crescimento numérico do proletariado e a mudança na sua composição, com a incorporação de quadros rurais recém-migrados, vão acarretar novas necessidades ao processo de reprodução da força de trabalho. Torna-se necessário integrar essa população desqualificada à disciplina de trabalho que exige o processo industrial: ao mesmo tempo, é preciso que ela introjete hábitos de subordinação à hierarquia e ao controle requerido pelo trabalho nas fábricas. (RAICHELIS, 1988, p. 70)

O Estado passou a intervir no mercado de trabalho assumindo funções normativas e assistenciais, criando mecanismos que funcionavam como resposta às necessidades dos trabalhadores urbanos atuando como instrumentos de controle e subordinação. Alguns destes mecanismos foram a Justiça do Trabalho e o controle sobre os sindicatos. Alterou-se a clientela do Serviço Social, mas foram mantidas as características básicas de sua prática conservadora.

Nesse sentido, como explicita Iamamoto (2001), cada vez mais o Serviço Social deixa de ser um instrumento de distribuição da caridade privada das classes dominantes para executar a política social do Estado e dos setores empresariais. Os

assistentes sociais descreviam a realidade social sem tomar partido. Catalogavam os dados, os elementos conflitantes, mas deveriam manter a imparcialidade e agir com rigor científico para manter a objetividade de suas funções.

No fim da década de 1940, e especialmente na década seguinte, de acordo com Iamamoto (2001), abre-se um novo e amplo campo para os assistentes sociais (...). O Serviço Social se interioriza, acompanhando o caminho das grandes instituições, a modernização das administrações municipais e o surgimento de novos programas voltados para as populações rurais. Ao mesmo tempo, nas instituições assistenciais–médicas, educacionais etc., o Serviço Social paulatinamente logra maior sistematização técnica e teórica de suas funções, alcançando definir áreas preferenciais de atuação técnica.

A legitimação da profissão encontrou condições necessárias na esteira do desenvolvimentismo⁸, fortalecendo a contradição no exercício da profissão. Sua configuração, historicamente assumida pelos profissionais, a coloca a serviço dos dominantes, mas o ideário da categoria se articula com os dominados. Graças à expansão da ideologia do desenvolvimento, a marcha do trabalho é aberta para todo o novo serviço social brasileiro, aumentando suas possibilidades de intervenção.

Em 1955 surge o *National Association of Social Workers*, nos Estados Unidos, que instituiu uma comissão sobre a prática do Serviço Social, encarregada de examinar os componentes básicos da teoria e prática profissionais. Passaram a oferecer assistência técnica e financeira por meio de intercâmbios, publicações, congressos, desenvolvidos naquele país.

O Serviço Social incorpora a política desenvolvimentista no ensino. A ele caberia contribuir no aprimoramento do ser humano, mesmo que o país convivesse com a existência de setores subdesenvolvidos. Nesse sentido, o desenvolvimento de comunidade era uma estratégia lançada para garantir a prosperidade, o progresso social e a hegemonia da ideologia americana. Esta política objetivava preservar o

⁸ O desenvolvimentismo é uma política de resultados baseada no crescimento da produção industrial e da infraestrutura, com participação ativa do Estado como base da economia e o aumento do consumo. Aplicado essencialmente em sistemas econômicos capitalistas, no Brasil ocorreu principalmente no final do governo de Vargas, no governo de Juscelino e no governo militar, quando ocorreu o "milagre econômico brasileiro". (Mota, C.G. 1986)

mundo livre de ideologias não-democráticas. Isso equivalia a dizer que as populações pobres teriam maior receptividade ao comunismo. Assim, era preciso incentivar e ajudar a comunidade ao progresso. Surgiu a ênfase nos programas de Desenvolvimento de Comunidade.

Intensificou-se o estudo com grupos e as comunidades. Os assistentes sociais intensificaram sua participação nos movimentos das associações de moradias de bairros periféricos e no meio rural, buscando soluções efetivas frente aos problemas enfrentados por essa parcela da sociedade. Os novos e amplos campos de atuação abertos aos assistentes sociais nas grandes empresas passaram a se constituir um mercado de trabalho crescente e fonte de reflexões quanto à sua teoria e prática. Ser um profissional neutro, aplicando método e técnica de forma descompromissada em uma realidade problemática, era praticamente impossível.

No bojo da expansão desenvolvimentista, a ONU⁹ e a OEA¹⁰ incentivaram a implantação de projetos dando assistência material, cursos e ampla literatura. Conforme assevera Junqueira (1980), um grande número de projetos foram implantados sob a tutela de diferentes instituições de caráter público e particular, principalmente por iniciativa da Igreja Católica. Com o nome de Serviço Social Rural, participavam dos projetos oferecidos pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), SUDESUL (Superintendência do Desenvolvimento da região Sul e Sudeste), com destaque no ensino de Desenvolvimento de Comunidade.

Entretanto, esse desenvolvimentismo não trouxe melhorias nas condições de vida da população desfavorecida como era esperado, colocando os assistentes sociais frente a uma realidade subdesenvolvida, com graves desequilíbrios econômicos, ausência de infraestrutura de saneamento, analfabetismo e miséria. Negaram-se as bases materiais da situação social considerada patológica e tentaram levar a população menos privilegiada a aderir a uma ordem social considerada justa.

⁹ ONU – Organização das Nações Unidas.

¹⁰ OEA – Organização dos Estados Americanos.

O Serviço Social, buscando alternativas de ações frente a esses desafios, realizou experiências significativas de organização comunitária no final dessa década. Muitos profissionais passaram a se envolver nas lutas de sociedade brasileira pelas Reformas de Base, papel concentrado nas comunidades carentes. Essa ação educativa a que se propôs o Serviço Social apareceu nas diferentes regiões, tanto nas comunidades agrárias como nas comunidades periféricas dos grandes centros urbanos, como uma ação ideológica de ajustamento às relações sociais vigentes.

Através de cursos de economia doméstica e orientações à família, centravam na mulher a responsabilidade por um lar sadio e equilibrado, para os homens orientações à agricultura e pecuária. Achavam que por meio dessas orientações o desenvolvimento social estaria sendo atingido.

A partir dos anos sessenta do século passado, alguns fatores contribuíram para uma mudança significativa no Serviço Social. Primeiro, observou-se a existência de um meio profissional em franca expansão. Houve também um alargamento das funções exercidas pelos assistentes sociais, em direção a tarefas de coordenação e planejamento, evidenciando uma evolução no *status* da profissão.

O cenário sócio-político contribuiu nesse momento para pensar no subdesenvolvimento brasileiro que se expressava na era do desenvolvimentismo. Os graves desequilíbrios de níveis de vida entre regiões e entre os diferentes extratos da população exigiam novas formas de intervenção.

A análise de Netto (1998) evidencia a problemática da intervenção profissional na trajetória do Serviço Social:

(...), com efeito, o quadro econômico-social do final dos anos cinquenta, em plena alavancagem da industrialização pesada (as grandes siderúrgicas, os grandes parques industriais), colocava demandas de intervenção sobre a “questão social” que desdobravam amplamente as práticas profissionais que os assistentes sociais brasileiros estavam cristalizando como próprias de sua atividade (basicamente concretizadas nos “processo” das abordagens individual e grupal). [...] Datam de então no país, as primeiras elaborações teóricas sobre o Desenvolvimento de Comunidade como campo de intervenção profissional,

embora a disciplina já integrasse o currículo profissional desde antes. (NETTO, 1998, p. 137)

As escolas de Serviço Social ao darem maior significação e intensificação ao estudo do desenvolvimento de comunidade perceberam: que do ponto de vista teórico e metodológico, como aponta Estevão (2005), era impossível trabalhar dentro das realidades locais, tentando responder aos desafios próprios da realidade, com métodos e técnicas modernos, sim, mas elaborados em outra realidade. Isto é, os métodos de desenvolvimento de comunidade não davam certo em países subdesenvolvidos.

O que caracterizava o subdesenvolvimento sul-americano: uma realidade chocante, baixo nível de *renda per capita*, ausência de infraestrutura de saneamento, analfabetismo, baixo nível de saúde e escolaridade.

Alargou-se a base social de recrutamento; se no início da profissionalização os assistentes sociais provinham da pequena burguesia e dos setores médios da população, agora ela passou a ser ocupada de maneira expressiva pelos setores subalternos, facilitando o diálogo e a interação entre o profissional e a população assistida.

Incorporaram-se distintas orientações teórico-metodológicas, pautadas nas propostas de Paulo Freire, relacionadas com a prática de educação popular e as experiências desenvolvidas pelo Movimento Social de Base, associadas a uma expansão do meio profissional, com parcela significativa de assistentes sociais oriundos das frações médias da população e conscientes das necessidades da população.

No chamado quadro de profissionais, a divergência de posturas de atuação acentuou-se, uns aderindo às novas orientações politizadas e realizando trabalhos junto à comunidade, e outros trabalhando de modo a conservar os procedimentos e diretrizes adotadas.

As alterações verificadas se relacionam à busca de profissionalização como meio de sobrevivência e, principalmente, posições divergentes frente à orientação dominante dada ao Serviço Social. Uma parcela desses profissionais leva para a prática

profissional uma experiência política, mudando a face da intervenção do assistente social nas demandas da sociedade.

1.4.2. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social

A concepção de reconceituação do Serviço Social iniciada no final da década de 1950 e que se estendeu até meados da década de 1970 decorreu da filosofia do pós-guerra, do desenvolvimento econômico e dos primeiros planos desenvolvimentistas em implantação nos países capitalistas.

Baseou-se no impulso crítico ao capitalismo e ao assistencialismo pelo desejo de trabalhar por uma conscientização e organização populares com vistas a uma mudança global da sociedade e que rompesse com o modelo essencialmente de intervenção individual. A proposta de reconceituação foi também uma tentativa de rompimento com modelos importados, exigindo para tal uma visão histórica do homem como ser situado a partir de uma perspectiva global da sociedade.

Esse movimento surgiu como resultado natural da incidência, no Serviço Social, de novas orientações filosóficas e ideológicas e que procurava acompanhar as mudanças que se processavam na sociedade brasileira e na América Latina. Período em que as atenções foram voltadas para os grupos e as comunidades, esboçando transformações em sua concepção pautadas por distintas motivações e orientações teóricas e mesmo ideológicas.

No dizer de Junqueira:

Este movimento surge como resultado natural da incidência, no Serviço Social, de novas orientações filosóficas e ideológicas que acompanham as mudanças que se processaram na sociedade brasileira e na América Latina na irrefreável luta por seus direitos fundamentais, incluindo o direito à liberdade. (JUNQUEIRA, 1980, p. 32)

Evidenciaram-se, nesse período, grandes debates acerca do Serviço Social, sua atuação, sua metodologia e seu papel na sociedade. A tomada de consciência da realidade latino-americana, a chamada para a concreta realidade.

Reconheceu o Serviço Social que se apoiava em uma teoria frágil, quanto à compreensão da dinâmica social, das relações de classes, dos grupos sociais, do desempenho das instituições e também necessitava de uma revisão de sua teoria, de sua postura e de seus métodos como condição de melhor integrar-se naquele processo.

As alterações verificadas se relacionam à busca de profissionalização como meio de sobrevivência e principalmente posições divergentes frente à orientação dominante propostas ao Serviço Social. Do ponto de vista metodológico, a resposta resultou em grande ênfase ao processo de desenvolvimento de comunidade e que revelou através de seus diagnósticos uma dura realidade.

A realidade do subdesenvolvimento. A disparidade entre as classes que atestavam a conjuntura em que se encontrava o país. De um lado, o sistema econômico e político do milagre de desenvolvimento, e de outro, a situação precária dos cidadãos com subempregos e sem possibilidades de avanço social.

Podemos citar como marco, desse movimento, o I Seminário Latino-Americano de Serviço Social, ocorrido na cidade de Porto Alegre, em 1965, posteriormente os congressos realizados em Montevideu, no Uruguai (1966), General Roca, Argentina (1967), Concepcion, no Chile (1969), entre outros. Realizações efetuadas a partir desses encontros: a ALATS, Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social, e CELATS, Centro Latino-Americano de Trabalho Social, que tiveram grande importância na promoção do Serviço Social crítico.

Segundo Netto (2001), os vetores da renovação do Serviço Social na América Latina foram: a crise nas ciências sociais de origem norte-americana, a renovação da Igreja Católica e o movimento estudantil.

A renovação da Igreja Católica, através da participação dos padres no engajamento político, baseou-se no Concílio Vaticano II e com a Conferência Geral do Episcopado Latino-americano na cidade de Medellín, Colômbia, em 1965, reunida com

o tema: *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II*. Esta renovação foi chamada de Teologia da Libertação¹¹ e possuía um diálogo entre cristãos e marxistas possibilitado pela teoria de Louis Althusser (1918-1990), como elemento facilitador deste inusitado encontro de referências teóricas tão díspares quanto contraditórias.

Talvez, exatamente por isso, o que chega ao campo profissional do Serviço Social, como enfatiza Netto (1998), não é a vertente metodológica marxista, mas a inspirada em Marx, uma releitura de Marx, através de outros pensadores.

Evidentemente existiam conflitos e tensões dentro do Serviço Social nesse período, mas para esses confrontos possivelmente encontravam soluções “diplomáticas”, como se refere Netto (1998), sobre tais problemáticas que escapavam a ressonâncias públicas e não assinalavam traumatismos no âmbito profissional.

(...) Sem entrar na complexa causalidade que subjazia ao quadro anterior da profissão, é inconteste que o Serviço Social no Brasil, até a primeira metade da década de sessenta, não apresentava polêmicas de relevo, mostrava uma relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas, sugeria uma grande unidade nas suas propostas profissionais, sinalizava uma formal assepsia de participação político-partidária, categoria profissional onde parecia imperar, sem disputas de vulto, uma consensual direção interventiva e cívica. [...] nem de longe estamos insinuando a ausência de conflitos e tensões no Serviço Social do Brasil. Até a abertura dos anos sessenta – há indícios de conjunturas tensas e de colisões no evoluir profissional, todavia é inegável que os eventuais confrontos encontravam soluções diplomáticas, escaparam as ressonâncias públicas e não assinalaram sensíveis traumatismos ao âmbito profissional. (NETTO, 1998, p. 128)

Esse processo de engajamento cada vez mais atuante dos profissionais, nesse período, repercute na forma de participação popular vinculados aos trabalhos de

¹¹ Teologia da Libertação é uma corrente teológica que engloba diversas teologias cristãs, tendo como ponto de partida a reflexão da situação de pobreza e exclusão social à luz da fé cristã. Um de seus grandes teólogos é Leonardo Boff.
www.wikipedia.org/wiki/teologiadalibertacao Acesso em: 8 jan. 2009.

desenvolvimento de comunidade, que ajudou no compromisso de buscar uma reconceituação e novas formas de intervenção.

Mas nem todas as escolas de Serviço Social acompanharam de perto o Movimento de Reconceituação, como explicita Pinto (1986):

Nas escolas católicas fica-se à mercê da inculcação doutrinária, que se reflete na determinação de conteúdos programáticos, de forma a não ferir os ouvidos cristãos mais delicados, furtando ao educando a oportunidade de enveredar em busca da informação diversificada. É o caso, no Serviço Social, de determinadas escolas abominarem e mesmo se recusarem a discutir o Movimento de Reconceituação do Serviço Social apenas porque o mesmo trouxe como pressuposto filosófico o materialismo histórico. Ou, outras vezes, não permitir sequer a leitura de determinados textos ou autores (como Karl Marx, por exemplo) que não estejam reconhecidamente de acordo com os ditames católicos. (PINTO, 1986, p. 84)

A mesma Igreja Católica, ou pelo menos alguns de seus setores ou protagonistas, continuaram a exercer seu fascínio no ensino do Serviço Social. A Igreja nos anos 1960-70 mostrou-se avançada e revolucionária pela divulgação da Teologia da Libertação. Segundo Pinto (1986), o compromisso com os pobres e os oprimidos tornou-se também um compromisso político, que leva a um Cristo libertador. Sem dúvida que, ir de um extremo a outro, não significou um avanço em termos educacionais para o aluno do Serviço Social, cuja atividade profissional não tem limites determinados na realidade social, ocasionando, muitas vezes, ledos enganos.

O Serviço Social de Grupos e de Comunidade exigiram maior participação, relevância e aplicação mais intensiva. E por fim e não menos importante, a profissão, suas maiores transformações ou questionamentos, modernizando-se tanto o agente como o corpo teórico, metodológico e as técnicas por eles utilizadas. Polarizado entre as demandas da população, que é alvo de sua prática profissional e as demandas do poder que o emprega, o assistente social viu agravada sua posição devido a essa natureza contraditória de atuação.

Esse conjunto de fatores mudou a face do Serviço Social, tanto nas instituições tradicionais como nas progressistas, esta influência pôde ser sentida e refletiu-se na busca de novos referenciais, novas disciplinas e orientações profissionais.

Conforme explicita Netto (1988), vislumbra-se no primeiro lustro dos anos sessenta, um duplo e simultâneo movimento: o visível desprestígio do Serviço Social tradicional¹² a crescente valorização do que parecia transcendê-lo no próprio terreno profissional, a intervenção no plano comunitário.

Naquele momento histórico, vários fatores contribuíram para repensar a atuação e a formação do assistente social. A participação dos profissionais junto à comunidade solicitava uma postura mais orgânica, a sociedade começava a participar de forma mais atuante nos movimentos sociais, a efervescência cultural e política internacional, o processo econômico e político interno fizeram com que um grupo de assistentes sociais partisse para uma análise crítica da sociedade, percebendo as contradições e a necessidade de mudanças radicais.

Contradições essas que se tornaram mais agudas na América Latina, colocando em xeque a atuação e eficácia do Serviço Social. No dizer de Raichelis (1988), é quando se assiste o fortalecimento e a organização dos intelectuais e das classes subalternas e o questionamento de seu papel na sociedade, seu atrelamento às classes dominantes, sua teoria e sua prática corretora de disfunções sociais. Nasce, então, na América Latina o movimento de reconceituação, refutando o modelo positivista e passando a buscar fundamentos teóricos que lhe permitam superar seu método tradicional.

Os assistentes sociais começaram a promover encontros sistemáticos, no âmbito latino-americano, para discutir o papel do Serviço Social. O movimento pretendia rever o projeto profissional e redefini-lo a partir da realidade vivenciada, caracterizando-se por um processo de revisão crítica que questionava a orientação positivista-funcionalista,

¹² “Sugerimos entender como SS tradicional “a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada” dos profissionais, parametrada “por uma ética liberal-burguesa” e cuja teleologia” (conjunto das especulações aplicadas à noção de finalidade) consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – dos resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável. (Netto, 1988, b: 44)

que tinha como objetivo a adaptação do homem ao seu meio social, questionava também sua prática e seu compromisso e a consciência social de seus agentes.

Longe de ser um movimento homogêneo na categoria profissional, seu valor e sua importância podem ser atestados no sentido de promover uma reorganização na formação e renovação do Serviço Social. Podemos sinalizar que uma parcela de profissionais simplesmente ignorou esse movimento de reconceituação, outra parcela investiu na pesquisa promovendo, enfim, uma literatura sul-americana e uma preocupação com os fundamentos teóricos, outra parcela se engajou na militância político-partidária.

Na análise de Brandão (2006), o movimento de reconceituação foi a resposta na mais ampla revisão já ocorrida na trajetória dessa profissão. Alguns patamares do movimento de reconceituação podem ser identificados. Em primeiro lugar, o reconhecimento e a busca de compreensão dos rumos peculiares do desenvolvimento latino-americano em sua relação de dependência com os países “cêntricos”. Em segundo lugar, verificaram-se os esforços empreendidos para a reconstrução do próprio Serviço Social, da criação de um projeto profissional abrangente e atento às características latino-americanas, em contraposição ao tradicionalismo. Em terceiro lugar, uma explícita politização da ação profissional, solidária com a “libertação dos oprimidos” e comprometida com a transformação social. Em quarto lugar, a necessidade de se atribuir um estatuto científico ao Serviço Social lança-o no campo dos embates epistemológicos, metodológicos e das ideologias. Todos estes fatores canalizaram para a reestruturação da formação profissional, articulando ensino, pesquisa e prática profissional, exigindo da universidade o exercício da crítica.

A descoberta do marxismo pelo Serviço Social latino-americano contribuiu decisivamente para um processo de ruptura teórica e prática com a tradição profissional, as tentativas de atuar com concepções marxistas foram, também, responsáveis por inúmeros equívocos e impasses de ordem teórica, política e profissional. Foi transferida da militância política para a prática profissional, uma relação de identidade entre ambas. A aproximação redundou no chamamento dos profissionais ao compromisso político. Mostrava-se em si, insuficiente para desvelar tanto a herança

intelectual do Serviço Social como sua prática no jogo das relações de poder econômico e nas relações do Estado com o movimento das classes sociais.

Como aponta Iamamoto (2001), a concepção marxiana apóia-se na teoria do valor do trabalho, afirmando o primado da produção dos indivíduos sociais, pelas suas objetivações, das quais o trabalho é privilegiado como uma forma de objetivação humana, de prática.

Enquanto uma parte da literatura do Serviço Social aponta o Movimento de Reconceituação como uma inovação, uma renovação no modo de ver e praticar a profissão, em sua leitura desse processo Netto (1998) nos diz que:

(...) este movimento foi apenas uma modernização conservadora. No fundo muito pouco ou nada mudou. Entretanto ele pontua que teve certa relevância. Conforme suas palavras, “trata-se de um cenário, em primeiro lugar, completamente distinto daquele em que se moveu a profissão até meados dos anos sessenta. Sem entrar na complexa causalidade que subjazia ao quadro anterior da profissão, é incontestável que o Serviço Social no Brasil, até a primeira metade da década de sessenta, não apresentava polêmicas de relevo, mostrava uma relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas, sugeria uma grande unidade nas suas propostas profissionais, sinalizava uma formal assepsia de participação político-partidária, categoria profissional onde parecia imperar, sem disputas de vulto, uma consensual direção interventiva e cívica. (NETTO, 1988, p. 128)

A emergência da classe trabalhadora como sujeito político teve influência sobre a instituição universitária, que fora reformada no ano de 1968, seguindo o modelo da universidade norte-americana, visando a formação dos quadros técnico-científicos necessária para o processo de expansão produtiva promovida pela ditadura. A partir da reforma universitária, são criados os cursos de pós-graduação em Serviço Social, dando lugar ao surgimento de um profissional dedicado exclusivamente ao trabalho acadêmico. Essa profissionalização do trabalho acadêmico, paradoxalmente, propiciou a formação de quadros profissionais dedicados ao desenvolvimento da reflexão crítica sobre o Serviço Social.

Na análise formulada por Junqueira:

Questionamentos em profundidade quanto a estruturas, a dependências político-econômicas, a regimes políticos vigentes e novas expectativas geradas por êxitos de movimentos revolucionários, como em Cuba em 1959, Chile em 1970, e a divulgação e mesmo vulgarização das ideias marxistas, principalmente nos meios universitários, onde se caracteriza uma “rebelião dos jovens” na década de sessenta, completaram o novo quadro conjuntural. Resultou, nos meios do Serviço Social, um recuo quanto à filosofia do desenvolvimento, novas e mais profundas indagações, críticas radicais ao chamado Serviço Social tradicional e demanda de novos caminhos, inclusive de novas ideologias. (JUNQUEIRA, 1980, p. 8)

O Movimento de Reconceituação trouxe uma nova concepção de formação para o Serviço Social. Como filosofia, teoria e método científico, o movimento adotou o materialismo histórico e dialético, o que lhe conferiu sua marca essencial.

Nos anos sessenta e setenta, houve este movimento na busca de uma renovação na profissão, percebida tanto em termos de uma ruptura com o conservadorismo quanto numa reatualização do tradicionalismo profissional. O Serviço Social se laicizou e passou a incorporar nos seus quadros, segmentos de setores subalternos da sociedade.

De acordo com Yazbec (2005), a tomada de consciência de que a realidade latino-americana foi muito diferente da norte-americana, deu ensejo a inúmeras modificações

na filosofia conservadora do Serviço Social. A categoria de profissionais foi despertada, mas não foi um movimento uniforme, durou praticamente uma década e adotou várias orientações teórico-metodológicas.

A face modernista com investidas nas orientações funcionalista, estruturalista e sistemática, a face inspirada na fenomenologia e a face marxista, inspirada por pensadores marxistas, que interroga os objetivos de adaptação social e da profissão, buscava a ruptura com o conservadorismo profissional. Esta face marcou profundamente o movimento e o Serviço Social.

Nesses debates, muitas críticas se impuseram ao chamado Serviço Social tradicional, atribuindo-lhe a proposta de um trabalho de ajustamento, de integração do indivíduo ao seu meio e considerando este 'meio' como um 'todo harmônico' ao assistencialismo oferecido por instituições e que em nada mudavam as condições de vida dos grupos sociais.

O objeto do Serviço Social nessas características definidas pelo subdesenvolvimento, centrada na ação do homem oprimido e explorado, dirigiu seu olhar para uma prática transformadora. O objetivo de trabalho do assistente social não seria de assistência ou ajustamento, mas de conscientização, politização e participação deste homem explorado na busca de sua libertação.

O que chega ao campo profissional do Serviço Social, como enfatiza Netto (1992), não é a vertente metodológica marxista, mas a inspirada em Marx, uma releitura de Marx, através de outros pensadores. Essa perspectiva surge a partir da crise final da ditadura, quando o movimento operário, constituído em sujeito, emerge no cenário político-social, na passagem dos anos setenta. Esse processo, que emergiu no Serviço Social, já tinha um acúmulo realizado nos anos sessenta, existindo uma relação explícita entre os interesses das classes sociais subalternas e sua expressão teórica na teoria social-crítica particularmente na tradição marxista.

De acordo com as formulações elaboradas por Macedo, podemos entender que:

A filosofia de Marx parte do estudo dialético do homem como ser histórico no mundo. Desta forma, ela pretende focar um homem concreto, vivendo no

mundo, em luta constante contra a natureza e em relação com outros homens. Rejeita a ideia de um 'homem abstrato, ideal', que emana de uma ideologia essencialista da natureza humana, concepção adotada pelas diversas formas de humanismo. No marxismo, o homem passa a ser visto como o conjunto de suas relações sociais. (MACEDO, 1982, p. 43)

Entretanto, muitas divergências dentro do próprio movimento o enfraqueceram. Alegavam que essa concepção possuía um método excelente como instrumento de análise para a ação profissional, mas carecia de uma metodologia que a sustentasse e que a instrumentalizasse para a prática. Esse debate interno do Serviço Social e a repercussão dessas ideias perpassaram nas escolas formadoras que não estavam alheias ao movimento e ao processo econômico e político. No dizer de Junqueira (1980), o descompasso entre a formulação e adoção de ideologias e sua operacionalização parece ser inerente a esse processo. Não encontrou a mediação entre a ideologia e a ação propriamente dita.

Os fatos sociais que envolvem o homem explorado advêm na luta contraditória entre os distintos grupos sociais para processar a transformação da realidade, os objetivos requerem a tônica política e em conteúdo sintetizam a intencionalidade da mudança social significativa. Apesar de a influência das ideias marxistas persistirem na forma de resistência e tentativa de melhoramento da sociedade que se traduziu no aumento e organização dos movimentos sociais, estes foram enfraquecidos pelo sistema político e econômico imposto à sociedade.

O final da década de setenta apresenta uma conjuntura marcada por grave crise econômica acompanhada da rearticulação política da sociedade civil, colocando como imperativo uma reformulação no direcionamento da formação profissional. Serão revistos seu conteúdo e sua função social da formação, enfatizando sua importância no desenvolvimento de uma prática consciente e consequente no interior das relações de classe na sociedade brasileira.

1.4.3. A renovação do Serviço Social

Durante a década de setenta do século passado, seminários e congressos deram a tônica da busca teórica do Serviço Social. Mas nos anos oitenta o que se verificou foi uma intensa retomada à cena política em função da abertura política, pós-ditadura, em especial aos sujeitos políticos coletivos, como sindicatos, partidos e movimentos sociais, com vistas aos processos de mobilização, organização e reivindicação dos direitos e políticas sociais.

Por outro lado, mas corroborando com nossa linha de raciocínio, de acordo com Netto:

A década de 80 consolidou, no plano ídeo-político, a ruptura com o histórico conservadorismo do Serviço Social. Entendamo-nos: essa ruptura não significa que o conservadorismo (e com ele o reacionismo) foi superado no interior da categoria profissional; significa apenas, que – graças a esforços que vinham, pelo menos de finais dos anos 70. e no rebatimento do movimento da sociedade brasileira – posicionamentos ideológicos e políticos de natureza crítica e/ou contestadora em face da ordem burguesa conquistaram legitimidade para se expressarem abertamente. É correto afirmar-se que, ao final dos anos oitenta, a categoria profissional refletia o largo espectro das tendências ídeo-políticas que tencionam e animam a vida social brasileira. Numa palavra, *democratizou-se a relação no interior da categoria e legitimou-se o direito à diferença ídeo-político*. Nunca será exagerada a significação dessa conquista, num corpo profissional em que o doutrinário católico inseriu, originariamente, uma refinada e duradoura intolerância. (NETTO, 1996, p. 111)

A partir da crise da ditadura, se consolidou uma ruptura com o histórico conservadorismo do Serviço Social, evidentemente isso não quer dizer que toda a classe de profissionais tenha aderido a esta postura. A significação ocorreu devido à democratização que se observou no interior da categoria, legitimando-se, como aponta Netto, “o direito à diferença ídeo-política. Os posicionamentos ideológicos e políticos de natureza crítica ou contestadora puderam se expressar”.

Nessa fase, a produção sobre Serviço Social foi intensa, grande parte da literatura nacional produziu-se, as pesquisas sobre teorias e a prática desenvolveram-se e a grande massa crítica da produção pôde ser estudada e debatida às claras.

A categoria profissional defendeu a realização de um projeto profissional articulado ao ideário das classes trabalhadoras, responsáveis pela diversidade de práticas e experiências de classe permeada de conteúdos democráticos.

Entendemos que o Serviço Social, quando de sua implantação, tinha como objetivo atender a classe dominante, adaptando os desajustados ao contexto social, buscando o bem-estar da sociedade, entretanto, o compromisso político com as classes desfavorecidas foi sistematicamente se incorporando à realidade de sua atuação. Sendo um processo, a profissão foi obtendo avanços, impondo uma prática política na busca de ações coletivas e não apenas pautada na atuação individual ou particular.

O fortalecimento e investimento em movimentos de emancipação, a aliança com as classes populares, o trabalho com outras categorias profissionais e vários segmentos da sociedade proporcionou ao Serviço Social uma atuação representativa na transformação da sociedade e na reflexão de que somos seres histórico-sociais.

No Serviço Social, de acordo com Yamamoto (2001), a perspectiva fundante da formação profissional é um trato teórico, histórico e metodológico da realidade social. Sua hipótese é a adoção de uma teoria social crítica e de um método que permita a apreensão do singular como expressão da totalidade social. É a historização do movimento da realidade que permite perceber as tendências do real. A implicação dessa formulação é problematizar a sociedade capitalista do ponto de vista da reprodução social, qualificando a unidade da produção material e da reprodução das relações sociais.

Essa perspectiva, compartilhada por grande parte da categoria profissional, deu o tom dos debates e estudos referentes à formação profissional nesta década, culminando com o novo Código de Ética, publicado em 1993, o qual reafirma o projeto profissional comprometido com as classes trabalhadoras e dá outro tratamento à dimensão ético-política da profissão.

Esse Código de Ética traz o compromisso com os valores e princípios colocados, segundo Yamamoto (2001), no horizonte de um projeto de superação da ordem burguesa. Assim, o Código de Ética propõe a ampliação da *liberdade*, concebido como *autonomia*, *emancipação* e pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais: a consolidação da democracia, enquanto socialização da política e da riqueza socialmente produzida e a defesa da equidade e da justiça social enquanto universalização do acesso a bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais e à sua gestão democrática.

A transformação proposta pelo Serviço Social hoje é partir de um projeto coletivo para o individual, refletindo sobre sua condição de ser humano e entendendo o processo dinâmico de busca de direitos e realização na vida familiar, profissional e social.

Na atualidade, Netto (1996) aponta que dentro das concepções de formação no Serviço Social vamos encontrar a corrente conservadora de influência social cristã, a corrente renovadora baseada na concepção marxiana e a corrente pós-moderna. E explicita que a conservadora e a pós-moderna convergem em muitos pontos e antagonizam a renovadora.

Portanto, a análise da profissão pressupõe reconstruir sua história contextualizada em seu aspecto mais amplo, reconstruir sua produção teórica e metodológica herdadas das grandes matrizes do pensamento social e de suas expressões no campo das ciências humanas e da teoria social crítica, para apreendê-la em sua articulação com as teorias, as estratégias, os procedimentos e o arsenal técnico, para traçar seu caminho rumo aos objetivos a que se propõe o Serviço Social.

CAPÍTULO II – ASPECTOS DETERMINANTES DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

2. As concepções de formação do assistente social

A formação profissional do assistente social brasileiro não pode ser dissociada dos determinantes históricos conjunturais da realidade onde se expressa. A profissão surgiu primeiramente como uma forma organizada de praticar a caridade de caráter assistencial; suas primeiras intervenções constituíam-se em distribuir bens materiais, fazer um trabalho educativo no sentido de conhecer as necessidades de cada pessoa e poder dar conselhos, além de ajudar a prevenir os problemas derivados da pobreza.

Ao longo do tempo, essa perspectiva migrou para uma atuação do profissional qualificado que intervém diretamente nas questões sociais oriundas e aprofundadas pelas dificuldades socioeconômicas do sistema capitalista.

No Brasil, a implantação do Serviço Social iniciou-se na década de trinta do século XX, quando ele já estava institucionalizado em países como a França, a Inglaterra e os Estados Unidos.

Sua gênese se deu a partir da militância católica marcando profundamente sua história, especialmente por possuir um caráter filantrópico do apostolado leigo da Igreja.

As mudanças observadas e apontadas no processo do Serviço Social estão em conformidade com o desenvolvimento político da sociedade brasileira. Sua trajetória se consolidou sob a égide do desenvolvimento capitalista industrial, desvinculando-se do serviço social europeu, tendo como nova orientação o Serviço Social americano.

Diferentes concepções filosóficas e teóricas permeiam o processo de formação do assistente social; claro está que elas não são estanques, aparecem de forma mais ou menos intensas em cada momento histórico, mesclam-se; a sistematização apresentada tem o propósito didático de dar suporte epistemológico.

Para tanto, procuraremos apontar as mais influentes teorias que influenciaram a formação profissional do assistente social oferecidas pelos cursos em geral, e, de maneira específica, a realizada pela Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS),

objeto de nosso estudo, procurando entender sua trajetória, suas acomodações e rupturas. Evidentemente proporcionando apenas um panorama em tão vasto assunto.

Como se posiciona a FAPSS frente a estes pressupostos? Foi influenciada de maneira determinante pelas várias correntes filosóficas ou permaneceu atrelada à proposta inicial de influência católica? E porque nosso interesse em verificar a formação profissional desta faculdade?

Evidencia sua importância pelo grande número de assistentes sociais que formou, e também pela sua característica de se manter isolada, isto é, uma faculdade que possui apenas o curso de Serviço Social. Diferente de outras instituições de ensino superior que agregam vários cursos.

Dentro da perspectiva da história das instituições escolares, e, em particular, as universitárias, focamos nela nosso interesse e acreditamos ser relevante sua história à qual se agregam mais de cinco mil profissionais formados por ela. Dentre estes profissionais muitos exerceram e exercem cargos políticos e de chefia no âmbito social, influenciando, portanto, o conjunto da sociedade, dada a própria característica de atuação do Serviço Social.

Malgrado o trabalho e a formação profissional encontrarem-se estritamente conectados com nossa análise, ele não se deterá na categoria trabalho, assunto que demandaria uma dissertação diferenciada, mas nos referiremos à atuação profissional.

As condições e relações da atuação profissional são mutáveis e históricas, estabelecendo limites e possibilidades nas ações que dão o mote do conteúdo e da realização profissional. A formação profissional é um projeto educacional que articula ensino, pesquisa e extensão orientados por diretrizes básicas. Não se limita ao processo que se restringe a formar quadros profissionais nem se confunde com a simples preparação para o emprego.

É um processo amplo, que carece de preparação científica, produção de conhecimentos, investigação e capacitação continuada. O Serviço Social buscou sua fundamentação teórica nas Ciências Sociais e está sujeito às várias correntes de pensamento que expliquem e que possam dar subsídios para sua atuação. Desse

modo, entre outras disciplinas do conhecimento humano como a História, a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia fazem parte de seu referencial.

Assim, apresentaremos as principais concepções de formação profissional que influenciaram o Serviço Social e posteriormente a que esteve presente na Faculdade Paulista de Serviço Social. Para tanto, achamos pertinente esse referencial das concepções filosóficas que perpassam a formação profissional do assistente social, assim como de maneira abrangente o currículo e a história do Serviço Social e como ela se insere na sociedade brasileira, para poder entender a história e a concepção de formação da FAPSS.

2.1. A concepção neotomista

A orientação filosófica que norteou o Serviço Social em sua origem foi a filosofia baseada no neotomismo. O neotomismo foi o inspirador da visão de pessoa humana, de mundo e do bem comum que iluminou a teoria e a prática dos profissionais formados nas primeiras escolas, postulados por esta perspectiva filosófica, baseada no pensamento de São Tomás de Aquino e incentivado pela Igreja Católica.

De acordo com esta orientação, conforme aponta Mascaro (2007), o homem não se salvaria apenas pela fé, mas também por suas obras. As boas ações teriam um papel similar à fé, o de levar o homem à sua salvação, ao mesmo tempo em que permite enxergar a sociedade como um objeto de análise, mas não é liberado da teologia. Os desígnios de Deus ainda presidem a lógica do mundo.

Entende-se por "tomismo" o conjunto das doutrinas teológicas e filosóficas de Santo Tomás de Aquino (1225-1274), um dos principais nomes da filosofia medieval, consideradas as expoentes do pensamento escolástico, que buscam a harmonia entre o racionalismo aristotélico e a tradição revelada do cristianismo. Por outro lado – ou no mesmo lado – surgida no século XIX, "neotomismo" é a corrente filosófica que busca reviver e atualizar o pensamento e a teologia de Santo Tomás de Aquino – o tomismo – com o objetivo de resolver problemas contemporâneos. Para o neotomismo, toda a filosofia moderna, a partir de Descartes, constituir-se-ia em erros e equívocos,

responsáveis pela crise do mundo moderno; essa crise, entendida como um desvio metafísico e espiritual, só poderia ser superada com um *retorno ao tomismo*. O neotomismo, então, baseia-se, igualmente, na filosofia aristotélica para esclarecer e justificar racionalmente a revelação divina do cristianismo.

Para a visão neotomista é inaceitável privilegiar-se interesses de ideologias – como o liberalismo ou comunismo, por exemplo – ou instituições – como o governo ou empresas – em detrimento do direito do ser humano a uma vida digna e tudo o que a ela acarreta: a liberdade, a saúde, o emprego e a habitação.

Entende-se que esta questão, além de moral, é também universal, porque se caracteriza por uma ruptura de vínculos em todas as instâncias: Estado e política, economia e produção, família e educação, cidade e campo, nas artes e nos pequenos grupos. Mas, sobretudo, como explicita Ferreira (1939), porque atrás de todas estas instâncias está sempre a mesma pessoa humana que erra e sofre, que explora e que é esquecida e por isso aviltada. Em toda parte, é a pessoa humana inferiorizada em relação aos valores materiais. É uma questão moral, segundo Ferreira, porque é uma questão humana, é uma questão de consciência.

Postula esta teoria que o homem é possuidor de dois atributos: a inteligibilidade e a liberdade, portanto pode superar sua condição, caso esta esteja em situação precária em termos materiais e espirituais, fortalecendo-se para sua realização enquanto pessoa humana. Credita aos homens a “culpa” pelas situações que vivencia, e acredita que a prática doutrinária, fundamentada nos princípios cristãos, se constitui a chave para sua recuperação e da sociedade.

A concepção de homem dos primeiros assistentes sociais brasileiros situava-se no plano metafísico. A formação profissional era orientada pela doutrina católica que entendia o homem como portador de “valor soberano a qualquer outro valor temporal”, isto é, tinha um valor temporal e um atemporal, sendo este predominante sobre o primeiro. Os verdadeiros princípios eram imutáveis. Ferreira (1939) analisava e interpretava a sociedade como a instância na qual o homem podia completar-se e realizar-se como pessoa humana.

Na análise de Junqueira, podemos entender como era a concepção de homem baseada nesta filosofia:

O homem como ser livre, inteligente e social, com direito de encontrar na sociedade os meios necessários à sua sobrevivência e pleno desenvolvimento como pessoa humana. Daí se deduzia o sentido do bem comum e a imperiosidade da justiça social – o indivíduo para a sociedade e a sociedade para a pessoa humana, cidadão. (JUNQUEIRA, 1980, p. 30-31)

Entre os muitos divulgadores do neotomismo, o filósofo e pensador francês Jacques Maritain, cuja obra quase toda foi traduzida para o espanhol e o português, tornou-se referência para os autores católicos da América Latina e do Brasil.

No Brasil, Alceu Amoroso Lima, conhecido como Tristão de Ataíde, foi seu mais destacado representante. Reconhecido publicamente como crítico literário e pensador católico, sempre se envolveu com a política e as questões sociais. Além do que, foi diretor do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem*, tornando-se um ativo líder das correntes católicas conservadoras, sobretudo como presidente da Ação Católica (1932-1945). Influenciou desse modo toda a filosofia que orientou o início da formação profissional do assistente social brasileiro.

De acordo com essa concepção, o Serviço Social teria como objetivo moldar o homem para integrá-lo aos valores defendidos por esta filosofia. A partir desse pressuposto neotomista, os primeiros assistentes sociais idealizavam um projeto societário que contemplasse as duas dimensões do homem: o corpo e a alma, e recusavam como, sugeria a Igreja, o comunismo e o liberalismo¹³. Seu objetivo era a reeducação de valores morais e obediência aos princípios cristãos, que se realizaria caso fossem asseguradas as mínimas condições de bem-estar social.

¹³ Liberalismo pode ser definido como um conjunto de princípios e teorias políticas que apresenta como ponto principal a defesa da liberdade política e econômica. Nesse sentido, os liberais são contrários ao forte controle do Estado na economia e na vida das pessoas. O pensamento liberal teve sua origem no século XVII, através dos trabalhos sobre política publicados pelo filósofo inglês John Locke. Já no século XVIII, o liberalismo econômico ganhou força com as ideias defendidas pelo filósofo e economista escocês Adam Smith. (*Dicionário de Sociologia*, www.prof2000.pt/users/dicsoc/soc.a.html)

2.2. A concepção positivista

O positivismo ganhou projeção no âmbito das Ciências Sociais com Auguste Comte. Considerado seu fundador, ele postulava que a sociedade deveria ser reconstruída através de uma reforma intelectual do homem.

Segundo Costa:

O positivismo é uma corrente filosófica surgida na primeira metade do século XIX através de Auguste Comte (1798-1857). O positivismo se originou do "cientificismo", isto é, da crença no poder exclusivo e absoluto da razão humana para conhecer a realidade e traduzi-la sob a forma de leis naturais. Essas leis seriam a base da regulamentação da vida do homem, da natureza como um todo e do próprio universo. Seu conhecimento pretendia substituir as explicações teológicas, filosóficas e de senso comum por meio das quais – até então – o homem explicava a realidade. (COSTA, 1997, p. 46-47)

Auguste Comte desenvolveu seu pensamento em grande parte inspirado pelo progresso da ciência e das técnicas. Vivia em seu tempo o apogeu da Revolução Industrial, com o advento de um mundo industrial e mecanizado. Rompeu definitivamente com as crenças religiosas e as abstratas ideias iluministas, sendo o primeiro a se reportar de modo sistemático à palavra sociologia.

Foi o primeiro pensador, segundo Pinto (1986), a defender um ramo do conhecimento que estudasse especificamente a sociedade, isto é, preocupou-se em transformar um setor do conhecimento chamado sociologia na síntese do conhecimento humano. Mas para explicar a ordem social, ele empresta da biologia o conceito de organismo, passando a conceber a sociedade como um organismo biológico, no qual o conjunto dos diversos órgãos funciona em perfeito equilíbrio.

O positivismo teve impulso com o desenvolvimento dos problemas econômico-sociais predominantes no século XIX. A atividade econômica, produtora de bens materiais, era valorizada com base em uma filosofia positiva, naturalista e materialista.

Admite-se como fonte de conhecimentos e critério de verdade, a experiência e os fatos positivos que podem ser catalogados, medidos, controlados e reduzidos à metodologia e à sistematização das ciências.

Nas idéias de Comte temos alguns princípios fundamentais do positivismo: a busca da explicação dos fenômenos através das relações dos mesmos e a exaltação da observação dos fatos, mas resulta que para ligar os fatos existe “necessidade de uma teoria”. Buscar as causas dos fatos era ter uma visão desproporcionada da força intelectual do homem, de sua razão. Isso era metafísico.

Segundo ele, o estado positivo caracteriza-se pela subordinação da imaginação e da argumentação à observação. Cada proposição enunciada de maneira positiva deve corresponder a um fato, seja particular, seja universal. A visão positiva dos fatos abandona a consideração das causas dos fenômenos e torna-se pesquisa de suas leis, entendidas como relações constantes entre fenômenos observáveis. Quando procura conhecer fenômenos psicológicos, o espírito positivo deve visar às relações imutáveis presentes neles, como quando trata de fenômenos físicos, como o movimento ou a massa, só assim conseguiria realmente explicá-los.

A mudança da sociedade objetivada pelo positivismo requer fundamentalmente um refazer dos costumes mais com a reforma intelectual do homem que pela transformação das instituições. É o fortalecimento da ordem social sem qualquer doutrina revolucionária, concentrando-se na renovação moral da sociedade pela ordem e modificando-se através do progresso.

O positivismo enquanto método de análise é uma concepção de mundo, é uma postura diante da realidade social. Esta postura consiste em tomar a objetividade como sendo a realidade social. É a expressão privilegiada do modo de pensar da sociedade burguesa. Na concepção de Comte, era preciso uma reforma do espírito e das condições sociais sem o aniquilamento das classes ou da propriedade privada.

A filosofia da história, tal como concebe Comte, entende que as ideias é que conduzem e transformam o mundo, e é a evolução da inteligência humana que comanda o desenrolar da história. Ele admitia que só se pudesse conhecer o espírito humano através de obras sucessivas sobre a civilização na história do conhecimento e

das ciências. Rejeitava a introspecção, porque o sujeito do conhecimento se confunde com o objeto estudado. A vida espiritual autêntica não é uma vida interior, é a atividade científica que se desenvolve através do tempo.

O espírito humano, em seu esforço para explicar o universo, passa sucessivamente por três estados: Teológico, Metafísico e Positivo. A lei dos três estados é verdadeira para a história da espécie humana e também para o desenvolvimento de cada indivíduo.

Nesse aspecto, e de acordo com Mascaro (2007):

(...) a sociologia para Comte trataria de duas partes importantes, uma estática e uma dinâmica. A primeira parte observaria os fenômenos invariáveis, constantes a todos os grupos sociais, como religião e a família. A segunda parte trataria da evolução das sociedades, observando as suas alterações. Como os fenômenos constantes a todas as sociedades são os elementos que ordenam sua organização, resulta da estática o conhecimento da ordem. A dinâmica, por sua vez, trataria do progresso. O lema 'ordem e progresso', assim, encerra o fundamental do pensamento de Comte acerca da sociologia. (MASCARO, 2007, p. 72).

Maior importância era dada ao “como” e não ao “o quê”, enfatizando, dessa forma, o caráter de neutralidade de sua teoria e de sua prática. Para Tonet (1984), o positivismo não se interessa pelo que é, julgando isso um problema irrelevante porque inatingível, mas apenas pelo modo como as coisas acontecem.

Logo, na busca interpretativa de Netto:

O positivismo é uma tendência necessária que a sociedade capitalista põe à sua apreciação (...) a sociedade burguesa reveste os fenômenos sociais com uma objetividade que lhe é própria. É só nesta sociedade que os fenômenos sociais adquirem a aparência de coisas (...). Sem esta aparência de coisa, a sociedade capitalista não poderia funcionar, não poderia existir, ela faz parte da dinâmica intrínseca, imanente dessa sociedade. (...) É o positivismo, tomado no seu sentido mais exato, consiste precisamente em o pensamento não se liberar

dessa trava, em o pensamento não ultrapassar essa aparência coisificada dos fenômenos sociais. (NETTO, 1992, p. 53)

Assim, dois pontos em comum entre a Igreja Católica e o positivismo, a saber: primeiro, o respeito à autoridade, e segundo, a ideologia da ordem e a crença de que através das elites se educa o povo, vão dar a tônica nos cursos de Serviço Social.

A concepção de homem para o positivismo é de um indivíduo, que junto com outros indivíduos vão formar a estrutura social. Para o positivismo não há contradições, no sentido de oposições de raiz na realidade social. O que existe são diferenças, disfunções, desvios, a sociedade tem uma tendência natural para a ordem e para a harmonia. Na ideia de Comte, era preciso uma reforma do espírito e das condições sociais sem o aniquilamento das classes ou da propriedade privada.

Os fatos sociais constituíam o objeto de estudos dos assistentes sociais; fatos que podiam ser observados, descobrindo suas relações e estabelecendo critérios de como se produziam e como poderiam ser controlados. Partia-se da ideia de que tanto os fenômenos da natureza como os da sociedade estavam regidos por uma lei invariável. O emprego do termo “variável” permitiu medir as relações entre os fenômenos e estabelecer generalizações.

Um aspecto importante para mostrar a influência positiva no Serviço Social é a noção de equilíbrio e regularidade, pois sendo o organismo social um conjunto de órgãos em funcionamento, estes devem manter certa regularidade que lhe confere a noção de normalidade. O que ocorre fora dos padrões de normalidade torna-se patológico ao sistema social.

O positivismo rejeita o conhecimento metafísico, devendo limitar-se ao conhecimento positivo, aos dados imediatos da experiência. Defende a ideia de que tanto os fenômenos da natureza como os da sociedade são regidos por leis invariáveis.

Uma das aspirações mais abrigadas pelos positivistas foi a de alcançar resultados na pesquisa social que pudessem generalizar-se. As técnicas de amostragem, os tratamentos estatísticos e os estudos experimentais severamente controlados foram instrumentos usados para concretizar estes propósitos.

2.3. A concepção funcionalista

A designação *funcionalismo* advém da importância atribuída à análise funcional, à explicação dos fatos sociais pelas funções que desempenham. Os fatos sociais têm uma existência independente e mais objetiva do que as ações individuais e podem ser explicadas por outros fatos sociais. De acordo com a teoria funcionalista, os fatos sociais devem ser tratados como coisas, exteriores ao investigador, e a sociedade deve ser compreendida como um conjunto de ideais, alimentados pelos indivíduos que dela fazem parte.

A sociologia de Durkheim aponta a primazia do social em face do individual, os fatos sociais são seu elemento basilar. Para ele, um fato social não é um acontecimento isolado, ele sempre deriva de outro fato. Por meio da empiria e a estatística, seria possível, segundo ele, dar objetividade ao conhecimento dos fatos sociais. A busca no sentido de entender as causas pelas quais se dá a coesão social.

Na análise de Mascaro (2007), a concepção de Durkheim a respeito dos fatos sociais é bastante próxima de uma postura positivista. Para ele, é preciso analisar o fato social de maneira objetiva. Não se deve interpretar o fato social a partir de elementos valorativos, a partir de concepções filosóficas ou morais prévias ao fato. Deve-se tratar um fato social como uma coisa. No pensamento de Durkheim, esse procedimento conseguiria garantir à ciência sociológica uma objetividade que a tornasse universal.

Para os funcionalistas, a sociedade está constituída por subsistemas (estruturas) que operam (funcionam) de modo interdependente. Cada indivíduo exerce uma função específica na sociedade e sua má execução significa um desregramento da própria sociedade.

A interpretação da sociedade está diretamente relacionada ao seu estudo, que, segundo Durkheim, apresenta características específicas, como exterioridade e coercitividade. O fato social é exterior, na medida em que existe antes do próprio indivíduo, e coercitivo, na medida em que a sociedade impõe tais postulados, sem o consentimento prévio do indivíduo. Outro fator que caracteriza um fato social é sua

aceitabilidade por parte da maioria, por parte do coletivo dentro da sociedade. Essa aceitação é o produto de uma maneira peculiar e circunstancial de pensar, sentir e agir de um grupo, em um dado momento histórico e contexto social.

Nesta perspectiva determinista, a continuidade de uma sociedade depende do sucesso da socialização dos novos membros. Cada membro é indispensável para manter o equilíbrio e a harmonia da sociedade. O consenso é um aspecto fundamental para a harmonia do conjunto e os conflitos são vistos como tensões ou disfunções. A integração nas estruturas, nos papéis e nas ideologias existentes na sociedade assegura a continuação da mesma. O funcionalismo analisa o caminho que o processo social e os arranjos institucionais contribuem para a efetiva manutenção da estabilidade da sociedade. A perspectiva fundamental é oposta às maiores mudanças sociais.

No bojo desta perspectiva funcionalista, a integração social era entendida como o processo de participação do homem como beneficiário e como agente do desenvolvimento. O funcionalismo, entretanto, foi muito criticado por prover modelos ineficazes para mudanças sociais, contradições estruturais e conflitos.

Essas visões funcionalistas entendiam os fatos sociais exteriores ao indivíduo. Sua concepção de exterioridade foi usada como regra para entender a sociedade e os fatos que acontecem na mesma em sua totalidade; se porventura algum fato estiver dissonante, a sociedade não estará bem.

A concepção funcionalista pressupõe uma universalidade de valores aplicados e aplicáveis a qualquer realidade, com neutralidade ideológica e prática apolítica. O profissional tem procedimentos distintos em relação à população, pois deve possuir formação técnica para orientar as ações, atuando sobre a realidade aceitando os valores vigentes. Supõe a igualdade e oportunidade para todos, com a visão abstrata da sociedade harmônica e equilibrada. A sociedade é regida por uma ordem funcional, onde cada componente contribui de uma maneira particular para o funcionamento social.

O modelo funcional é herdeiro do pensamento positivista, caracterizado na linha central do pensamento anglo-americano contemporâneo. Para o bom andamento do sistema é necessário que todos desempenhem bem suas funções. Quando indivíduos,

grupos ou instituições não desempenham adequadamente suas funções, existe uma disfunção, que implica no desequilíbrio desse sistema, sua correlação evidentemente implica em mudança da situação vigente

A concepção de homem nessa perspectiva, o apresenta em uma dualidade, ou seja, ele possui um lado bom e outro ruim, o ambiente é que estimula essas características. O indivíduo é determinado por uma herança genética que ele herda pela bagagem que traz.

De acordo com Faleiros (1996), do ponto de vista funcionalista do Serviço Social, a integração significa ajustamento, treinamento, adaptação, submissão, e não integração politicamente construída nas relações culturais/sociais/econômico-familiares.

Esse método inspirava uma visão camuflada da realidade, não revelando as contradições existentes entre as classes sociais e interpelando os indivíduos como responsáveis pelos problemas sociais, tanto isoladamente como em grupo.

Na análise de Carvalho e Iamamoto:

A predisposição à apreensão moralizante através de categorias abstratas e subjetivas dos problemas sociais, o capitalismo visto como uma ordem natural, as situações conflitivas e a luta de classes aparecerão como desvios. Desvios que tem seu aprofundamento na secularização da sociedade, no paganismo, no laicismo das instituições, no socialismo. A miséria, o pauperismo do proletariado urbano, aparecerá como situação patológica, como uma anomia, cuja origem é encontrada na crise de formação moral desse mesmo proletariado. (CARVALHO e IAMAMOTO, 1988, p. 238)

O modelo funcionalista de Durkheim foi utilizado por antropólogos e sociólogos que o aperfeiçoaram e complementaram, usando os conceitos de processo, estrutura e função para a compreensão da vida social. O funcionalismo transposto para o Serviço Social busca a integração do homem ao meio social em que vive, pois o indivíduo não ajustado corresponde a uma disfunção no sistema social.

2.4. A concepção estrutural-funcionalista

O funcionalismo foi uma das primeiras teorias antropológicas do século XX até ser superado pela Análise Estruturo-funcional ou Estrutural-funcionalismo. O estrutural-funcionalismo foi uma decorrência do funcionalismo, com uma visão de que a sociedade é constituída por partes, por exemplo: polícia, hospitais, escolas etc., cada uma com suas próprias funções e trabalhando em conjunto para promover a estabilidade social. Essa perspectiva foi a dominante entre os antropologistas culturais e sociólogos rurais durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra do Vietnã.

Sua principal característica é a de relacionar a sociedade em componentes de um sistema. Cada um dos componentes do sistema, suas partes, tal como uma peça em relação a uma máquina, desempenha papéis que visam a contribuir para a estabilidade e ordem social, por isso tal abordagem ou teoria é chamada de estrutural-funcionalismo. Ela vai detalhar o conceito de estrutura social e definir os conceitos de *status* e papel para explicar as desigualdades sociais.

O principal articulador desta teoria foi Talcott Parsons. Para ele, a sociedade está constituída por subsistemas (estruturas) que operam (funcionam) de modo interdependente e, nesse sentido, procura formular regularidades gerais da ação individual e social, objetivando analisar os processos sociais que garantam a estabilidade de sistemas sociais. Cada situação é analisada para concluir se contribui para a manutenção do sistema (então é funcional) ou se afeta a eficácia do sistema (então é disfuncional).

As estruturas são interdependentes e agem no sentido de preservar a sobrevivência do todo, não havendo necessariamente uma hierarquia entre elas (diferente dos marxistas, por exemplo, em que o fator econômico é predominante). Para os funcionalistas, esses componentes atuam por interação, tendo capacidade de adaptação para enfrentar os imprevistos e as exigências de mudanças que surgem na sociedade. Se por uma razão qualquer o sistema não apresentar a elasticidade necessária, a qualidade de adaptar-se ao movimento, o sistema torna-se disfuncional, pondo em risco a máquina em seu desempenho, como um motor.

Críticas feitas à teoria de Parsons alertam que esse esquema, baseado em equilíbrio, integração e estabilidade dos elementos, mais o consenso e a conseqüente falta de conflitos, impossibilita a abordagem dos problemas de domínio e de mudança social. A sociedade tem, assim, como princípio único a manutenção da estabilidade e funcionalidade das estruturas sociais existentes.

Essa teoria, baseada nos conceitos de Parsons, reflete o momento histórico norte-americano em pleno desenvolvimentismo. O desenvolvimentismo caracterizou um sistema político que enfatizava a aceleração econômica, incentivada pela industrialização e a modernização conservadora capitaneada pelos Estados Unidos.

A postura desenvolvimentista ganhou força decorrente da filosofia do pós-guerra, isto é, as ideias desenvolvimentistas visavam a aumentar o poderio econômico das nações desenvolvidas e tirar os países da América Latina do atraso, trazê-los para a modernidade capitalista num esforço conjunto para promover o progresso e o mercado consumidor, aumentando seus lucros.

2.5. A concepção fenomenológica

Em linhas gerais, podemos dizer que a fenomenologia é o estudo dos fenômenos em si mesmos, independentemente dos condicionamentos exteriores a eles, cuja finalidade é apreender sua essência, a estrutura de sua significação. É também um método de redução pelo qual o conhecimento factual e as suposições racionais sobre os fenômenos como objeto, e a experiência do eu, são postas de lado, para que a intuição pura da essência do fenômeno possa ser rigorosamente analisada. É o estudo dos fenômenos, distinto do estudo do ser, ou ontologia.

A fenomenologia surgiu como uma proposta de busca de uma nova fundamentação racional para o conhecimento científico que supere o dualismo sujeito social – objeto natural – próprio da ciência positivista, responsável pelas conseqüências do desenvolvimento científico-técnico da sociedade ocidental.

É, de acordo com Husserl,¹⁴ um método que visa a encontrar as leis puras da consciência intencional. Sujeito e objeto constituem para esta concepção dois polos da mesma realidade. Situam-se como anterior a toda crença e juízo e despreza todo e qualquer pressuposto: mundo natural, senso comum, proposição científica ou experiência psicológica. A fenomenologia é, portanto, uma descrição daquilo que se mostra por si mesmo.

A fenomenologia é o *estudo das essências*, e todos os problemas, segundo ela, tornam a definir essências: a essência da percepção, a essência da consciência, por exemplo. Mas também a fenomenologia é uma filosofia que substitui as essências na *existência* e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra forma senão a partir de sua *facticidade*.

Corroborando esta ideia, temos a análise de Triviños (1987):

É uma filosofia *transcendental* que coloca em “*suspensão*”, para compreendê-las, as afirmações da atitude natural, mas também uma filosofia segundo a qual o *mundo está sempre “aí”*, antes da reflexão, como uma presença inalienável, e cujo esforço está em reencontrar esse contato ingênuo com o mundo para lhe dar enfim um status filosófico. É ambição de uma filosofia que pretende ser uma “*ciência exata*”, mas também uma exposição do tempo, do espaço e do “*mundo vivido*”. É um ensaio de uma *descrição direta de nossa experiência tal como ela é*, sem nenhuma consideração com sua *gênese psicológica* e com as explicações causais que o sábio, o historiador ou o sociólogo podem fornecer dela; entretanto Husserl, em seus últimos trabalhos, menciona uma “*fenomenologia genética*” e mesmo uma “*fenomenologia construtiva*”. (TRIVIÑOS, 1987, p. 43)

Essa mudança de orientação teve grande importância para a filosofia, pois a eximiu de cuidar da explicação do mundo e das coisas. A ciência é que explica o mundo e seus aspectos acessíveis à nossa experiência. Ao voltar-se para o conteúdo

¹⁴ O filósofo Edmund Husserl (1859-1938), matemático e lógico, professor em Göttingen e Freiburg im Breisgau, autor de *Die Idee der Phänomenologie (A ideia da fenomenologia, 1906)*, enfrenta o Psicologismo e o Historicismo, e fundador da Fenomenologia. Fonte: [www. Cobra. pages.nom.br](http://www.Cobra.pages.nom.br) Acesso em: 2 abril 2009.

ou para o fenômeno existente na consciência, a fenomenologia encontrou um objeto que a capacita a transformar-se em ciência autêntica, como pretendia seu fundador. Esse conteúdo é antes suscetível de descrição do que de medida. Fazer tal descrição é a tarefa dessa filosofia.

Na fenomenologia, a transformação social é entendida como crescimento da pessoa, e o objeto da intervenção profissional é caracterizado como uma situação existencial problema (SEP) vivenciada pelo usuário.

A saída para esta crise está na substituição da relação sujeito-objeto para a relação intersubjetiva, a relação sujeito-sujeito, que tem na linguagem seu modelo fundamental. Trata-se de um novo paradigma filosófico que pretende substituir o paradigma das filosofias da consciência, operando com uma racionalidade hermenêutica através da interpretação e a compreensão do sentido em oposição à racionalidade dialética

A fenomenologia afirma a importância dos fenômenos da consciência os quais devem ser estudados em si mesmos – tudo que podemos saber do mundo resume-se a esses fenômenos, a esses objetos ideais que existem na mente, cada um designado por uma palavra que representa sua essência, sua "significação". Os objetos da fenomenologia são dados absolutos apreendidos em intuição pura, com o propósito de descobrir estruturas essenciais dos atos e as entidades objetivas que correspondem a elas. Desta forma, podemos dizer que a fenomenologia representou uma reação à pretensão dos cientistas de eliminar a metafísica.

De acordo com Triviños (1987), o pesquisador da corrente fenomenológica não realizará pesquisas para determinar, por exemplo, a ideologia do currículo, porque esse tópico não foi a preocupação da fenomenologia. A busca do fenômeno, da essência do mesmo, através da experiência pura, elimina toda possibilidade de que ele se apresente além da máscara que a ideologia pode oferecer.

Percebe-se que da análise dos conceitos fenomenológicos em nenhum momento essa corrente de pensamento está interessada em colocar em relevo a *historicidade* dos fenômenos. A busca da essência, isto é, o que o fenômeno verdadeiramente é depois de sofrer um isolamento total, uma redução, eliminando o eu que vivencia e o

mundo com seus valores, cultura etc. representa a busca da fenomenologia. O componente histórico não é tarefa que preocupe o pesquisador que se movimenta orientado pelos princípios da fenomenologia.

Assim, na concepção da fenomenologia, o fenômeno se apresenta puro, livre dos elementos pessoais e culturais, chegando o fenômeno ao nível da essência. Dessa maneira, a fenomenologia apresenta-se como um “método” e como um “modo de ver” o dado. Trata-se de *descrever*, e não de explicar nem de analisar.

Esta visão histórica da fenomenologia tem originado outra crítica forte: a de ser ela *conservadora*, cumprindo, assim, o mesmo que o positivismo assumiu em outros tempos. Isso significa que o fenomenólogo estuda a realidade com o desejo de descrevê-la, de apresentá-la tal como ela é, em sua experiência pura, sem o propósito de introduzir transformações substanciais nela.

A fenomenologia exalta a *interpretação* do mundo que surge *intencionalmente* à nossa consciência. Por isso, na pesquisa eleva o *ator*, com suas percepções dos fenômenos, sobre o observador positivista.

A fenomenologia questionou os conhecimentos positivistas, mas omitiu o estudo histórico na interpretação dos fenômenos e também do estudo das ideologias como os conflitos de classe, da estrutura da economia e das mudanças fundamentais da sociedade.

2.6. A concepção marxista

Outra matriz que vai influenciar sobremaneira o Serviço Social, com grande ênfase nos anos de 1960, é, sem dúvida, a concepção marxista. Algumas características fundamentais vão marcar a diferença em relação a toda filosofia e à compreensão social das concepções anteriores. Uma das grandes diferenças é o abandono da concepção idealista a respeito da sociedade.

De acordo com Mascaro (2007), com a introdução das ideias de Marx, definitivamente se acaba a visão metafísica que ainda animava a explicação social.

Ao mesmo tempo, a ferramenta da *história* é incorporada como instrumento fundamental para o esclarecimento das questões sociais. Possui uma visão essencialmente social e histórica, que faz por aprofundar muito mais a análise dos dados concretos do homem em sociedade, na sua ação e no seu trabalho, do que os dados abstratos do homem em si mesmo, individualmente, na sua mera especulação teórica, o acento de Marx era a realidade. [...] A sociedade passa a ser entendida mais profundamente, no nível de suas contradições de classe, no nível de exploração econômica. (MASCARO, 2007, p. 96)

A estrutura da sociedade capitalista está fundamentada nas relações de produção e sua transformação histórica e socialmente construída se dá pela luta de classes. Na produção de bens materiais, os homens entram em relações necessárias, independentes de sua vontade. A sociedade é determinada historicamente em constantes transformações, geradas pelas contradições e lutas entre as classes sociais antagônicas, havendo domínio de uma classe sobre a outra, uma classe de dominadores e uma de dominados, a partir das relações de produção.

O homem vive em sociedade, mergulhado numa infinita série de relações. Tais relações sociais estão vinculadas às suas circunstâncias econômicas, suas crenças, seus valores etc. É preciso, para compreender o homem, a sociedade, a história, analisar a *totalidade* dessas relações, o que envolve as questões da natureza, que são diferentes dependendo da região onde o homem vive, mas não só isso. Também contam as relações de ordem social. Mais do que as questões da natureza, são as relações sociais e as relações de produção que determinam a posição do homem em seu tempo histórico.

A dialética em Marx tem por âncora a realidade, afirma Mascaro (2007). Ao buscar entender a sociedade, o marxista não deve iniciar-se por ideias fixas e pré-concebidas. Deve descobrir as reais contradições da história. O cerne dessas contradições não está no pensamento, e, sim, na concretude das relações sociais. É preciso entender o mundo a partir da história, é preciso valer-se da ferramenta da dialética, entendendo-a a partir dos conflitos. É preciso colocar a dialética de pés no chão. Quer dizer que a história e a dialética têm que partir da realidade.

As grandes contradições sociais devem sempre ser encontradas no nível produtivo da sociedade, nas *relações de produção*, na esfera que determina os produtores da riqueza e o modo de sua apropriação. Assim sendo, o mundo contemporâneo é baseado na propriedade privada dos meios de produção e o produto do trabalho é apropriado privadamente e transformado em mercadorias. O cerne profundo do capitalismo é alguém explorando alguém por meio do capital. Mascaro (2007) explicita que o modo de exploração do trabalho é uma das compreensões mais exigentes de análise porque está no nível profundo das relações de produção. No capitalismo, o cerne da exploração é o capital.

O papel da teoria é tornar consciente, unitário e coerente os interesses da classe operária. Esse papel da teoria se desenvolve através da prática política, na intenção de construir os trabalhadores como sujeitos políticos. Existe, portanto, uma intencionalidade na teoria crítica, que é voltar para a prática dos trabalhadores, esclarecendo-os dos seus "verdadeiros" interesses, para que assim possam agir na direção da sua emancipação.

O movimento da história, a processualidade, é um movimento dialético que se desenvolve através de contradições. Finalmente, essa história é feita pelos próprios homens, nas condições históricas herdadas. Esse é o traço do humanismo do marxismo, a história é feita pelos próprios homens.

O marxismo, de acordo com Triviños (1987), compreende três aspectos principais: o materialismo histórico, o materialismo dialético e a economia política.

O materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. Idealizado por Marx, baseou-se em um modo de produção específico que surgiu com a dissolução do mundo feudal, este modo de produção trouxe implicações enormes para a vida e para a história da humanidade. Significou uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais, pois até o nascimento do marxismo, esta se apoiava em concepções idealistas da sociedade humana. Marx e Engels colocaram pela primeira vez em sua obra, *A ideologia alemã* (1845-46), as bases do materialismo histórico.

O materialismo histórico ressalta a força das ideias, capaz de introduzir mudanças nas bases econômicas que as originou. Por isso, destaca a ação dos partidos políticos, dos agrupamentos humanos etc. Essa ação pode produzir transformações importantes nos fundamentos materiais dos grupos sociais. O materialismo histórico propõe que o pensamento não se comporte de forma especulativa, mas que passe da teoria à prática, do pensamento à ação.

O ponto de partida para entender suas relações e sua produção tanto material quanto cultural. Entendido a partir dos condicionantes históricos, ele não se configura em uma explicação materialista estática, linear. O materialismo histórico é, de acordo com Marx, o fio condutor de todos os estudos subsequentes, seus conceitos básicos constituem uma teoria científica da história e rompe com a visão de uma simples narrativa ou descrição de fatos históricos para colocá-los em relação direta com a produção dos homens.

Na caracterização efetuada por Manacorda, temos a seguinte definição:

Materialismo histórico é a divisão do trabalho como meio historicamente necessário para o desenvolvimento das forças produtivas, isto é, divisão da sociedade em classes e divisão dos homens entre si na produção das próprias condições de vida e de cada homem em si mesmos divididos e unilaterais. (MANACORDA, 1991, p. 83)

O materialismo histórico esclarece conceitos como *ser social* (relações materiais dos homens com a natureza e entre si que existem em forma objetiva, isto é, independentemente da consciência); *consciência social* (são as ideias políticas, jurídicas, filosóficas, estéticas, religiosas etc.), assim como a psicologia social das classes etc. que se tem constituído através da história; *meios de produção* (tudo o que os homens empregam para originar bens materiais: máquinas, ferramentas, energia, matérias químicas etc.); *forças produtivas* (são os meios de produção, os homens, sua experiência de produção, seus hábitos de trabalho). Não obstante, sem considerar a importância única do homem, a força de produção depende fundamentalmente dos instrumentos da tecnologia. As *relações de produção* não podem ser separadas das

forças de produção. Podem ser relações mútuas de cooperação, de submissão ou de um tipo de relação que signifique transição entre as formas assinaladas. *Os modos de produção*: historicamente se indicam cinco modos de produção – própria da comunidade primitiva, escravagista, feudalista, capitalista e socialista.

O materialismo dialético é a base filosófica do marxismo e como tal realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento. Possui como categorias: a matéria, a consciência e a prática social.

O método dialético é aquele que penetra no mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e das mudanças dialéticas que ocorrem na matéria e na sociedade. O método dialético concebe o mundo como um conjunto de processos inacabados, compreende a realidade, valoriza a contradição dinâmica do fato observado e a atividade criadora do sujeito que está sempre a caminho, em formação, inacabado, aberto a novas alternativas.

Na dialética as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em reciprocidade. Nem são isoladas, destacadas uma das outras, são como um todo unido e coerente, organicamente ligadas entre si.

Uma linha teórica baseada no materialismo dialético deve ter presente em seu estudo uma concepção dialética da realidade natural e social e do pensamento, a materialidade dos fenômenos e que estes são possíveis de conhecer. Estes princípios básicos do marxismo devem ser completados com a ideia de que existe uma realidade objetiva fora da consciência e que essa consciência é um produto resultado da evolução material, o que significa que, para o marxismo, a matéria é o princípio primeiro e a consciência é o aspecto secundário, o derivado.

Sobre estes fundamentos, se deve considerar as categorias e leis da dialética. Não é possível, porém, para o pesquisador, imbuído de uma concepção marxista da realidade, realizar uma investigação no campo social, e especificamente na área educacional, se não tem clareza dos conceitos capitais do materialismo histórico: estrutura das formações socioeconômicas, modos de produção, força e relações de produção, classes sociais, ideologia, que é a sociedade, base e superestrutura da

sociedade, história da sociedade como sucessão das formações socioeconômicas, consciência social e consciência individual, cultura como fenômeno social, progresso social, concepção do homem.

2.7. A evolução curricular na formação do assistente social

O currículo é parte da estrutura das instituições escolares, visto ainda como indispensável instrumento de sistematização de saberes e habilidades, podendo se restringir ou não aos limites disciplinares.

Trabalhar com o currículo de qualquer entidade de ensino é reconstruir sua história enfocando suas múltiplas versões e dimensões. Ao fazer essa reconstrução, enfrentamos aspectos macro e microssociais. Rer ler cada um dos documentos para reconstruir o cotidiano escolar não é tarefa fácil, pois ele se apresenta complexo, difuso, difícil de captar para poder desvelar o que está encoberto.

Uma análise mais abrangente possibilita acompanhar a natureza das mudanças ocorridas ao longo da trajetória da formação, compreendendo a gênese e o desenvolvimento de determinadas categorias que se fazem presentes hoje, às vezes com outros significados.

Para compreendermos os meandros da influência dos currículos nas instituições escolares, buscamos a análise de Apple:

A área do currículo e a educação como um todo têm buscado orientar-se pela ideia do aperfeiçoamento, da melhoria. Isso é compreensível, dada a ideologia liberal que orienta a maior parte da atividade educacional e dadas as pressões e os interesses para que a área sirva às escolas, a seus programas e metas. A marcada absorção imposta pelas reformas que visam ao aperfeiçoamento tem, contudo, causado alguns efeitos bastante deletérios. Ela não só tem feito com que se ignorem algumas questões e pesquisas que poderiam contribuir a longo prazo para a nossa compreensão do processo de escolarização, mas também negligencia o papel crucial que a reflexão crítica deve desempenhar para que uma área permaneça vital. A reflexão crítica é importante para se pensar e

questionar qual e como distribuir conhecimentos e valores que não sejam limitadores nem baseados numa ordenação de crenças e conceitos estruturados em lógica perfeita que parecem predominar na área do currículo em determinado momento. O conservadorismo intelectual é em geral coerente com o conservadorismo social. (APPLE, 2006, p. 177).

A questão curricular implica, necessariamente, o estudo atento das questões referentes à seleção, construção e distribuição do que é considerado conhecimento, bem como por que certas formas de conhecimentos são excluídas. Os conhecimentos curriculares enquanto conhecimentos selecionados constituem um corpo de saber legitimado, aquilo que se julga como certo e apropriado. Eles são intencionalmente escolhidos. Esta escolha pode ocultar outras intenções, expressar-se de forma subjacente, nas entrelinhas.

O currículo escolar como compreende Apple (2006) corresponde a uma construção moderna, necessitando da compreensão de vários fatores que interferem no seu entendimento. A compreensão dos processos de construção do currículo permite analisar as contradições existentes no processo, a correlação de forças que determinam maior ênfase dada a uma forma de conhecimento em detrimento de outra e, por fim, a atuação dos envolvidos na operacionalização do currículo.

A construção curricular não ocorre sem embates; ela deve ser compreendida enquanto expressão dos conflitos, entre a proposta institucional burocrática e os saberes docentes. Podem ocorrer resistências silenciosas por parte de alguns docentes, no sentido de organizar mecanismos na tentativa de subverter a ordem vigente ou de produzir um discurso oposto ao grupo hegemônico, ainda que restrito aos espaços de sua sala de aula.

Adverte-nos Goodson (1998) que a elaboração de um currículo pode ser considerada um processo pela qual se inventa tradição, esclarecendo que, obviamente, se os especialistas em currículo, os historiadores, os sociólogos da educação ignoram, em substância, a história e a construção social do currículo, mais fáceis se tornam à mistificação e reprodução do currículo tradicional, tanto na forma de tal mistificação e reprodução do currículo tradicional como no conteúdo.

A compreensão da natureza das mudanças curriculares possibilita que o passado auxilie no entendimento do presente e que o presente possa permitir ver o passado com outros olhos, na complexidade do processo educacional e social. Portanto, um currículo não é indiferente, ele carrega consigo uma ideologia, uma intenção.

Fez-se necessário um estudo, mesmo que breve, para situar a importância do currículo no âmbito das instituições escolares, entretanto, nosso objetivo não é estudar a fundo o currículo da referida faculdade em suas especificidades. Ele será um dos elementos a proporcionar um suporte para a compreensão da formação profissional a partir das concepções desenvolvidas dentro da instituição, inclusive podendo algumas disciplinas serem citadas por sua importância.

O currículo do Serviço Social, em sua dimensão epistemológica, forma uma totalidade aberta, em permanente movimento, mas que se torna apreensível tanto em sua estruturalidade lógica quanto em suas contradições históricas, desde que abordado por um conhecimento atento às determinações epistêmicas das estruturas e dos eventos, mediadas pelas intencionalidades do sentido. Assim posiciona-se Sá (1995) em sua contribuição para o entendimento da visão do currículo em Serviço Social.

De maneira abrangente, vamos posicionar a trajetória do currículo na história do Serviço Social brasileiro, destacando sua implantação, a iniciativa de unificação dos currículos das escolas existentes em 1953, seus debates nas décadas de 1960 e 1970, sua atualização em 1984 e sua mais recente revisão em 1993. Essa divisão cronológica segue as diretrizes da ABESS (Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social).

Desde o ano de 1936 implantou-se um currículo organizado para o curso de Serviço Social, com objetivos definidos e conteúdo programático com disciplinas que atendiam à formação teórica básica e à formação técnica para a configuração do perfil profissional a ser formado. Apresentavam uma preocupação não apenas com o conteúdo programático das disciplinas que comporiam uma formação técnica, mas com o conteúdo de formação moral desse trabalhador.

Os estudos abrangiam a vida social, econômica, a vida física, a mental e a moral. Esse currículo seguia os moldes do currículo franco-belga apresentado ao CEAS

(Centro de Estudos e Ação Social) pelas estudantes brasileiras que foram à Bruxelas fazer o curso de Serviço Social.

Destacamos o objetivo do CEAS: seu fim é dar às nossas organizações de assistência, de serviço social em geral, um elemento imprescindível: o assistente tecnicamente preparado, porém a formação deve estar baseada em critérios exigentes em termos de personalidade desse assistente social. Tem que estar preparado técnica e moralmente diante da “missão que lhe está reservada para efetuar um trabalho eficiente”. Esse profissional tem que possuir uma sólida formação moral, pois vai ser posto à prova, quer aconselhando, quer adotando uma atitude frente a um problema moral daqueles que procura reajustar. Assim, o assistente social funcionava como uma extensão do CEAS, primeiro deveria se ajustar para depois ajustar os indivíduos na sociedade.

Como atesta Sá (1995), como coroamento do trabalho de formação dos futuros assistentes sociais, vinha a formação da personalidade. No artigo apresentado por Albertina Ferreira Ramos na 4ª Semana de Ação Social de São Paulo, em 1940, são apontados os requisitos básicos para o exercício da profissão: um mínimo de qualidades e aptidões, certas condições de vida, ausência de defeitos incompatíveis com o trabalho a realizar, mínimo de devotamento.

O Serviço Social de Caso tinha como finalidade ajudar no desenvolvimento pessoal e social do indivíduo, visando num processo de mudança seu ajustamento à sociedade. Mary Richmond, uma assistente social americana, foi a organizadora de um método de trabalho no Serviço Social com medidas eficientes para a prática profissional. Ela quem teorizou sobre a diferença entre filantropia e serviço social.

Seu esquema de trabalho era feito através de entrevistas, visitas domiciliares, conversas informais com pessoas ligadas ao sujeito-problema. Neste processo, segundo seu método, o assistente social deveria observar e relatar minuciosamente para obter um diagnóstico da situação para depois tentar descobrir um modo de ajudar. Com seus estudos, deu-se um estatuto de seriedade à profissão, além de secularizar e perceber que era necessário dar bases técnicas à prática sistemática da profissão.

O Serviço Social de Grupo, de acordo com Pinto (1986), foi definido por Konopka (um dos nomes mais importantes do Serviço Social norte-americano) como um método que ajuda as pessoas a aumentarem seu funcionamento social através de objetivas experiências de grupo e a enfrentarem, de modo eficaz, seus problemas pessoais, de grupo e de comunidade.

O Serviço Social de Comunidade, com base nos princípios objetivos do Serviço Social, visa conscientizar, politizar e capacitar uma comunidade para seu desenvolvimento econômico, social, cultural, psicológico e sua ação cooperativa.

A influência do funcionalismo foi ideologicamente perceptível no Serviço Social latino-americano e especialmente no Brasil. Segundo Faleiros (1996), o Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade “são elaborações teóricas nascidas no próprio seio do capitalismo, como resultado de uma concepção ideológica conservadora da sociedade e de estratégias de controle de classes dominadas pelas classes dominantes.

Em 1946 foi organizada a ABESS (Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social), com a participação do Instituto de Serviço Social (Faculdade Paulista de Serviço Social), da Escola de Serviço Social (atualmente Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e da Escola de Serviço Social (PUC do Rio de Janeiro). Essa associação surgiu, de acordo com Sá (1995), com a finalidade de congregar as escolas de Serviço Social para; promover intercâmbio e colaboração entre seus membros, promover a adoção de um padrão mínimo de ensino, representar os interesses coletivos das escolas.

Como parte das realizações da ABESS, no dia 13 de junho de 1953, foi aprovada a Lei nº 1.889, regulamentando o ensino do Serviço Social, em nível superior, com a duração mínima de três anos.

O ano de 1954, para o Serviço Social, foi marco de dois eventos importantes: o estabelecimento do decreto que regulamentou o currículo mínimo e do Código de Ética Profissional, caracterizando os assistentes sociais como categoria profissional diferenciada. Esta denominação abrange profissionais que possuem estatuto profissional, regulada por lei.

O currículo assim foi constituído: Sociologia e Economia Social, Direito e Legislação Social, Higiene e Medicina Social, Psicologia e Higiene Mental, Ética Geral e Profissional, Filosofia, Introdução e Fundamentos do Serviço Social, Métodos do Serviço Social, Serviço Social de Casos, Grupo, Organização Social da Comunidade, Serviço Social em suas especializações: Família, Menores, Trabalho, Médico e Pesquisa Social.

Essas conquistas foram proporcionadas pelo esforço da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social que, ao longo do tempo, acompanhou e organizou diversos estudos e debates no aperfeiçoamento e na evolução do currículo e da formação profissional, adequando-a às mudanças verificadas na realidade social.

Nas escolas de Serviço Social criadas por iniciativa da Igreja, especialmente a FAPSS, as disciplinas Moral, Religião e Cultura Religiosa fizeram parte do currículo de forma explícita até o ano de 1983.

A influência neotomista permeou por muito tempo o currículo das escolas de Serviço Social, mas houve um deslocamento histórico do currículo em razão da alteração na relação sujeito-objeto-conhecimento, na década de quarenta. Nessa alteração tomou forma significações ligadas às orientações positivista/funcionalista, encontrando legitimidade nas demandas sociais da sociedade capitalista em expansão.

A realidade brasileira modificava-se em razão da expansão econômica e, principalmente, advindas da industrialização e acelerada urbanização e dos seus problemas sociais próprios de ações desprovidas de planejamento urbano e crônico desinteresse pelas condições de vida da população brasileira. O conhecimento científico se fazia necessário ao progresso e a realidade social pedia outras intervenções. Estas intervenções começaram a migrar de uma atuação focalizada no ajustamento do homem à sociedade, para o homem como sujeito social inserido em uma sociedade industrial e em plena urbanização.

Na análise de Sá, podemos entender como se processou a transformação do currículo no âmbito da formação profissional do assistente social de conformidade com a época em que estava sendo implantado:

A formação profissional, que antes possuía um caráter vocacional, agora ganha uma conotação diferente: a base conceitual é a técnica e os profissionais sentem necessidade de revalorizar a profissão. Neste momento se faz forte a influência norte-americana e a estrutura curricular vai se adaptar a esta orientação de forma gradual, nas mudanças da bibliografia, configurando cada vez mais uma relação mecanicista de conformidade do conhecimento com o objeto estudado. (SÁ, 1995, p. 200)

Um dos aspectos apontados como fundamentais na formação do assistente social, correspondia à preparação de uma base de cultura geral que permitisse a compreensão do comportamento humano e dos fenômenos sociais, no tempo e no espaço. As exigências dessa formação na visão mecanicista estão centradas nas ciências do homem e da sociedade. Essa formação técnica vai reclamar uma metodologia capaz de atingir os fenômenos sociais em todos os setores da atividade humana.

Se, à primeira vista, como assevera Sá (1995), o período mecanicista tende a ser visto como desprovido da influência da Igreja, isso não passa de um equívoco. Sob forte pressão do meio, surge uma nova Igreja, nascida do velho e inserida no campo social. A Teologia da Recristianização, ou da Nova Cristandade, vai cedendo lugar à Teologia Progressista-Desenvolvimentista e à Teologia da Libertação. A incidência desses vetores é evidente no conhecimento e no currículo do Serviço Social, seja de forma direta ou indireta, e sua preponderância vai depender das razões históricas objetivas, ou seja, dos componentes econômico-sociais, culturais e ideológicos.

A década de sessenta vai sofrer algumas alterações na formação do assistente social começando pela participação mais efetiva dos estudantes no cenário político das escolas. Houve uma mudança nos termos utilizados pelas escolas e faculdades e o estudo de problemas brasileiros relacionados com o desenvolvimento econômico-social, habitacional e a tomada de consciência da pobreza e suas repercussões. Mas isso não quer dizer que esses estudos buscam conceituar com profundidade o processo de desenvolvimento e seus problemas, nem que a visão positivista/funcionalista tenha sido superada.

Os estudos sobre a realidade brasileira e latino-americana quanto aos problemas sociais advindos da industrialização, da urbanização, da pobreza imposta pelo sistema capitalista, entre eles, a profunda desigualdade social, intensificou-se. Com eles, proliferaram os movimentos de base, os movimentos sociais, aumentando a participação dos estudantes e das mulheres na sociedade, ao mesmo tempo em que cresceu a intervenção do Estado. Neste período se expandiram: o Movimento de Educação de Base, o Movimento de Cultura Popular, a Aliança Operária Estudantil Camponesa, a União Nacional dos Estudantes.

A mulher estudante, como afirma Sá (1995), foi conclamada a se inserir na luta por uma mudança significativa na universidade, na vida profissional, e do Serviço Social esperava-se uma “missão grandiosa”, concebida como uma “revolução no sentido da reforma e não sob o aspecto apenas educativo”.

Importante lembrar que em meio a essa efervescência estudantil, no ano de 1964, instaurou-se no Brasil o Golpe Militar, transformando a realidade brasileira, intensificando resistências e cooptando muitos profissionais do Serviço Social para a esfera político-partidária. A revolução de 1964 tem um significado histórico importante para o Serviço Social e a formação profissional, pois teve como consequência o bloqueio das possibilidades de avanço numa linha teórica mais radical que se gestava especialmente entre os estudantes e alguns docentes.

Nessa perspectiva e considerando que entre as escolas de Serviço Social não havia posições radicais, como afirma Sá, a revolução não provocou solução de continuidade num processo que vinha ocorrendo numa linha mecanicista de formação, comprometida com o desenvolvimento; antes, o reforçou.

Ao se bloquearem as vias de transformação e as possíveis influências do materialismo histórico, provocou o reforço à racionalidade cientificista que despertou o Serviço Social para a busca de seu estatuto de cientificidade. E foi exatamente por essa via, o cientificismo althusseriano, ainda que secundária e controvertida, que o marxismo veio rebater na formação profissional, dando origem à conformação de uma nova realidade histórica. (Sá, 1995, p. 274)

Houve profundas modificações no sistema educacional¹⁵ tanto em termos de legislação quanto em termos de seus reflexos na formação profissional e no mercado de trabalho do assistente social, com intenso debate da categoria profissional, gerando uma nova forma de pensar a metodologia e a prática do Serviço Social.

Entre esses debates, um dos mais significativos foi o Documento de Araxá, resultado da primeira tentativa de teorização do Serviço Social a partir das condições brasileiras. Chamado I Seminário de Teorização do Serviço Social, realizou-se na cidade de Araxá no ano de 1967 e considerado o início de uma nova fase no Serviço Social brasileiro: a Reconceituação, como afirma Aguiar. (1982).

Este seminário foi promovido pela CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais) e marcou uma diferenciação: se anteriormente essa ebulição quanto à reconceituação aparecia nos debates e discussões da categoria, agora ele aparecia nos documentos.

Foi nomeado como Serviço Social reconceituado, um movimento pela modernização da profissão, incentivado por parte da categoria profissional, que vai rebater na ação, no currículo e também, de forma mais sistematizada, na XVIII Convenção da ABESS, em 1973. As discussões iniciais no sentido de se romper com um referencial teórico importado e de buscar respostas mais adequadas à realidade nacional não se iniciaram na ABESS ou nas escolas, mas nos debates e seminários que se realizavam por todo o país.

Os debates eram travados em nível de categoria profissional e no interior do CBCISS – e resultaram em dois documentos básicos: o Documento de Araxá (1967) e o Documento de Teresópolis (1970), que passaram a ser analisados no âmbito acadêmico.

Esse fato, de acordo com Sá (1995), comprova o fortalecimento da categoria profissional. Se antes o termo profissão chegava a ter um caráter pejorativo, agora ele se constitui num campo semântico relevante.

¹⁵ Um relevante estudo das políticas educacionais é encontrado na análise de Rosa Maria Ferreira Pinto. *Políticas educacionais e serviço social*, 1986.

O Documento de Teresópolis, realizado em 1970, foi organizado com o intuito de coletar dados e validar o Documento de Araxá e teve grande repercussão na América Latina. Outro importante seminário aconteceu em 1978, e, entre suas resoluções, tivemos a aprovação daquele que foi denominado como Documento de Sumaré. Esta reconceituação criticava não só a utilização de métodos tradicionais como a ideologia subjacente a eles.

A temática do Documento de Sumaré foi dividida em três itens: 1) o Serviço Social e a cientificidade, 2) o Serviço Social e a Fenomenologia, 3) o Serviço Social e a dialética.

Outro fato importante agitou a categoria profissional como resultado da reforma universitária promovida pelo governo militar, imposta pela ditadura. Surgiram os cursos de pós-graduação (mestrado) nos anos setenta, e nos anos oitenta, os doutorados, legitimando o Serviço Social no cenário acadêmico. Houve, com isso, um sensível alargamento das pesquisas sobre o campo teórico e prático.

Entretanto, essa postura revolucionária não foi unânime. No corpo do Serviço Social existiam diferentes orientações nas escolas, que, em meio a influências tão diversas, ora privilegiavam o indivíduo, ora as estruturas sociais. Alguns autores enfatizam esse movimento como uma ruptura entre o Serviço Social tradicional e reconceituado. Para Netto (1988),¹⁶ as mudanças profundas propostas não aconteceram, não houve avanços, o que houve foi uma modernização conservadora.

Outros autores como Pinto (1986) observam que a reconceituação foi possível em virtude da grave situação sociopolítica existente na América Latina. Tal situação, conforme indica, permitiu a firme penetração das ideias socialistas no continente, ampliando a influência das ciências sociais e mostrando que a mudança interna no Serviço Social, quer em termos de metodologia, quer em termos da postura ideológica, ocorreram a partir das influências externas.

Uma série de conceitos sociológicos passaram a fazer parte da linguagem curricular: estrutura, organização social, processos sociais, papéis sociais, grupos

¹⁶ José Paulo Netto faz um estudo profundo do assunto em seu livro *Ditadura e Serviço Social*.

sociais, cultura e sociedade, instituições sociais e outros. Em pleno andamento do movimento de reconceituação da América Latina, como aponta Sá (1995), o Brasil ficou restrito ao neopositivismo e ao cientificismo.

O que se observa na formação profissional do Serviço Social é o rebatimento do mecanicismo científico, de caráter materialista. A realidade social, as estruturas sociais que constituem o objeto do conhecimento são explicadas de acordo com o modelo mecânico, que toma como referência o corpo teórico das Ciências Sociais, especialmente na Sociologia com fundamentos para sua ação.

O profícuo debate da categoria profissional em teoria e prática do Serviço Social desencadeou num novo currículo mínimo aprovado pelo Conselho Federal de Educação por meio do parecer 412/82, cujo prazo para implantação foi estabelecido para 1984. A Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – ABESS – assumiu este projeto, destacando que esta revisão curricular não se esgotava na implantação de um novo currículo, mas devia ser entendido como um processo ao buscar responder aos desafios que se apresentavam ao Serviço Social frente às exigências históricas da sociedade brasileira. Como pressuposto, este projeto apresentava três dimensões: docência teórica – prática, pesquisa e extensão, orientadas por diretrizes norteadoras da formação profissional.

A revisão e reforma curricular expressas neste período são o resultado do estudo das duas últimas décadas e vêm responder às exigências do momento da história recente do país marcado por uma grave crise econômica acompanhada de um processo de rearticulação da sociedade civil.

Buscava a análise da formação profissional inserida nesse quadro, seu significado frente às forças sociais presentes na sociedade, procurando apreender a profissão como atividade historicamente determinada pela maneira como a sociedade se organizava. Nesse sentido, essa proposta de currículo também entendia a formação profissional que não se reduzia a mera preparação para o emprego, e, sim, uma preparação capaz de ir além da preparação científica, oferecendo subsídios para a atuação do assistente social frente às demandas do cenário econômico e político em que diversos segmentos da população lutavam pelo exercício da cidadania.

Assim, como assevera Iamamoto (2001), colocava-se em evidência a função social da formação profissional enfatizando sua importância no desenvolvimento de uma prática consciente e consequente no interior das relações de classe na sociedade brasileira. Ressaltava a relação entre formação profissional e exercício profissional que requer como fundamento a realidade social.

Portanto, se a realidade social se configura no contexto das relações de classe, necessário se faz delimitar as demandas que estas classes sociais em confronto impõem à profissão, demandas das classes dominantes e demandas das classes dominadas, no jogo das relações sociais enquanto relações de poder. No trabalho do assistente social inserido na sociedade capitalista estão subjacentes os interesses antagônicos das classes e a formação profissional precisa oferecer subsídios que ajudem a articular dialeticamente estas demandas.

A formação profissional, nesse contexto e dentro dessa perspectiva, propõe um processo de formação reflexivo e crítico, tomando como referência o processo histórico de formação da sociedade, pensando a inserção da profissão nesse processo na sua especificidade enquanto prática profissional, tendo em vista os determinantes sociais, a função social da profissão e as condições efetivas que marcam seu exercício.

Importante ressaltar que nos anos oitenta, teve início o debate da Ética no Serviço Social, procurando romper com a neutralidade e com o tradicionalismo filosófico baseado na ótica do humanismo cristão para assumir um compromisso com a classe trabalhadora. Na formação profissional, intencionou-se a ultrapassagem do tradicionalismo teórico-metodológico e ético-político, assim como a superação da metodologia tripartite (Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade). A ideia da junção entre a técnica e o político toma corpo na categoria profissional.

É fundamental considerar que a construção de um projeto de profissão é, antes de tudo, um trabalho coletivo que articula de forma real e efetiva sua formação acadêmica, sua prática, sua organização de categoria profissional. Nesse contexto, a formação profissional buscava um quadro teórico que embasasse essa atuação, pois, mesmo com toda a articulação das organizações de classe dos assistentes sociais, claro estava que não havia um consenso. Revelava também a necessidade de um

debate teórico mais consistente e de uma análise epistemológica mais rigorosa do conhecimento produzido.

De acordo com a análise de Yamamoto (2001), a debilidade teórica está vinculada à falta de uma tradição de pesquisa no âmbito do Serviço Social. Dentro da separação positivista entre ciência e técnica, o Serviço Social, como técnica social, não teve por preocupação básica a produção de conhecimentos sobre as questões sociais, objeto de sua intervenção, restringindo-se à aplicação de conhecimentos produzidos por outras disciplinas. Essa carência vai se expressar no processo de formação profissional.

Essa e outras críticas, entretanto, vão propiciar uma tomada de consciência da categoria profissional que atuava nos meios acadêmicos, e impulsionou estudos e pesquisas gerando uma gama diversificada da literatura do Serviço Social. Os profissionais que adotaram a teoria marxista e analisavam a realidade brasileira sob essa orientação produziram estudos que mudaram a maneira de pensar o Serviço Social, inserindo-se como interlocutores das demais áreas do conhecimento.

Evidentemente a problemática que envolve a formação profissional do Serviço Social, suas bases teóricas e sua prática estão longe de configurar uma homogeneidade no pensamento da categoria. Isso se evidencia pelas discussões, debates e constantes tentativas de adequação da profissão ao contexto de sua intervenção.

Nesse processo histórico, político e social em transformação da sociedade brasileira, a profissão passou por mudanças e nova regulamentação se fez necessário. Esta regulamentação está configurada na Lei nº 8.662/93.

De acordo com a Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, que dispõe sobre o Serviço Social, o profissional dessa área tem como competência elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; orientar indivíduos e grupos de

diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos, entre outros.

Ainda no ano de 1993 foi instituído o novo Código de Ética, expressando o projeto profissional contemporâneo comprometido com a democracia e com o acesso universal aos direitos sociais, civis e políticos. CRESS/SP¹⁷. (Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo). Conforme aponta Netto (1999), este código é um momento basilar do processo de construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social no Brasil.

O Código representa a dimensão ética da profissão, tendo caráter normativo e jurídico, delinea parâmetros para o exercício profissional, define direitos e deveres dos assistentes sociais, buscando a legitimação social da profissão e a garantia da qualidade dos serviços prestados. Ele expressa a renovação e o amadurecimento teórico-político do Serviço Social e evidencia em seus princípios fundamentais o compromisso ético-político assumido pela categoria. A prática profissional também é orientada pelos princípios e direitos firmados na Constituição de 1988 e na legislação complementar referente às políticas sociais e aos direitos da população. Não pode haver qualquer tipo de discriminação no atendimento profissional.

Outra conquista importante foi a regulamentação da Lei nº 8.742/93, a chamada Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS —, que organizou a Assistência Social no Brasil e instituiu o Conselho Nacional de Assistência Social.

Apesar dos avanços democráticos, nos anos de 1990, verifica-se no âmbito do Serviço Social uma retração dos direitos sociais como consequência do neoliberalismo, com sua política de flexibilização da economia, reestruturação do mercado de trabalho e minimalização do Estado. O campo de atuação amplia, passando a atuar também no chamado terceiro setor, nos Conselhos de Direitos, ocupação de funções de assessoria, entre outros.

Novas propostas foram oferecidas à categoria profissional: de um lado, propõe uma formação profissional generalista que deve permitir apreender as questões sociais

¹⁷ A redação do Código de Ética Profissional do Serviço Social encontra-se disponível no site www.cress-sp.org.br Acesso em: 9 fev. 2009.

e psicossociais com uma base teórico-metodológica direcionada à compreensão dos processos relacionados à economia e política da realidade brasileira, e, de outro lado, uma formação de cunho humanista, comprometida com valores que dignificam e respeitam a pessoa e suas diferenças e potencialidades, sem discriminação de qualquer natureza, tendo compromisso com a liberdade, a justiça e a democracia.

Ao profissional compete ter uma postura profissional e capacidade crítica/reflexiva para compreender a problemática e as pessoas com as quais lida, ter habilidade de comunicação e articulação política, conhecimento teórico, sensibilidade no trato com pessoas e capacidade para mobilização e organização.

Este Código de Ética de 1993 também suscitou debates, culminando no denominado Projeto-Ético-Político do Serviço Social. Como aponta Netto (1999), as raízes do novo projeto profissional se encontram no processo entre a recusa e a crítica do conservadorismo, precisamente as bases do que está denominado de projeto ético-político.

O projeto teve como eixo central o reconhecimento da liberdade, autonomia, emancipação e expansão dos indivíduos sociais. Este projeto profissional se vinculou a um projeto societário que propunha a construção de uma nova ordem social sem exploração ou dominação de classe, etnia e gênero, em que afirmou a defesa dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional.

Sua dimensão política foi enunciada, ele se posicionou a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais, a ampliação da cidadania, assim como a garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Consequentemente, o projeto se declarou democrático, considerando a democratização como socialização política e socialização da riqueza socialmente produzida.

Este projeto, como aponta Netto (1999), teve início nas discussões e debates do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1979, conhecido como o “Congresso da Virada”, como um processo, pois os segmentos mais dinâmicos do corpo profissional vincularam-se ao movimento dos trabalhadores e, rompendo com a dominância do

conservadorismo, conseguiram instaurar na profissão o pluralismo político, que acabou por redimensionar não só a organização profissional, como inseri-la de modo inédito no marco dos trabalhadores brasileiros.

Os projetos profissionais se renovam e se modificam porque são estruturas dinâmicas, respondem às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera, atendem às transformações econômicas, históricas e culturais, e ao desenvolvimento teórico e prático da própria profissão e às mudanças na composição social do corpo profissional, sem contar sua dimensão política.

A luta contra a ditadura e a conquista da democracia política possibilitou o rebatimento no interior do corpo profissional, da disputa entre projetos societários diferentes que se confrontavam no movimento das classes sociais. As aspirações democráticas e populares irradiadas a partir de interesses dos trabalhadores foram incorporadas e até intensificadas pelas vanguardas do Serviço Social. Entretanto, essa repercussão envolveu fortes polêmicas e diferenciações na categoria profissional.

A partir dos anos noventa, iniciam-se dois processos que se inter-relacionam, a continuidade desse novo perfil assumido pela categoria profissional e as ameaças que sofre diante das transformações sociais que definem uma nova etapa do sistema capitalista representado pelas políticas neoliberais. Especificamente o rebatimento da crise é enunciado a partir de 1995, quando a elite brasileira ocupou os espaços políticos decisórios para difundir os ideais contidos na agenda neoliberal.

Observa-se de imediato, conforme Netto (1999), a contradição entre as propostas de trabalho do Serviço Social e as propostas em curso de uma política altamente racional e moderna que promove, em primeira instância, os desmantelamentos dos direitos sociais conquistados na Constituição Federal de 1988, a Reforma do Estado e a implementação da macroeconomia em detrimento do desenvolvimento social.

Com a restauração democrática, a conquista de direitos civis, aumento quantitativo das camadas médias urbanas e o redimensionamento da profissão, propiciaram o lento, mas gradual quebra do monopólio do conservadorismo e a consequente construção de projetos que foram se burilando até a conformação do

projeto ético-político. Mas, com argumenta Netto (1999), tais componentes foram se gestando e ainda está em fase de construção e aprimoramento.

No entender de Reis (2005), os projetos societários podem ser, em linhas gerais, transformadores ou conservadores. Entre os transformadores há várias posições que têm a ver com as formas (táticas e as estratégias) de transformação social. Assim, temos um pressuposto fundante do projeto ético-político: sua relação ineliminável com os projetos de transformação ou de conservação da ordem de conservação social. Não há dúvidas de que o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade.

O projeto ético-político é claro quanto aos seus compromissos; primeiramente foi construído historicamente, privilegiando no seu cerne o reconhecimento da liberdade como valor central, e esta concebida como possibilidade de escolher entre alternativas concretas, propondo uma nova ordem social sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero, como aponta Netto (1999), privilegiando a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.

Este novo perfil, fundamentado nos princípios de justiça, liberdade, equidade e democracia, assumido pela categoria profissional dos assistentes sociais através do Código de Ética de 1993, tem procurado interferir no processo de reprodução da força de trabalho e em uma formação que avance na pesquisa, que tenha aporte teórico-prático para a construção de respostas profissionais, tenha competência técnico-política a fim de agregar forças sociais preocupadas com os valores democráticos.

Entretanto, resta sempre um questionamento, apesar dos avanços na formulação e aprovação de um Código de Ética respaldado na democracia e na liberdade, conseguirá ele dar conta das necessidades de uma sociedade desigual e profundamente marcada por um passado de descaso por parte das políticas públicas sociais? As escolas de Serviço Social contemplam seus alunos com uma formação profissional capaz de intervir na realidade e promover sua transformação, atingir os objetivos propostos no projeto ético-político?

Nos anos 2000, imposta pela nova conjuntura, novas disputas e novos debates em torno da questão social se avolumam, assim como o papel a ser desempenhado

pelas políticas sociais. No âmbito da formação profissional, verifica-se uma proliferação de cursos privados de baixa qualidade, a implementação do ensino de graduação à distancia, com alguns prejuízos ao ensino presencial e à formação profissional. A capacidade de mobilização em termos de projetos coletivos também foi prejudicada em função das novas redes de atendimento como as ONGs e outros órgãos sociais, o que gera na atualidade novos desafios na luta pela consolidação dos direitos da população usuária das políticas sociais e dos serviços prestados pelos assistentes sociais.

A partir destas reflexões, parece-nos insuficiente a conscientização da categoria profissional quanto aos problemas enfrentados por grande parte da população, necessita-se, de medidas mais eficientes na proposição e gestão das políticas públicas para a reversão dessas desigualdades. O desafio da formação profissional do assistente social na atualidade é o de ser capaz de desenvolver um trabalho que promova a construção de uma nova cidadania, que seja capaz de abranger as dimensões econômicas, políticas e culturais na vida da população menos privilegiada, e também na sua própria forma de atuação, circunscritas às novas configurações do mercado de trabalho.

As transformações estabelecidas na atualidade no enfrentamento das questões sociais são exercidas pela ação estatal e pela ação da sociedade civil (empresariado e de organizações sem fins lucrativos) implicando na redefinição dos espaços de atuação profissional e alteração das formas de inserção profissional. As condições de trabalho dos assistentes sociais têm sofrido um processo de precarização, sobretudo com a terceirização e os contratos temporários de trabalho, inviabilizando uma atuação efetiva. Principalmente no que se refere ao aumento das demandas por serviços públicos, considerando o agravamento atual das questões sociais e a redução dos recursos disponíveis e o enxugamento dos benefícios sociais.

CAPÍTULO III – A FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL

3. A história e memória da faculdade

No âmbito dos estudos sobre instituições escolares, muitos se apresentam de forma inusitada. No caso específico da Faculdade Paulista de Serviço Social, ela não somente foi o início de uma instituição, mas promoveu a inserção de uma nova profissão no Brasil.

A instituição escolar ou educativa congrega várias forças que agem e interagem nas várias instâncias: política, cultural, religiosa, econômica, moral, ideológica, entre outras, e não se mostra plenamente ao primeiro olhar. Uma instituição formativa revela dificuldades e sombras mais densas quanto à sua trajetória, enfrentando por sua vez diversos desafios.

A investigação baseou-se no sentido de relacionar o particular com o geral, captando a identidade da faculdade, sua representatividade e seus múltiplos sujeitos, configurando-se em desafios que vão além da mera descrição. A descrição neste caso, cujo objeto é uma unidade, se faz necessário para aprofundar sua análise. Suas características particulares são dadas por duas circunstâncias, por um lado temos a natureza e abrangência da unidade, e por outro a complexidade do exame que aumenta à medida que se aprofunda no assunto. Pode parecer fácil à primeira vista pesquisar uma instituição, levando o pesquisador incipiente para apreciações equivocadas sobre o valor científico do seu trabalho.

A primeira escola de Serviço Social no Brasil foi fundada em fevereiro de 1936, junto à Faculdade de Filosofia do Mosteiro de São Bento, por iniciativa do Centro de Estudos e Ação Católica e da Juventude Universitária Católica – JUC –, conforme exposto no primeiro capítulo, focalizando o início do Serviço Social no Brasil. Sua origem fundamentou-se no núcleo feminino constituído de moças e senhoras da sociedade, tendo como ponto em comum a militância católica. O modo de ver o mundo e de agir possuía como base a origem de sua classe em relação às populações carentes, com a influência europeia.

De acordo com Carvalho e Iamamoto (1988):

(...) esse comportamento faz parte da própria ideologia das classes dominantes, pela origem, fortuna familiar ou capital cultural, que lhes confere uma *superioridade natural* em relação às populações pobres e *legítima* a forma paternalista e autoritária de sua intervenção. (CARVALHO e IAMAMOTO, 1988. p. 223)

O curso tinha como objetivo a formação técnica dos trabalhadores sociais que iriam atuar como profissionais na área social e na solução das questões sociais, com o ajustamento dos indivíduos e das famílias desprovidas economicamente no processo industrial e urbano que se intensificava. O interesse na criação desta escola de serviço social se fundamentava nos resultados obtidos em outros países.

Em 1938, o Dr. Carlos Magalhães Lebéis, então diretor do Departamento de Serviço Social do Estado, alertou a diretoria do Centro de Estudos e Ação Social da necessidade de angariar e formar elementos masculinos na profissão para atuar “na solução dos mais graves problemas sociais de São Paulo”. Este resgate histórico foi documentado pelo atual diretor da Faculdade Paulista de Serviço Social, Sr. Heliton Betetto, no qual enfatiza que a Juventude Universitária Católica deu inteira colaboração para que o projeto de formar assistentes sociais masculinos fosse realizado. Os problemas sociais se tornavam visíveis com as lutas sociais urbanas oriundas da reivindicação dos trabalhadores nas primeiras décadas do século XX e dos problemas apresentados pelos menores carentes e infratores. De acordo com Gohn (2003), estas questões eram tratadas como “caso de polícia”, sendo necessária a incorporação do gênero masculino nas ações da assistência, visto que as mulheres pouco acesso possuíam na política e na vida pública.

Entretanto, no ano de 1939, a Escola de Serviço Social recusou-se a manter o curso noturno, alegando que seu propósito fora formar apenas um número limitado de profissionais masculinos, tidos como necessários para atender à demanda da época. De acordo com os documentos da faculdade, a maioria dos alunos matriculados no curso eram advogados e padres, e geralmente possuíam uma formação anterior.

Com esse procedimento, dificultou-se a permanência dos alunos na escola, assim, somente os alunos que tinham condições econômicas e disponibilidade de tempo passaram a frequentar o curso pela manhã; os outros se viram obrigados a abandoná-lo. Houve muitas tentativas visando à reabertura do curso noturno, mas os resultados, naquele momento, se mostraram infrutíferos.

Em vista disso, um grupo de Assistentes Sociais e de professores pertencentes aos quadros da JUC, preocupados com os alunos que já haviam iniciado o curso e que não gostariam de desistir, estudaram a possibilidade concreta de fundar um estabelecimento para a formação de assistentes sociais masculinos, separado da Escola de Serviço Social. Desse esforço nasceu o Instituto de Serviço Social – ISS –, hoje denominada Faculdade Paulista de Serviço Social. Desde então, com funcionamento ininterrupto e exclusivo ao Serviço Social, conforme palavras de seu atual diretor sr. Heliton Betetto.

Instalou-se oficialmente o Instituto de Serviço Social, em 2 de março de 1940, nas instalações da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, da ordem beneditina. Organizou-se o curso em 1940-41, que funcionou com duas modalidades distintas em caráter intensivo e regular: parte teórica e parte prática, esta subdividida em Estágios, Visitas a Obras Sociais e Círculos de Estudos. Este curso configurava-se em duas partes distintas: A Escola de Serviço Social e o Instituto de Serviço Social.

Entre as pessoas que trabalharam para a criação do Instituto de Serviço Social encontravam-se os professores André Franco Montoro, Francisco de Paula Ferreira, Ernani de Paula Ferreira, José Pinheiro Cortez, Ugo Guimarães Malheiros, Luiz Carlos Mancini, Tolstoi de Paula Ferreira, os doutores Plínio Corrêa de Oliveira, Fernando Furquim de Almeida, cônego Silvio de Moraes Matos e outros.

No ano de 1942, o Instituto mudou-se para as instalações da Rua Quintino Bocaiúva, 176, Edifício das Arcadas, também com a participação da JUC, liberando-se dessa forma da tutela dos beneditinos.

Do currículo inicial e oficial da faculdade constavam as disciplinas que serviam de base para a formação dos primeiros assistentes sociais. O objetivo não é de analisá-lo

profundamente, mas registrar e observar que muitas destas disciplinas permanecem ainda hoje na grade curricular da faculdade.

3.1. O currículo na trajetória da faculdade

No exame vestibular dos primeiros anos de funcionamento da FAPSS constavam as seguintes matérias para a prova: Português, História, Francês ou Inglês. O curso era ministrado por 3 anos. Do curso constavam as seguintes disciplinas:

De 1940 a 1949

1° ano

- Religião
- Moral
- Serviço Social (história)
- Sociologia
- Psicologia Educacional
- Direito Civil e Constitucional
- Estatística
- Pesquisa Social

2° ano

- Religião
- Moral
- Serviço Social de Casos
- Serviço Social de Grupo
- Economia Política
- Psicologia Racional
- Filosofia
- Direito Constitucional
- Direito Social

3° ano

- Religião
- Serviço Social de Casos
- Serviço Social de Grupo
- Direito Social
- Direito do Menor
- Medicina Social
- Psicotécnica
- Estágio em Obra Social

Em 1944 o curso ampliou-se formando novos profissionais masculinos, recebendo alunos regulares e, na qualidade de bolsistas, alunos encaminhados por diferentes entidades: SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), SESI (Serviço Social da Indústria), CAPSP (Caixa de Aposentadoria e Pensões de São Paulo). Neste mesmo ano, estabeleceu-se a inspeção estadual, posto que, já em 1939, o Governo do Estado havia reconhecido a Escola de Serviço Social e passara a fiscalizar os cursos ministrados pela Escola de Serviço Social e pelo Instituto de Serviço Social.

Em 1946, o Instituto de Serviço Social tornou-se um dos elementos constitutivos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Naquela época, para a existência de uma Universidade, a lei exigia o funcionamento de, pelo menos cinco Faculdades, de

diferentes áreas do saber. O Instituto de Serviço Social e a Escola de Serviço Social, independentemente, participaram da criação, concretizada a 22 de agosto de 1946. Desde esse momento, o Instituto de Serviço Social passou a ser Instituição Complementar da Pontifícia Universidade Católica depois Faculdade agregada à PUC-SP.

No ano de 1949, por determinação legal, o Instituto de Serviço Social transformou-se na Sociedade de Serviço Social, pessoa jurídica, entidade mantenedora, à qual o próprio Instituto de Serviço Social passou a pertencer, com a finalidade de ministrar o curso. Por meio do decreto federal nº 40.719 publicado em 17/1/1957, o Ministério da Educação e Saúde reconheceu o Instituto.

As disciplinas eram incorporadas ou retiradas, de acordo com a demanda da sociedade, o currículo adotado em 1950 modificou-se refletindo as necessidades da época e o período desenvolvimentista por que passava a sociedade com forte influência do Serviço Social norte-americano no chamado pós-guerra.

De 1950 a 1954

1º ano

- Religião
- Moral
- Introdução ao Serviço Social
- Direito
- Psicologia
- Sociologia
- Economia Social

2º ano

- Religião
- Moral
- Serviço Social de Grupo
- Serviço Social Médico
- Pesquisa Social
- Psicologia Infantil
- Psicologia do Adolescente
- Psicologia da Personalidade
- Psicotécnico
- Direito do Menor
- Sociologia da Vida Familiar
- Pesquisa Social

3º ano

- Religião
- Direito Social
- Ética Profissional
- Organização Social da Comunidade
- Previdência Social
- Sindicalismo
- Relações Humanas
- Estágio em Obra Social sob a orientação de um monitor e a elaboração de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso)

No ano de 1954 foi adotado o currículo mínimo para as escolas de formação de assistente social. Por determinação do MEC (Ministério da Educação e Cultura) e dos esforços da ABESS.

O currículo assim foi constituído: Sociologia e Economia Social, Direito e Legislação Social, Higiene e Medicina Social, Psicologia e Higiene Mental, Ética Geral e Profissional, Filosofia, Introdução e Fundamentos do Serviço Social, Métodos do Serviço Social, Serviço Social de Casos e Grupo, Organização Social da Comunidade, Serviço Social em suas especializações: Família, Menores, Trabalho, Médico e Pesquisa Social.

O currículo da faculdade passou a incorporar as disciplinas do currículo mínimo, além de outras complementares, e por vezes sofria pequenas alterações. Como forma de ilustração, descrevemos nos quadros a seguir:

1955

1° ano

- Religião
- Moral
- Introdução ao Serviço Social
- Direito
- Psicologia
- Sociologia
- Economia Social

2° ano

- Religião
- Moral
- Serviço Social de Grupo
- Serviço Social Médico
- Pesquisa Social
- Psicologia Infantil
- Psicologia do Adolescente
- Psicologia da Personalidade
- Psicotécnico
- Direito do Menor
- Sociologia da Vida Familiar
- Pesquisa Social

3° ano

- Religião
- Direito Social
- Ética Profissional
- Organização Social de Comunidade
- Previdência Social
- Sindicalismo
- Relações Humanas
- Administração de Obra Social
- Higiene e Segurança do Trabalho (prevenção de acidentes em indústria automobilística)

De 1956 a 1958

1° ano

- Introdução ao Serviço Social
- Cultura Religiosa
- Serviço Social de Casos
- Serviço Social de Grupo
- Sociologia
- Direito
- Psicologia
- Ética Profissional
- Estatística

2° ano

- Religião
- Moral
- Serviço Social de Grupo
- Serviço Social Médico
- Pesquisa Social
- Psicologia Infantil
- Psicologia do Adolescente
- Psicologia da Personalidade

3° ano

- Religião
- Direito Social
- Ética Profissional
- Organização Social de Comunidade
- Previdência Social
- Sindicalismo
- Relações Humanas
- Administração de Obra Social

- | | | |
|---|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> – Higiene e Medicina Social | <ul style="list-style-type: none"> – Psicotécnico – Direito do Menor – Sociologia da Vida Familiar – Pesquisa Social | <ul style="list-style-type: none"> – Higiene e Segurança do Trabalho (prevenção de acidentes em indústria automobilística) |
|---|--|---|

No ano de 1956 foi introduzida a Novidade Pedagógica, um ciclo de estudos direcionados e optativos para a área médica, de assistência ao menor e rural.

Área médica: matérias: Nutrição, Serviço Social Médico, Aspectos Médicos e Sociais e Moléstia.

Área de Assistência ao Menor: matérias: Direito do Menor, Serviço Social do Menor, Psicopedagogia do menor, Psicopedagogia do adolescente.

Área Rural: matérias: Serviço Social Rural, Sociologia da Vida Rural, Economia Rural, Comunidades rurais.

Em 1962 a ênfase do currículo volta-se para a área da medicina, com as disciplinas: Higiene e Medicina Social, Nutrição, Higiene Mental e Psiquiatria, Previdência Social, Higiene e Segurança do Trabalho. As atividades da instituição estavam focadas e presentes nas necessidades da sociedade e preparando os profissionais para atuação imediata.

Neste mesmo ano, a partir do movimento iniciado pelo Centro Acadêmico 3 de março, sob a liderança do aluno Carlos Alfredo de Souza Queiroz e com a anuência dos órgãos diretivos, o Instituto de Serviço Social mudou de denominação. Passou a chamar-se Faculdade Paulista de Serviço Social, conforme decreto nº 472, de 5 de janeiro de 1962, do Conselho de Ministros de Estado. A Sociedade de Serviço Social, mantenedora da Faculdade, visando a não extinção do nome do Instituto de Serviço Social, em razão de seus méritos e tradição, houve por bem manter com o mesmo nome um órgão de estudos e pesquisa científica na área social.

Em 1963 o curso de Serviço Social passou a ter obrigatoriamente 4 anos de duração, conforme mostrado no quadro a seguir.

1963

1° ano	2° ano	3° ano	4° ano
– Introdução ao Serviço Social	– Religião	– Religião	– Síntese do Serviço Social
– Cultura Religiosa	– Moral	– Direito Social	– Serviço Social Médico
– Serviço Social de Casos	– Serviço Social de Grupo	– Ética Profissional	– Serviço Social de Comunidade (mudança: antes era Organização Social de Comunidade)
– Serviço Social de Grupo	– Serviço Social Médico	– Previdência Social	– Estágio supervisionado
– Sociologia	– Pesquisa Social	– Serviço Social do Trabalho	
– Direito	– Psicologia Infantil	– Serviço Social Administrativo	
– Psicologia	– Psicologia do Adolescente		
– Ética Profissional	– Psicologia da Personalidade		
– Estatística	– Psicotécnico		
– Higiene e Medicina Social	– Direito do Menor		
	– Sociologia da Vida Familiar		
	– Pesquisa Social		

No ano de 1965, o Conselho Universitário da PUC-SP promoveu gestões para a criação de um curso de graduação de Serviço Social na cidade de São Caetano do Sul, como sua extensão. A Sociedade de Serviço Social de São Paulo passou a ser a mantenedora da Faculdade Paulista de Serviço Social.

1965

1° ano	2° ano	3° ano	4° ano
– Introdução ao Serviço Social	– Cultura Religiosa	– Serviço Social de Grupo	– Administração de Obras Sociais
– Cultura Religiosa	– Direito Social	– Serviço Social de Comunidade	– Serviço Social de Comunidade
– Estatística	– Serviço Social de Casos	– Serviço Social do Trabalho	– Síntese do Serviço Social
– Filosofia Social	– Serviço Social de Grupo	– Previdência Social	– Organização Social
– Ética Profissional	– Psicologia Evolutiva	– Higiene Mental e Psiquiatria	– Reabilitação Social
– Direito	– Ética Profissional	– Pesquisa Social	– TCC
– Psicologia Social	– Antropologia Cultural	– Sindicalismo	
– Ética Geral	– Sociologia da Vida Familiar	– Psicotécnica	
– Higiene e Medicina Social	– Estatística	– Economia Social e Desenvolvimento	
– Estágio			

- Estágio
- Seminário e Estágio

1966

1° ano

- Introdução ao Serviço Social
- Cultura Religiosa
- Estatística
- Filosofia Social
- Ética Profissional
- Direito
- Psicologia Social
- Ética Geral
- Higiene e Medicina Social
- Realidade Brasileira
- Psicologia Geral
- Sociologia
- Estágio

2° ano

- Cultura Religiosa
- Direito Social
- Serviço Social de Casos
- Serviço Social de Grupo
- Psicologia Evolutiva
- Ética Profissional
- Antropologia
- Economia Social
- Serviço Social de Comunidade
- Sociologia da Vida Familiar
- Estágio

3° ano

- Serviço Social de Casos
- Serviço Social de Comunidade
- Serviço Social de Comunidade
- Previdência Social
- Relações Humanas no Trabalho
- Higiene Mental e Psiquiatria
- Pesquisa Social
- Sindicalismo
- Psicotécnica
- Economia Social e Desenvolvimento
- Estágio

4° ano

- Administração de Obras Sociais
- Serviço Social de Comunidade
- Política Social e Planejamento
- Serviço Social de Grupo
- Síntese do Serviço Social em Reabilitação
- Organização da Comunidade para reabilitação
- TCC

Em 1971-72, em consequência da Reforma Universitária, determinada pela lei nº 5540/68, foi oferecida à Sociedade de Serviço Social a possibilidade de incorporação definitiva à PUC-SP. Todo o acervo da faculdade passaria à gerência da Fundação São Paulo, mantenedora da PUC-SP, e esta passaria a conduzir a aplicação do curso.

Debatido longamente o assunto com a administração, docentes e discentes, a Congregação da Faculdade rejeitou a incorporação proposta, mantendo-se a figura de Instituto de Ensino Superior, situação em que se acha até o presente. Em 1972, foi assinada a desvinculação da PUC-SP pelo então presidente da Sociedade de Serviço Social, professor Sérgio Furhmann e pelo diretor da Faculdade, professor Heliton Betetto.

A então denominada Faculdade Paulista de Serviço Social desligou-se da PUC-SP, mas a Escola de Serviço Social foi incorporada a ela.

De acordo com Betetto, (2006) a desvinculação da agregação à PUC-SP foi assinada em 1972, e transferiu-se da Rua Sabará no bairro de Higienópolis para a Rua Conselheiro Brotero, no mesmo bairro. Em 1980, com a aquisição de instalações próprias, transferiu-se para sua sede atual na Rua Lopes Chaves 273, Barra Funda.

O quadro a seguir mostra as disciplinas oferecidas aos alunos de Serviço Social na faculdade, independente.

De 1972 a 1974

1° ano	2° ano	3° ano	4° ano
– Ética	– Teoria do Serviço Social	– Serviço Social de Casos	– Serviço Social de Casos
– Cultura Religiosa	– Pesquisa Social	– Serviço Social de Grupo	– Serviço Social de Grupo
– Economia	– Psicologia	– Serviço Social de Comunidade	– Serviço Social de Comunidade
– Psicologia	– Sociologia	– Política Social	– Planejamento e Projetos
– Sociologia	– Economia	– Planejamento e Projetos	– Ética Profissional
– Teoria Geral do Serviço Social	– Antropologia	– Administração em Serviço Social	– Síntese de Serviço Social
– Higiene e Medicina Social	– Psicopatologia	– Estágio	– Administração em Serviço Social
– Direito	– Comunicações e Cívica		– TCC
– Direito Previdenciário	– Educação Moral e Cívica		
– Filosofia Social	– Estudos de Problemas Brasileiros		

Algumas mudanças ocorreram no currículo oferecido pela faculdade, e apresentamos estes quadros como forma de entender e esclarecer como foram se adaptando às determinações do Ministério da Educação e Cultura e à Associação Brasileira de Ensino e Serviço Social.

De 1975 a 1979

1° ano	2° ano	3° ano	4° ano
– Estatística	– Serviço Social de Casos	– Serviço Social de Casos	– Serviço Social de Casos
– Cultura Religiosa	– Serviço Social de Grupo	– Serviço Social de Grupo	– Serviço Social de Grupo
– Economia	– Serviço Social	– Serviço Social	– Serviço Social
– Psicologia			
– Sociologia			

-Teoria Geral do Serviço Social – Higiene e Medicina Social – Direito e Legislação Social – Estudo de Problemas Brasileiros – Filosofia Social	de Comunidade – Teoria do Serviço Social – Pesquisa Social – Psicologia – Sociologia – Economia – Estatística – Antropologia – Psicopatologia – Comunicações – Estudo de Problemas Brasileiros	de Comunidade – Política Social – Planejamento e Projetos – Administração em Serviço Social – Estágio	de Comunidade – Síntese de Serviço Social – Estatística – Assessoria e Planejamento e Projetos – Ética Profissional – TCC
--	--	---	--

De 1980 a 1983

1° ano – Estatística – Cultura Religiosa – Economia – Psicologia – Sociologia -Teoria Geral do Serviço Social – Higiene e Medicina Social – Direito e Legislação Social – Estudo de Problemas Brasileiros – Filosofia Social	2° ano – Serviço Social de Casos – Serviço Social de Grupo – Serviço Social de Comunidade – Teoria do Serviço Social – Pesquisa Social – Psicologia – Sociologia – Economia – Antropologia – Psicopatologia e Higiene Mental – Comunicações – Ética Geral	3° ano – Serviço Social de Casos – Serviço Social de Grupo – Serviço Social de Comunidade – Política Social – Planejamento e Projetos – Administração em Serviço Social – Ética Profissional – Estágio	4° ano – Serviço Social de Casos – Serviço Social de Grupo – Serviço Social de Comunidade – Síntese de Serviço Social – Assessoria e Planejamento e Projetos – Administração em Serviço Social – TCC
---	--	---	--

1984

Mudanças apenas no 1° ano acrescentam: História do Serviço Social e Saúde Pública.

1985

Mudanças no vestibular: matérias: Redação, Comunicação e Expressão, História Geral e História do Brasil, Organização Social e Problemas Brasileiros, Biologia, Matemática, Física, Química e Inglês.

De 1985 a 1995

1° ano

- Estatística
- Economia
- Psicologia
- Sociologia
- Teoria Geral do Serviço Social
- Direito e Legislação Social
- Estudo de Problemas Brasileiros
- Filosofia
- História do Serviço Social
- Pesquisa em Serviço Social
- Saúde Pública

2° ano

- Teoria do Serviço Social
- Pesquisa Social
- Psicologia
- Sociologia
- Economia
- Antropologia
- Formação Social Econômica e Política do Brasil
- Psicopatologia
- Comunicações
- Metodologia do Serviço Social I
- Metodologia do Serviço Social II
- Metodologia do Serviço Social III

3° ano

- Serviço Social de Casos
- Serviço Social de Grupo
- Serviço Social de Comunidade
- Política Social
- Planejamento e Projetos
- Administração em Serviço Social
- Formação Profissional
- Estágio

4° ano

- Serviço Social de Casos
- Serviço Social de Grupo
- Serviço Social de Comunidade
- Síntese de Serviço Social
- Assessoria e Planejamento e Projetos
- Administração em Serviço Social
- Estágio
- TCC

De 1996 a 2007

1° ano

- Estatística
- Economia
- Psicologia
- Sociologia
- Teoria Geral do Serviço Social
- Direito e Legislação Social
- Estudo de Problemas Brasileiros
- Filosofia
- História do Serviço Social
- Pesquisa em Serviço Social

2° ano

- Teoria do Serviço Social
- Pesquisa Social
- Psicologia
- Sociologia
- Economia
- Antropologia
- Formação Social Econômica e Política do Brasil
- Psicopatologia
- Comunicações
- Metodologia do Serviço Social I
- Metodologia do Serviço Social II

3° ano

- Antropologia
- Ética Profissional
- Economia
- Metodologia do Serviço Social I
- Metodologia do Serviço Social II
- Metodologia do Serviço Social III
- Política Social
- Planejamento em Serviço Social
- Administração em Serviço Social
- Estágio

4° ano

-
- Desenvolvimento da Comunidade
- Metodologia do Serviço Social I
- Metodologia do Serviço Social II
- Metodologia do Serviço Social III
- Política Social
- Administração em Serviço Social
- Estágio
- TCC

3.2. A materialidade da faculdade

As questões colocadas para os entrevistados referiam-se a vários aspectos sobre a faculdade, como sua materialidade, o currículo, a interação com os professores e, principalmente, as relativas às concepções de formação e como eles a percebiam. A faculdade, como já foi destacado, possui duas características que a peculiariza: uma se refere ao fato de manter-se isolada e outra por oferecer apenas curso de Serviço Social e cursos de especialização relacionados ao Serviço Social.

A partir do ano de 1980, a Faculdade Paulista de Serviço Social instalou-se na Rua Lopes Chaves nº 273. O prédio conta com seis andares assim distribuídos: no piso térreo funciona a biblioteca e a secretaria e no mezanino a diretoria. No primeiro andar funciona o 1º ano, no segundo andar o 2º até o quarto andar. No quinto localiza-se o auditório e a sala de informática, e no sexto andar o Instituto de Serviço Social, órgão mantenedor da faculdade. Tanto o material didático quanto sua estrutura organizacional são muito tradicionais.

Perguntamos aos entrevistados sobre as características da estrutura física da faculdade e se o fato de ela manter-se isolada e contando apenas com o curso de Serviço Social acarretaria algum benefício ou perda para a formação profissional. Observaram que quanto à estrutura física a faculdade enfrenta algumas dificuldades, como a falta de uma biblioteca mais moderna, uma cantina, um número maior de computadores entre outros.

A entrevistada Ana Cláudia assim respondeu:

Eu acho que deveria ser bom estar isolada, porque fica o curso bem mais específico, bem mais focado, mas falta assim, a falta de infraestrutura física, eu acho que acabava atrapalhando um pouco, é um prédio antigo, eu acho que é muito caseiro, não estou falando dos professores, falo no geral, até dos demais funcionários, tem até um zelador na faculdade, é assim tudo diferente, mais

caseiro, não que seja ruim, mas a gente sentia que as coisas são muito tradicionais, coisas antigas eram muito difíceis de serem mudadas, e isso às vezes não é bom, eu acho que tem que abrir para coisas novas.

A entrevistada Simone tem a seguinte visão da questão:

Eu não vejo como negativo, mas também não saberia acrescentar o que seria de positivo o fato de a faculdade estar isolada, porque cabe ao aluno procurar seus interesses, e também existem outras atividades, as outras faculdades estão abertas para conversas, visitas, em muito de nossos trabalhos nós trazíamos pessoas de fora, tem a Semana do Serviço Social, em que você convida pessoas, então não é uma faculdade isolada, ela te permite o link com outros órgãos, eu não vejo como um empecilho, um dificultador. O que eu sinto é que a biblioteca é antiga e pequena, precisa ser melhorada, sentia falta de uma cantina também, mas a mudança é complicada.

A professora Shinobo reporta-se à história da faculdade e observa:

(...) a Faculdade Paulista de Serviço Social sempre foi isolada, eu fui a última turma de 1972 que ainda era ligada à PUC, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e ela sempre teve um curso só de Serviço Social, inclusive ela sempre... ela funcionava numa unidade da Rua Sabará, depois ela se mudou para a Conselheiro Brotero quando eu me formei, depois eles vieram para cá, eu não sei que ano foi e... eu assim de grandes atividades da faculdade, extra sala, eu não tinha muita oportunidade de participar porque eu tinha que trabalhar o dia inteiro para poder pagar a faculdade, eu tinha que trabalhar o dia inteiro e cursava à noite e não participava.

Baseando-se nos depoimentos, entende-se que o fato de a faculdade se manter isolada não acarreta problemas para os futuros profissionais, eles não se sentem isolados. Questionados se a estrutura física ou a falta dela impede de ter uma boa formação profissional, responderam que isso é irrelevante e não impede que se tenha

um bom curso. No depoimento das duas entrevistadas que se formaram recentemente, elas expressaram que gostariam de ter maior apoio material.

3.3. A concepção de formação profissional e o curso da faculdade

O enfoque no qual aprofundamos a pesquisa e suas considerações foi a respeito do currículo e as concepções de formação de acordo com a percepção de cada entrevistado. O ponto de vista individual contribuiu para que a reconstrução histórica da instituição fosse possível, e depois entender como se processaram as mudanças de concepção no seu interior.

A professora Shinobo, ao referir-se ao currículo da FAPSS, corrobora com as afirmações de Axel sobre a vertente tradicional ainda dominante, expondo da seguinte maneira:

(...) em 1972 ainda era um currículo mais tradicional do Serviço Social, como até hoje ainda permanece nessa unidade. Nesta, este ano é que está sendo feito todo o movimento para incorporar o novo currículo, adotado pela ABESS. Então acho que a partir do ano que vem que a gente deve implantar o novo currículo. É uma reivindicação de professores e alunos.

Na voz do professor Axel esta orientação permaneceu durante várias décadas, pois:

(...) eu me formei em 88 e de verdade, ainda até março deste ano, nós tínhamos um projeto pedagógico basicamente voltado para a questão da história da faculdade, que é a Igreja Católica, que é a ideologia católica, e na verdade é uma vertente da Ação Social Católica; foram eles que fundaram a faculdade, a Juventude Universitária Católica (...) nesses últimos 68 anos na época que eu cursei a faculdade ficava assim muito claro que a ideologia pedagógica era uma ideologia baseada somente na filosofia social-cristã.

Os depoimentos revelam que a concepção de formação do assistente social baseava-se na filosofia social-cristã desde a fundação da faculdade, permanecendo por um longo período, mesmo frente às mudanças ocorridas historicamente no país. No período de 1960, nenhuma mudança ocorreu, sua grade curricular obteve algumas poucas transformações.

Cabe ressaltar que a visão assistencialista presente nas concepções e práticas tanto de formação quanto de atuação profissional do assistente social tem origem nesta questão histórica, ou seja, o projeto político corporativo da Igreja, voltado à ação de assistência e benemerência.

Os depoentes afirmam também que o currículo implantado na década de 1940 ainda vigorou durante várias décadas, e destacaram a concepção assistencialista e filantrópica, explicada da seguinte forma:

(...) As disciplinas do currículo-base, por exemplo, filosofia, comunicações, direito, sociologia, os professores militantes da esfera social católica sempre procuravam muito relacionar o nosso, a nossa teoria e a nossa prática nesse sistema do neotomismo, do Papa Leão XIII, então eu diria, que tipo de formação foi essa? Foi uma formação típica do neotomismo, fragmentada, uma visão muito humanista, caritativa, filantrópica.

A professora Shinobo, ao referir-se ao currículo da FAPSS, corrobora com as afirmações de Axel sobre a vertente tradicional ainda dominante, pois:

(...) Eu independentemente assim da questão do, da questão do foco do SS, da questão da caridade, da questão da filantropia, assim sempre eu acho, que independente do momento que eu estava na minha vida, eu sempre considerei qualquer pessoa numa situação de fragilidade como sujeito de direito.

O professor Axel acrescenta ainda aspectos históricos que embasam a trajetória da formação do assistente social na instituição e os embates ideológicos advindo das contradições realizadas na sociedade:

(...) ainda bem que hoje nós estamos superando esse paradigma, que em alguns locais já foi superado há quarenta anos, nós ainda estamos muito atrasados (...) 88 foi o ano da Constituição, foi o ano em que a Luiza Erundina foi eleita prefeita de São Paulo, então teve uma guinada (...) Paulo Freire foi chamado para ser o Secretário Municipal da Educação, e aqui na faculdade nós sempre tivemos muita admiração na época pelo Paulo Freire e como estudantes nós lemos todos os livros dele, nós tínhamos um professor que trabalhava muito com esses conceitos de conscientização, educação, e isso fascinou muito o aluno, nós ficamos assim muito fascinados pelo Paulo Freire. Só que as ideias do Paulo Freire não batiam muito com o tipo de formação que nós tínhamos, uma educação bancária...

Axel reafirma a visão de Shinobo esclarecendo que “a estrutura do curso não era muito diferente do que é hoje porque nós estamos hoje implantando as mudanças curriculares”.

O entrevistado destaca que existiram tentativas de mudanças por parte de professores e alunos da faculdade, mesmo sendo de orientação e de tradição católicas, os embates e as posições divergentes permaneciam.

Na voz do entrevistado:

(...) minha formação foi daquela reforma curricular de 82, que é aquela que trouxe o Materialismo Histórico Dialético para o currículo, então a gente lembra muito bem que tinha umas professoras que falavam da Marilda Vilela, ela tinha lançado aquele livro *Relações Sociais*, toda aquela leitura pioneira que a Marilda fez do marxismo no Serviço Social. Calhou a eleição da Erundina, depois o Paulo Freire, veio aí um arrastão do marxismo mesmo numa faculdade que a tradição católica. Então nós tínhamos às vezes uma dificuldade com a direção porque a direção, os diretores, a história, a tradição era católica.

Axel destaca os embates das concepções teóricas orientadoras dos cursos de Serviço Social, e especialmente a oferecida pela FAPSS, salientando que,

diferentemente de outras escolas de formação, nesta instituição a mudança não se realizou no espaço de tempo em que ele estudava. A concepção datava do início da faculdade.

O entrevistado diz:

(...) fui formado numa concepção de Serviço Social humanista, dentro de um processo de ajuda uma concepção endogenista de Serviço Social típico daquela época, porque a concepção endogenista ela tem 72 anos de Brasil. A construção histórico-crítica ela tem 24 anos. Na minha época tinha acabado de chegar a histórico-crítica. Então os meus professores e todos os professores deles eram todos endogenistas, ou seja, o Serviço Social como uma especialização do processo de ajuda, era isso que a minha professora de história (do Serviço Social) ensinava a gente.

Entretanto, quando perguntamos às duas assistentes sociais sobre as concepções de formação que elas tiveram, o conteúdo foi muito diverso. Na fala das duas entrevistadas que iniciaram o curso de Serviço Social em 2002 e terminaram em 2005 ficou claro que não compartilham da mesma opinião. Elas nos esclarecem que a concepção de formação baseada na doutrina social-cristã aparece nas aulas de História do Serviço Social e que os professores oferecem uma concepção de formação baseada no Código de Ética que vigora desde 1993.

A entrevistada Ana Cláudia se posiciona da seguinte forma:

(...) Não, eu acho que nesse ponto o professores eles procuravam passar uma visão assim, bem atual do que é o Serviço Social, lógico a gente teve a História do Serviço Social então você tem noção das bases de como foi surgindo mas assim muitos professores procuravam passar, enfatizar essa questão de diferenciar o que é o Serviço Social, o que é uma caridade, filantropia, e esse assunto era bem debatido e eu acho que muitos professores por terem também essa postura de serem assim militantes e tal, eles incentivavam estes debates e as discussões. Eles são mais críticos.

A entrevistada Simone é ainda mais categórica ao afirmar:

(...) Eu acho que esse passado católico, só em História do Serviço Social mesmo, porque a todo o momento os professores, principalmente os professores das matérias específicas, é muito claro a base deles, que é o Código de Ética do Serviço Social, e o código que preza a liberdade, a autonomia, então essa questão católica, caritativa, já não acredito que seja concepção por conta dessa origem, é passado, é um histórico, mas não é hoje a concepção de Serviço Social da FAPSS né, uma concepção baseada no código de ética mesmo, repetindo dentro da liberdade, da autonomia, da emancipação, equidade, é uma formação, eu acredito que é uma concepção, é a concepção que eu tenho, é uma formação atual que eu tenho, não percebi em nenhum momento de outra forma. Não existe um direcionamento pra esta questão católica, da caridade, da ajuda, ela é repudiada pelos professores (risos).

Na fala das entrevistas podemos observar que elas têm uma resposta diferente, isto é, houve mudanças, e apesar de alguns professores trabalharem em uma instituição conservadora, eles se empenham em oferecer aos seus alunos uma formação engajada com o processo de atualização da profissão. Os alunos, por sua vez, se informam e cobram dos professores uma postura crítica, buscando se preparar não só para sua formação profissional, mas também para o mercado de trabalho.

Podemos constatar com a fala da professora Shinobo a preocupação em dar uma formação atualizada:

(...) O currículo é antigo, mas, o que eu quero complementar, é que assim, há 3 anos eu fiquei como assistente de um professor da unidade de São Caetano e eu quero te dizer o seguinte, que todas as aulas que eu preparo, eu vou, eu vou lá pra Cortez (livraria Cortez), vejo as últimas publicações com o conteúdo dado e vou preparar minhas aulas, embora esteja no currículo antigo eu tenho essa preocupação, de sempre dar um conteúdo que seja atualizado, né, leio o jornal, que não seja todo dia e literalmente inteiro, mas dia sim e dia não, leio o jornal para estar atualizada e poder, assim atualizar os alunos. Mas tem uma coisa que eu acho que não é assim, do currículo, mas da escola de modo geral, que é essa

coisa da fragmentação, que eu acho que a própria dinâmica da sociedade acaba meio que reproduzindo essa história né e a gente acaba reproduzindo um pouco isso na escola, eu acho que desde o primário, eu acho que a gente tem que tentar quebrar um pouco isso e tem que fazer um... movimento de quebra, eu acho.

Quando perguntado sobre as disciplinas que fazem parte do currículo do curso, temos apontamentos importantes das duas assistentes sociais formadas recentemente:

Ana Cláudia tem o seguinte posicionamento:

(...) Olha, as disciplinas na FAPSS, eu já tinha naquela ocasião, em 2002, quando ingressei na faculdade, ouvido dizer que eram um pouco desatualizadas, a grade curricular que estava desatualizada, não sei como está hoje, mas independente disso eu gostava bastante das matérias. Tinha algumas imperdíveis, como Pesquisa em Serviço Social, Metodologia do Serviço Social, Saúde Pública e Psicopatologia que foi dada por um psiquiatra e foi a partir daí que comecei a me interessar por esse tema de saúde mental, que trabalho hoje. Mas se a grade estava desatualizada, os professores não, acho que depende muito do professor que se interessa em se atualizar também. Agora a gente tinha problemas também, com Direito principalmente, tivemos muito Direito do Trabalho, coisa que a gente utiliza pouquíssimo no dia a dia. Mas acho que devia ser mais atualizado e tem muitas outras coisas para ser estudado e que não foi.

Na fala da depoente Simone temos um discurso semelhante:

(...) Bom eu vou começar pelas matérias que sempre foram uma crítica minha particular, claro, e de algumas colegas, que é Direito em Serviço Social, foi uma disciplina do 1º ano e eu achei que realmente ficou faltando, ficou devendo muito, nós tivemos muito direito trabalhista e nós viemos a ter conhecimento, por exemplo, da LOAS, do Estatuto da Criança e do Adolescente, viemos conhecer no 3º, 4º ano de faculdade, o que ficou muito a desejar, então Direito em Serviço

Social é algo que com certeza, não sei se melhorou ou não, mas que fez muita falta.

Direito em Serviço Social, este era o nome da disciplina, e todas as legislações pertinentes ao SS e que nós trabalhamos, que é transversal à atuação do profissional. Outra disciplina que ficou muito a desejar foi Sociologia, o professor trabalhou por dois anos com questões sobre luta de classe, mas era esse tema, esse tema, esse tema, foi muito pesado, foi algo muito cansativo, não foi proveitoso e aí quando a nós chegamos lá na frente com outras disciplinas, a gente sentiu falta, a turma inteira, isso era algo de consenso, então foi algo muito dificultoso. E as mais marcantes, Metodologia em Serviço Social, História do Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, foram estas três que mais me marcaram e marcam até hoje e é o motivo de eu procurar continuar estudando. E isso me deu uma ótima base para trabalhar com Serviço Social, uma ótima base.

As propostas atuais de mudanças curriculares da FAPSS dizem respeito às concepções e aos referenciais teóricos novos a serem incorporados no curso de Serviço Social conferindo-lhe um caráter diferenciado, pois:

(...) na semestralidade, uma grade mais a proposta pedagógica nova que nós estamos substituindo a neotomista pela teoria da complexidade, estamos substituindo São Tomás de Aquino pelo Edgar Morin, são só mil anos de diferença, entre um e outro, mas a gente quer uma proposta pedagógica de caráter interdisciplinar no mínimo, se for transdisciplinar ótimo, senão interdisciplinar já está bom demais.

Os depoentes são unânimes ao apontarem para um tema de grande importância na atualidade. A necessidade de maior ênfase na matéria Gestão Pública para a atual formação do assistente social. Assim como Shinobo, Axel também atribui importância à temática, explicando que “desde o governo do Fernando Henrique para cá, a importância que tem sido dada ao assistente social não mais só na área de execução, mas na elaboração das políticas”.

Shinobo afirma que:

(...) a questão da gestão pública eu acho que seria uma disciplina obrigatória para complementar a formação do assistente social hoje. Porque a forma de gestão, ela na verdade, qualificaria mais o profissional a trabalhar no âmbito das políticas públicas (...) Essa questão da gestão foi uma coisa que me fez falta no meu trabalho e na trajetória da minha carreira.

O professor Axel expressou sua preocupação com o currículo e com a continuação da instituição que, para alcançar seus objetivos, necessita mudar e renovar. Ele acredita que, precisa mudar a forma de apresentar as disciplinas, de dar semestralidade ao curso para torná-lo mais dinâmico e, principalmente, adotar novas concepções de formação ao assistente social, com o empenho da instituição e não casos isolados de professores.

(...) nós queremos é que os conteúdos tenham esse caráter interdisciplinar (...) então por isso a gente sabe que o diálogo com professores antigos vai ser mais difícil, alguns já disseram, fico até o final do ano, ano que vem não volto mais e os que estão aqui são os que querem mesmo brigar por isso, porque a gente sente que a faculdade está perdendo alunado por conta disso, uma faculdade tradicional de 68 anos e de repente no ano passado quase fechamos porque quase metade dos alunos foram embora para PUC, e nós queremos é que os conteúdos tenham esse caráter interdisciplinar porque lá eles têm uma grade nova.

O que se torna evidente com os depoimentos é que os dois professores formados na década de 1970 e 1980 sentiram a falta da renovação da faculdade e perceberam ainda seu currículo atrelado à concepção endogenista e tradicional do Serviço Social. Entretanto, na fala das alunas formadas no início dos anos 2000, elas claramente se referem a essa concepção como coisa do passado, como aspecto histórico. Percebem um currículo tradicional, mas apreendem o Serviço Social baseado nas orientações e concepções atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi o de compreender as particularidades e especificidades apresentadas no Serviço Social e em particular na Faculdade Paulista de Serviço Social no que diz respeito à suas concepções de formação profissional por meio de sua história. Para tanto, buscamos apresentar a instituição sob alguns aspectos, para a apreensão de sua filosofia educacional. A nossa preocupação foi investigar uma instituição que consideramos importante pela sua longa trajetória na formação de assistentes sociais, e acreditamos que este trabalho possa colaborar com as pessoas que estão interessadas na historicidade desse tipo de instituição, no papel dos seus protagonistas, como também no processo de institucionalização, consolidação da profissão e da sua relevância social.

Ao longo deste trabalho, nos pautamos pela leitura de uma bibliografia crítica na qual os autores foram interpretados, objetivando uma compreensão histórica do Serviço Social em nosso país. Também nos valem de depoimentos orais com pessoas formadas pela instituição estudada, e nos pareceu oportuno dizer que essa coleta de dados empíricos foi importante para corroborar, além da fundamentação teórica, na construção deste trabalho.

Poderíamos consultar apenas as fontes bibliográficas e documentais, o estudo do currículo, mas perderíamos o movimento e a dinâmica histórica da instituição se não utilizássemos a entrevista como valioso recurso. Foi exatamente por meio das entrevistas que pudemos perceber algumas mudanças significativas nas concepções de formação da Faculdade Paulista de Serviço Social, desveladas através do depoimento das assistentes sociais formadas nos anos 2000, esclarecendo-nos a distância de uma concepção conservadora para a concepção baseada no Código de Ética Profissional que vigora desde 1993. Entendemos nos discursos dos sujeitos pesquisados o significado das concepções de formação como a dimensão em que o sentido de profissionalização se realiza e os coloca frente aos desafios da prática profissional.

O processo histórico do Serviço Social demonstrou uma dicotomia na relação da teoria e prática, principalmente dentro da categoria profissional, o que foi motivo de preocupação nos primeiros anos de sua implantação. Reaproximá-los se mostrou importante para a construção de conhecimentos e da análise das situações concretas e de uma postura crítica frente aos problemas enfrentados na condução do trabalho cotidiano. Assim, os primeiros assistentes sociais se mobilizaram para a regulamentação e institucionalização da profissão, bem como da organização de um currículo mínimo. Desde a década de quarenta, o assistente social goza de estatuto específico como categoria profissional diferenciada, com vários órgãos representativos.

Procuramos relatar o início da profissão do assistente social contextualizando o momento histórico do país e o processo de ajuda, como forma de explicitar que o Serviço Social não foi uma mera continuação deste processo, mas uma profissão que teve como gênese a divisão social do trabalho no sistema capitalista e seus desdobramentos, muito embora possamos reconhecer que nos seus primórdios tenha sido incentivado pela Igreja Católica e sua filosofia social cristã.

O que predominou no fato de insistirmos no resgate histórico foi considerá-lo imprescindível na compreensão da caminhada do Serviço Social, sempre pautada por transformações significativas, principalmente nas décadas de sessenta e noventa do século passado. Ele guarda ainda as marcas de sua implantação, nos anos de 1930, quando se constituiu, para muitos, propriamente o Estado burguês brasileiro, em que burguesia e proletariado entraram numa relação de política de dominantes e dominados, tendo em vista a reprodução de seus interesses nesta sociedade.

Com efeito, destacamos alguns aspectos para reflexão no contexto da historicidade do Serviço Social e suas relações com o Estado. Sob diversos pontos de vista, detectamos particularidades nestas relações que merecem ser destacadas e apresentadas para a construção do profissional, baseada nos acontecimentos do presente, com o aporte do passado e de olho no futuro.

As mudanças significativas da sociedade capitalista brasileira, que ocorreram principalmente nos anos trinta e quarenta, impulsionadas pela implantação da política getulista, na aparência ofereceram benefícios aos trabalhadores, apoiadas na

legislação trabalhista, mas que, na sua essência, liquidaram com as condições da existência de um sindicato autônomo, ou seja, de uma organização própria dos trabalhadores e um enfraquecimento dos movimentos reivindicatórios e sociais. Houve, portanto uma grande transformação no mundo do trabalho e suas relações, impulsionadas pelo capitalismo que se consolidava neste período.

A modernização do Estado, promovida por Getúlio Vargas, foi iniciada com a criação de várias instituições importantes na organização e intervenção do poder político. No primeiro ano de seu governo foram instituídos o Ministério do Trabalho e uma legislação trabalhista com alguns benefícios aos trabalhadores, que iriam se ampliar ao longo de seu governo. Passaram a ter uma jornada de trabalho regularizada, férias, um salário mínimo, direitos até então desconhecidos pelos trabalhadores.

O incentivo dado pela Ação Social Católica para a implantação dos cursos de Serviço Social tinha como objetivo o ajustamento do homem à sociedade, sob a égide dos valores da ocidentalidade cristã. Não podemos esquecer que os primeiros assistentes sociais formados pertenciam à ala católica que concordava e acreditava no doutrinamento católico como uma missão de ajustar as pessoas à sociedade, a aceitar a vida que tinham ou a se conformar com ela.

Os assistentes sociais idealizavam a construção de um projeto societário por meio da reeducação dos valores morais baseados nos pressupostos teóricos do neotomismo. Compreendiam o homem como ser humano, e na sua atuação profissional compreendia-o como um indivíduo que precisava de ajuda para sair do ambiente precário onde se encontrava. De acordo com essa filosofia, podiam os assistentes sociais compactuar com as diretrizes da Igreja, acreditavam diferenciar-se das ações meramente filantrópicas. Para esta concepção, a assistência seria uma ajuda material e a atuação profissional teria um caráter técnico que se viabilizaria caso fossem asseguradas as mínimas condições de bem-estar social. Os católicos normalmente projetavam a questão social como um problema a ser resolvido pela filantropia e o assistencialismo social, alicerçados nas referências da elite católica da qual fazia parte a obra humanista e piedosa de Alceu Amoroso Lima.

Tomando por base as concepções de formação verificadas no decorrer da história e as mudanças verificadas no processo de evolução que acompanha o Serviço Social brasileiro, procuramos evidenciar as contradições da formação e da atuação profissional que se operou em seu interior. Constatamos que as transformações ocorridas no mundo do trabalho e do assistente social foram impulsionadas pelo capitalismo, mas não impediu que, no Brasil, o desenvolvimento da profissão fosse primeiramente orientado pelo neotomismo e que permanecesse por longo tempo no âmbito da formação.

Se por um lado a elite política da República Velha considerava as questões sociais como caso de polícia, na política de governo de Getúlio Vargas ela vai se conformar como um caso de política. Por esse motivo, aprofundamos o estudo, com destaque na política getulista por o considerarmos um marco na construção da sociedade capitalista brasileira, e especialmente a inserção da profissão a serviço do Estado, que foi seu grande disseminador.

A partir dessa inserção, a regulamentação foi acelerada e o Serviço Social foi aproveitado para dar suporte e apoio nas decisões governamentais ou entidades da sociedade civil às camadas menos privilegiadas ou à classe operária, prestando serviços sócio-assistenciais. Dessa forma, o tratamento às questões sociais modificou-se, passando a serem questões do Estado, e a classe operária transformando-se em signatária de direitos trabalhistas tutelados pelos seus tentáculos, como é o caso do Ministério do Trabalho e a Legislação Trabalhista, iniciados na década de 1930.

Como podemos observar, houve preocupação pela superação do assistencialismo de ordem clerical católica por parte dos assistentes sociais que começavam a questionar, com a criação das instituições do Estado, seu papel enquanto veículo de aplicação das normas estabelecidas, a encarar os problemas sociais de uma nova perspectiva, não mais como caso de polícia, e, sim, como questões do estado de direito.

Entretanto, a chamada para si, isto é, para o Estado, na tentativa de encontrar soluções para as questões sociais, das políticas que começam a ser implantadas, podem ser encaradas como um controle efetivo dos movimentos sociais, uma forma de

repressão aos comunistas e também como tentativa de escamotear as tensões sociais e estabelecer uma pretensa busca de relações harmoniosas entre as classes sociais e a integração dos trabalhadores para o estabelecimento da paz social.

A década de 1950 teve como preocupação a reconstrução do pós-guerra, a libertação do colonialismo, o combate ao comunismo e as tentativas de expansão do capitalismo internacional. Este conjunto de fatores exigiu um processo de modernização e ampliação das políticas sociais nos países capitalistas, inclusive periféricos. As expectativas de desenvolvimento social e a efetivação do Estado de Bem-Estar Social absorveram, através das atividades de promoção social, a prática e a teoria da categoria profissional. Por esse motivo, o cientificismo e a técnica estiveram tão presentes nas atividades e concepções da formação profissional.

Um dos acontecimentos mais impactantes que ocorreram na história do país foi o Golpe Militar de 1964. Este golpe teve uma importância histórica na vida política, econômica, social e cultural no Brasil. O processo político desencadeado revelou que o Estado passou a operar como uma empresa capitalista visando apenas o lucro. Os empresários e a elite política beneficiaram-se com esse novo posicionamento econômico. Não obstante, toda a sociedade ter sido invadida pelo autoritarismo estreitou-se os vínculos entre a burguesia e o Estado.

O impacto foi sentido em todos os segmentos da sociedade, a liberdade de expressão, os direitos sociais foram abruptamente suprimidos, entretanto, contraditoriamente ele incentivou, aflorou de uma maneira veemente aqueles que estavam numa posição contrária à conformação da ditadura militar. Os movimentos populares neste período foram duramente contidos, reprimidos e desarticulados pelos órgãos do Estado com violência, e um clima de medo e insegurança se espalhou por toda a sociedade, mas a resistência ganhou força.

A década de 1960 apresentou inicialmente uma efervescência social e profissional no campo do Serviço Social. Naquele momento as bases teóricas da formação profissional não eram questionadas, entretanto este quadro foi modificado com a aproximação do pensamento marxista. Na época, ele não chegou a enriquecer o trabalho nem a formação do assistente social. A literatura utilizada era derivada de

autores que, podemos dizer, eram de segunda mão, pois não interpretavam Marx diretamente dos seus originais, e, sim, buscavam seus comentaristas o que, evidentemente, dificultou uma aproximação dos seus postulados teóricos com a realidade que estudavam e analisavam. Todavia, os conceitos marxistas como o materialismo histórico, as condições materiais da vida dos homens, suas relações e contradições, a reflexão sobre as causas dos conflitos na sociedade capitalista, começaram a fazer parte da literatura de docentes e alunos do Serviço Social.

A postura de ajustamento do Serviço Social se rompeu com o movimento estudantil. Ele foi muito importante para todas as categorias profissionais, mas principalmente para o Serviço Social, pois representou a chamada ruptura com o conservadorismo por meio do Movimento de Reconceituação. Claro está que esta ruptura não alcançou todos os segmentos ou mesmo a maioria dos assistentes sociais, a raiz conservadora e tradicionalista continuou com muitos adeptos, entretanto uma parcela desses profissionais já formados e estudantes se engajaram numa luta política partidária por mudanças na formação e atuação profissional.

O Movimento de Reconceituação constituiu-se em um processo, iniciado nos anos sessenta e se aprofundou nas décadas seguintes, possibilitou a construção de um novo modo de conceber o estudo da realidade sob a qual atuavam os assistentes sociais. Observamos que foi difícil para muitos profissionais abandonar a visão idealizada do Serviço Social, do modelo clássico, dentro da sociedade liberal burguesa em que as ideias orientam o homem. Aceitar a prática social da realidade objetiva como forma de construir categorias que permitissem analisar e produzir uma práxis transformadora dessa própria realidade foi um desafio para muitos assistentes sociais.

Por sua vez, a Faculdade Paulista de Serviço Social, nesse momento ainda funcionava ligada à PUC-SP, e continuava a manter um direcionamento conservador de formação profissional, acompanhada pelo preconceito das ideias provenientes do marxismo. Muito embora muitos dos seus estudantes e professores estivessem envolvidos na luta por mudanças radicais no entendimento do papel político e social que essa profissão poderia vir a representar numa conjuntura de dificuldades como aquela que o auge do regime militar representava.

Conforme identificamos, esse debate que envolveu a retomada de determinadas expressões de Marx marcou fundamentalmente as discussões do Serviço Social por mais de vinte anos e continuou influenciando, possibilitando retomar determinadas concepções, determinados escritos sobre o próprio caráter da sociedade capitalista. Tomando como base a Revolução Francesa, a sociedade devia ser entendida dialeticamente porque preconizava a igualdade, a liberdade, a fraternidade, mas a cada instante ela negava esta fraternidade, a liberdade e a igualdade. Opõe-se à vigência histórica desses valores, então a sociedade capitalista exige necessariamente uma interpretação dialética e histórica do seu próprio desenvolvimento. Assim, na medida em que isso ocorre, necessitamos de uma base teórica, precisamos nos armar de autores que tenham uma compreensão dialética da história, como é o caso de Marx.

Somente na década de 1980, com os estudos os de Carvalho e Yamamoto, Netto, Faleiros, entre outros estudiosos do Serviço Social, o debate teórico foi fortalecido e frutificou, fomentando o pensamento crítico dialético, derivados diretamente dos estudos de Marx. Assim, verificamos o aprofundamento da teoria, a consciência e significado social da profissão enquanto especialização do trabalho, com destaque na historicidade do Serviço Social, culminando com uma produção literária baseada em estudos e pesquisas da realidade brasileira relevantes para a formação profissional.

O Estado passava por um lento processo de mudança e foi caracterizado por alguns autores como uma transição conservadora, ou, como observou Netto, uma modernização conservadora que, a princípio, pode parecer contraditória, mas não é, se tivermos uma visão atenta e uma preocupação analítica dialética da realidade. O Estado precisava se modernizar, mas continuava sendo um Estado de classe, ele não perdeu a compreensão do que era o proletariado, as camadas populares que precisavam ser incorporadas no interior das suas instituições, pois faziam parte de um segmento social, eles não podiam deixar de ser operários, por isso foi denominada como modernização sem avanços no âmbito social. A burguesia não perdeu a dimensão do que é a classe operária e o papel que ela representava, antes desejava que esse papel fosse controlado profundamente e promoveu o aparecimento de instituições relacionadas ao Estado para este promover o controle.

Nos anos oitenta, teve início a abertura política do país, e com ela o surgimento de inúmeros movimentos sociais, uns de militância política, outros de mobilização popular, de participação das camadas pobres da sociedade, alguns extremamente importantes para a futura conjuntura social e política, e fundamental para a compreensão da construção da cidadania das classes menos favorecidas. A Constituição de 1988 concedeu direito a todos os segmentos da sociedade, identificando esse período como profícuo do ponto de vista das experiências político-sociais.

Para o Serviço Social, e a categoria profissional, esta época foi um marco das proposições que vinham sendo debatidas há anos. A revisão do currículo mínimo adotado pela Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social, bem como a Ética aparecem como fundamental nas relações entre as classes e o exercício da profissão.

Nos anos da década de noventa, a reestruturação produtiva promovida pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social expressam profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social. O papel do Estado ficou cada vez menor, houve uma alteração da morfologia do trabalho que se desagregou, inviabilizando uma consciência de classe trabalhadora, cresceram as formas do mundo do trabalho e suas relações, aqui, sem as concessões do estado de bem-estar e das políticas trabalhistas, flexibilizaram direitos, acarretando perdas históricas para as classes trabalhadoras. Por outro lado, houve uma alteração nas relações entre o público e o privado que influíam sobremaneira nas demandas sociais.

A constatação a que chegamos foi que a condição da classe trabalhadora no decorrer do século XX, e agora no início do século XXI, não apresentou transformações significativas, não mudou sua condição social nem a visão que se tem da classe trabalhadora por parte das elites. O que mudou foi a forma de exercer seu domínio político e econômico, sua hegemonia ideológica e cultural sobre ela, e que a elite não conseguiu conter ou superar as questões sociais produzidas pelas contradições entre a riqueza e pobreza, mascarando o problema social com políticas sociais compensatórias, exercendo ora um paternalismo assistencial, ora uma cidadania

negada, ou seja, camuflada nas esferas políticas, econômicas sociais e culturais, oferecendo uma pseudo-participação dessas camadas pobres da população na sociedade.

O controle sobre os movimentos sociais por parte de uma elite burguesa ou política continua sendo exercido, e os profissionais do Serviço Social, embora tenham conquistado avanços em sua participação frente a essa problemática social, permanecem com sua atuação atrelada a ela.

O agravamento das questões sociais, em face desse processo de reestruturação nos marcos da ideologia neoliberal dos anos noventa do século XX, determinou uma inflexão no campo profissional do Serviço Social, resultante de novas requisições postas pelo ordenamento do capital e do trabalho através das políticas e lutas sociais.

A proposta do Serviço Social, com base no pensamento crítico dialético, é atuar como mediador entre os usuários das políticas sociais e o Estado. O Serviço Social não atua sobre uma necessidade social, visto que a questão social se refrata e ganha múltiplas dimensões. Assim, uma das singularidades da profissão é atuar sobre várias necessidades na busca de viabilizar e garantir os serviços e direitos aos usuários que a demandam. Recebeu ao longo de sua trajetória diferentes orientações filosóficas e teóricas, sendo criticado por não ter uma teoria própria. Esta discussão cria equívocos dentro e fora da categoria profissional, mas não invalida o fruto de sua atuação, nem o torna ilegítimo na divisão social do trabalho.

Por isso julgamos pertinente incluir os Códigos de Ética Profissional de 1954 e de 1993 no apêndice do nosso trabalho, e oportuno apresentá-los por conter informações que permitem discutir questões relacionadas com o posicionamento dos assistentes sociais e também uma análise comparativa dos diversos períodos contemplados em nossa dissertação, estabelecendo diferenças e semelhanças na evolução conquistada pela atuação da categoria profissional.

Em virtude dos fatos mencionados e acompanhando o desenrolar da história da sociedade capitalista brasileira, a história do Serviço Social e a história da Faculdade Paulista de Serviço Social, podemos entender que a profissão tem acompanhado o

movimento da sociedade, com diferentes concepções de formação, procurando se adequar às demandas sociais.

Levando em consideração os aspectos apresentados, verificamos que a Faculdade Paulista de Serviço Social não apresentou mudança significativa e ostensiva em seu posicionamento filosófico, em seu currículo ou nas orientações diretivas na década de sessenta, ou posterior a ela. O que observamos a partir das entrevistas foi a constatação de uma lenta mudança implícita propiciada pela postura de alguns docentes que trabalham como assistentes sociais, e por esse motivo estão constantemente se atualizando e reciclando, engajados com as novas diretrizes da formação profissional de Serviço Social regidos pelos princípios do Código de Ética Profissional.

Nas vozes dos depoentes, percebemos que o debate das concepções de formação está presente, especialmente na FAPSS, aparecendo críticas de forma velada, apontando para a necessidade de mudanças urgentes na formação profissional e, principalmente, na grade curricular. No quadro formativo de Serviço Social, a instituição aparece com uma importância histórica para quem busca o curso, que privilegia uma formação inserida na realidade, mas apontam que ela precisa evoluir em alguns aspectos materiais e formativos para continuar sua trajetória.

O posicionamento dos professores comprometidos com a formação profissional foi um aspecto positivo observado nos depoimentos das assistentes sociais entrevistadas, assim como o conteúdo pautado nos princípios do Código de Ética Profissional.

Por fim, é importante dizer que, apesar da falta de mudanças significativas, marcantes e muito visíveis que pudessem caracterizá-la como uma instituição contra-hegemônica, a Faculdade Paulista de Serviço Social continua a formar profissionais comprometidos com a evolução do Serviço Social, e que seu nome como instituição tem muita representatividade. A formação profissional que ela oferece permite que muitos de seus alunos ingressem na vida profissional pública e privada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPLE, Michael W. *Ideologia e currículo*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. *O projeto político-profissional do Serviço Social brasileiro*. São Paulo, 2006. (Tese de Doutorado em Serviço Social, PUC/SP)
- AGUIAR, Antonio Geraldo de. *Serviço Social e Filosofia. Das origens a Araxá*. São Paulo: Cortez, UMINEP, 1982.
- _____. *A filosofia no currículo de Serviço Social*. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 5, nº 15, p.5-19, ago. 1984.
- ANDER EGG, E. *Introdução ao trabalho social*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- ARÓSTEGUI, J. *La investigación histórica: teoría y método*. Barcelona: Crítica. 2001.
- BETETTO, Heliton. “Uma história de 62 anos...”. *Faculdade Paulista de Serviço Social*. São Paulo: 2002.
- BORGIANNI, Elisabete; MONTAÑO, Carlos. *Metodología y Servicio Social: hoy en debate*. (Orgs.) Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social. São Paulo: Cortez, 2000.
- BRANDÃO, Rita de Cássia Camargo. *O Serviço Social no Brasil: a reinstrumentalização necessária*. Franca, 2006. (Tese de Doutorado em Serviço Social – Faculdade de História, Direito e Serviço Social– UNESP)
- BUENO, Eduardo. *História do Brasil*. São Paulo: Publifolha, 1997.
- CARMO, Sonia I. Silva do.; COUTO, Elaine F. Bittencourt. *A formação do capitalismo e a colonização da América*. São Paulo: Atual, 1997.
- CARVALHO, Alba Maria Pinho. *O projeto de formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira*. Cadernos ABESS, São Paulo, ano 1, nº 1, jan. 1993.
- CATANI, Afrânio Mendes. *O que é capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- COGGIOLA, Osvaldo. *O capital contra a história: gênese e estrutura da crise contemporânea*. São Paulo: Xamã, Pulsar, 2002.
- COSTA, Cristina. *Sociologia: Introdução à ciência da sociedade*. São Paulo: Moderna, 1997.
- ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. *O que é Serviço Social*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- FALEIROS, Vicente de Paula. *O que é política social*. São Paulo: Braziliense, 1986.
- _____. *A questão da assistência social*. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 10, nº 30, p. 109-126, abr. 1989.
- _____. *Serviço Social: Questões presentes para o futuro*. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 9-39, abr. 1996.

- FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.
- FERREIRA, Tolstói de Paula. *Revista de Serviço Social*, Ano I, p.1.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- GOHN, Maria da Glória. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs, e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- _____. *História dos movimentos e lutas sociais*. São Paulo: Loyola, 2003.
- GRAMSCI, Antonio. *A Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Compiladores) *A Cidadania Negada, Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho*. Buenos Aires: Colección Grupos de Trabajo de CLACSO, 2001.
- GUIMARÃES, Simone de Jesus. *A Questão do Assistente Social enquanto intelectual*. Revista Quadrimestral de Serviço Social. Ano IX, nº 26, p. 120-144, abr. 1988.
- GOODSON, Ivor F. *Currículo: teoria e história*. São Paulo: Vozes, 1998.
- HOBSBAWM, J. Eric. *L'Âge des extremes: Le court vingtième siècle 1914-1991*. Bruxelles: Éditions Complexe, 1999.
- KOWARICK, Lúcio. *O processo de desenvolvimento do Estado na América Latina*. Revista Serviço Social & Sociedade, nº 17, São Paulo: Cortez, abr. 1985.
- IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1988.
- _____. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. *Proposta básica para o projeto de formação profissional*. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, ano 17, nº 50, abr. 1996.
- IANNI, O. "A Questão Social" In: *A Idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- JUNQUEIRA, H.I. *Elementos para uma perspectiva histórica do Serviço Social no Brasil*. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 2, nº 4, p. 1-38, dez. 1980.
- LE GOFF, J. *Historia e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- MACEDO, E. Aspectos metodológicos em História do currículo. In: Oliveira, I.B. *Pesquisa do/no cotidiano das escolas – sobre saberes escolares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

- MANACORDA, Mario Alighiero. *Marx e a pedagogia moderna*. São Paulo: Cortez, 1991.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARTINS, J. S. *A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. "O falso problema da exclusão social e o problema da inclusão marginal" In: *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus: 1977.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social: identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. *O Capital*. Edição Condensada. Tradução Gesner de Wilton Morgado. Rio de Janeiro: Melso, 1978.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Feuerbach. *Oposição das concepções materialistas e idealistas*. Lisboa: Avante, 1982.
- _____. *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Avante, 1982.
- _____. *Para a crítica da Economia Política*. Prefácio. Lisboa: Avante, 1982.
- MASCARO, Alysson Leandro. *Lições de Sociologia do Direito*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2002.
- MELO, Magnólia. *A influência do pensamento marxista no Serviço Social brasileiro a partir da década de 80*. [http://: pessoal.sercomtel.com.br](http://pessoal.sercomtel.com.br)
- MENEZES, Vanessa Bega. *Formação e atuação profissional: uma relação indissociável*. São Paulo, 2006. (Dissertação de Mestrado em Serviço Social, PUC-SP)
- MINAYO, M. C. de S. (Org). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- MOCELLIN, Renato. *Para compreender a história*. São Paulo: Editora do Brasil, 1989.
- MONTEIRO, Hamilton. *Feudalismo: economia e sociedade*. São Paulo: Ática, 1986.
- MORAIS, Paulo Tadeu. *Fronteiras, Idiomas e Lousas: dilemas e perspectivas proporcionadas pela educação escolar a um grupo de imigrantes bolivianos instalados na grande São Paulo nas décadas de 1990 e 2000*. São Paulo, 2007. (Dissertação de Mestrado, Centro Universitário Nove de Julho-UNINOVE)
- MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T da. (Orgs.) *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1995.
- MOTA, A. E. *Cultura da Crise e Seguridade Social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- MOTA, Carlos Guilherme. *História Moderna e Contemporânea*. São Paulo: Moderna, 1986.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. *Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva do Serviço Social no Brasil*. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 17, nº 50, p. 87-132, abr. 1996.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: *Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e política social*. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/Unb, 1999.

_____. *O que é marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. *O Serviço Social e a tradição marxista*. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 10, nº 30, p. 89-192, abr. 1989.

NETTO, J. P.; FALEIROS, V. P. *Teoria, método e história na formação profissional*. Cadernos ABESS, São Paulo, ano 1, nº 1, jan. 1993.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. *Universidade de São Paulo; Escola de Engenharia de São Carlos; os primeiros tempos: 1948-1971*. São Carlos: EdUFSCar, 2000.

_____. *A Escola Profissional de São Carlos*. São Carlos: EdUFSCar, 1998.

_____. *As Pesquisas sobre Instituições Escolares: O Método Dialético Marxista de Investigação*. EccoS – Revista Científica, São Paulo, v. 7 nº 2/2, p. 351-367, jul. 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro, CEDEC: Paz e Terra, nº 1, 1977.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. *Política Educacional e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1986.

QUIROGA, Consuelo. *Invasão Positivista no Marxismo: manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1991.

RAICHELIS, Raquel. *Legitimidade popular e poder público*. São Paulo: Cortez, 1988.

READ, Piers Paul. *Os Templários*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

REIS, Marcelo Braz Moraes dos. *Notas sobre o Projeto ético-político do Serviço Social*. Rio de Janeiro, 2005. [http://: www. Locuss.org/joomlalocus](http://www.locuss.org/joomlalocus).

REZENDE, Cyro de Barros Filho. *Guerra e poder na sociedade feudal*. São Paulo: Ática, 1990.

SÁ, Jeanete Liasch Martins de. *Conhecimento e Currículo em Serviço Social: análise das contradições*. São Paulo: Cortez, 1995.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SPOSATI, Aldaíza; FALCÃO, Maria do Carmo; FLEURY, Sonia Maria Teixeira. *Os direitos (dos desassistidos) sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

SPOSATI, Aldaíza. *A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

TONET, Ivo. *Fundamentos filosóficos para nova proposta curricular do Serviço Social*. Revista Serviço Social & Sociedade, ano 5, nº 15, p. 20-29, ago. 1984.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária*. -v. 1. *A árvore da liberdade*. -v. 2. *A maldição de Adão*. v. 3. *A força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, Balbina Ottoni. *História do Serviço Social*. Rio de Janeiro: Agir: 1998.

YASBECK, M. C. *Estudos da Evolução Histórica da Escola de Serviço Social no período 1936-1945*. São Paulo, 1997. (Dissertação de Mestrado em Serviço Social, PUC-SP)

_____. *Classes Subalternas e Assistência Social*. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. "Pobreza e exclusão social: expressões da questão social" Revista Temporalis nº 3, ABEPSS, ano 3, p.33-40, jan. 2001.

_____. *Le travail social International: éléments de comparaison*. (Orgs.) Jean Pierre Deslauriers et Yves Hurtubise. Canadá: Les Presses de L'Université Laval, 2005.

Dicionário de Conceitos Fundamentais do Cristianismo. São Paulo: Paulus, 1999.
Dicionário Oxford de Sociologia, 1994.

Consultas eletrônicas:

www.abepss.org.br

www.prof2000.pt/users/dicsoc: soc_a.html

www.cobra.pages.nom

www.cress.sp.org.br

www.mec.org.br

www.soleis.adv.br/assistentesocial

www.wikipedia.com.br

www.fnepas.org.br/ss

APÊNDICE

Roteiro de entrevistas

1. Minha apresentação e permissão para gravar. Uso da entrevista só para fins acadêmicos.

2. Apresentação do(a) entrevistado(a):

Nome:

Idade:

Formação na área de Serviço Social. Falar um pouco sobre a faculdade cursada e o ano de ingresso.

Estrutura, disciplinas, estágio e atividades culturais oferecidas (diretório acadêmico, agremiações, palestras) Falar um pouco sobre os professores em geral e quais os mais marcantes e por quê. Que visão ou concepção eles tinham da profissão. Falar um pouco sobre a turma ou grupo, sobre o período em que estudava, se as pessoas trabalhavam ou só estudavam. Se você trabalhava enquanto estudava, se realizava estágio remunerado em Serviço Social.

3. O que motivou sua escolha pelo Serviço Social? Se foi sua primeira opção, essa escolha foi realizadora?

4. Contar quais atividades você realiza. Sua trajetória nesse trabalho, o cargo que ocupa. Há quanto tempo trabalha como assistente social? Para sua atuação atual, acha que a formação inicial foi suficiente para enfrentar os desafios? Você precisou realizar novos cursos? Quais lacunas você percebeu em sua formação Inicial?

5. Qual a concepção de Serviço Social em que você foi formado? Qual era a concepção de formação oferecida pela faculdade? Como você percebeu as mudanças na orientação da faculdade?

6. Em sua opinião, quais os desafios colocados hoje para as instituições formadoras de assistentes sociais? (quais os conhecimentos necessários ao assistente social para o efetivo desempenho de suas funções, quais as maiores dificuldades.)

7. Agradecimentos.

ANEXO

LEI Nº 1.889, DE 13 DE JUNHO DE 1953**DISPÕE SOBRE OS OBJETIVOS DO ENSINO DO SERVIÇO SOCIAL, SUA ESTRUTURAÇÃO E AINDA AS PRERROGATIVAS DOS PORTADORES DE DIPLOMAS DE ASSISTENTES SOCIAIS E AGENTES SOCIAIS.**

O CONGRESSO NACIONAL decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art 1º O ensino do Serviço Social tem os seguintes objetivos:

I – Prover a formação do pessoal técnico habilitado para a execução e direção do Serviço Social;

II – Prover a formação do pessoal habilitado para execução e direção de órgãos do Serviço Social e desenvolvimento de seus ramos especiais.

Art 2º O ensino do Serviço Social é feito em nível superior em três séries, no mínimo, de duração de um ano cada uma.

Art 3º Dentro da orientação metodológica compatível com o nível superior do curso, a formação teórica e prática de Assistentes Sociais compreenderá o estudo das seguintes disciplinas, no mínimo:

I – Sociologia e Economia Social;

Direito e Legislação Social;

Higiene e Medicina Social;
Psicologia e Higiene Mental;
Ética Geral e Profissional.

II – Introdução e fundamentos do Serviço Social:

Métodos do Serviço Social;

Serviço Social de Casos – de Grupo – Organização Social da Comunidade:

Serviço Social em suas especializações;
Família – Menores – Trabalho – Médico.

III – Pesquisa Social.

Parágrafo único. As aulas de Serviço Social deverão atingir 1/4 no mínimo do total das aulas e as Escolas de Serviço Social deverão organizar os seus programas, atendendo

a que no 1º ano haja preponderância da parte teórica, no segundo ano seja observado o equilíbrio entre a parte teórica e a prática e no 3º ano haja preponderância da parte prática.

Art 4º As Escolas poderão manter ainda curso de pós-graduação, destinados a especialização e aperfeiçoamento de Assistentes Sociais.

Parágrafo único. O certificado de curso de especialização somente será expedido mediante apresentação de diploma ordinário, registrado na forma da lei.

Art 5º O provimento de cadeiras nas Escolas de Serviço Social será feito por meio de professores contratados, assegurada a regência das cadeiras ou disciplinas de Serviço Social exclusivamente a Assistentes Sociais que tenham diplomas registrados na Diretoria do Ensino Superior, ou, excepcionalmente, por profissional estrangeiro especializado.

Parágrafo único. No provimento das cadeiras de Serviço Social referidas neste artigo, fica ressalvado o direito daqueles que as venham lecionando pelo menos há três anos.

Art. 6º As Escolas de Serviço Social, em sua organização e funcionamento, regem-se pelo disposto nos Decretos-leis nºs 421, de 11 de maio de 1938, e 2.076, de 8 de março de 1940.

Art. 7º São condições para matrícula inicial no curso do Serviço Social:

I – Prova de registro civil, que comprove a idade mínima de 18 anos;

II – Prova de conclusão de curso secundário completo;

III – Atestado de idoneidade moral;

IV – Atestado de sanidade física e mental.

Parágrafo único. A exigência constante do inciso II poderá ser suprida por uma das seguintes provas:

a) diploma de curso superior, registrado na Diretoria do Ensino Superior;

b) pelo disposto no § 2º do art. 31 do Decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, conforme a redação que lhe deu o art. 1º do Decreto-lei nº 8.195, de 20 de novembro de 1945.

Art 8º Até três anos após a regulamentação desta lei, a exigência constante do item II do art. 7º, poderá ser suprida pela prova de promoção à 2ª série do curso colegial.

Art 9º As Escolas de Serviço Social já em funcionamento são obrigadas a requerer seu reconhecimento dentro do prazo de 120 dias a partir da regulamentação desta lei, sob pena de serem proibidas de continuar funcionando.

Parágrafo único. Os atuais alunos das Escolas a que se refere este artigo poderão nelas prosseguir, se oportunamente atenderem às condições então exigidas pelo regulamento da Escola, verificadas, em cada caso, pelo Conselho Nacional de Educação, na hipótese de vir o Curso a ser reconhecido.

Art 10. Ao aluno que houver terminado o curso ordinário e sido aprovado no trabalho final de sua exclusiva autoria será conferido o diploma de Assistente Social.

Art 11. Os portadores de diplomas expedidos por Escolas de Serviço Social em funcionamento na data da publicação desta lei e que vierem a obter o reconhecimento, deverão requerer seu registro, dentro do prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, à Diretoria do Ensino Superior.

§ 1º este órgão processará o pedido, encaminhando-o ao Conselho Nacional de Educação, que decidirá, à vista do disposto no parágrafo único do art. 9º.

§ 2º Quando verificada irregularidade sanável, no histórico escolar, pode o Conselho Nacional de Educação determinar a validade do Curso, especificando os exames.

Art 12. As Assistentes Sociais, portadoras de diplomas expedidos por escolas oficiais ou oficializados, já extintos, são assegurados os direitos e vantagens previstos nesta lei, desde que tenham defendido tese e contem mais de cinco anos de exercício da profissão.

Art 13. Poderão requerer registro de Assistentes Sociais os diplomados por Escolas de Serviço Social estrangeiras, desde que tenham seu diploma revalidado pela autoridade competente.

Art 14. Ficam resguardados os direitos dos atuais Agentes Sociais com função nos vários órgãos públicos, sendo-lhes facultado obter o diploma de Assistente Social, mediante provas prestadas nas Escolas de Serviço Social, das matérias constantes do currículo escolar e não incluídas nos cursos que hajam freqüentado.

Parágrafo único. Aos Agentes Sociais, qualquer que seja sua denominação, serão assegurados os direitos e vantagens previstos nesta lei, desde que venham, em caráter de assistente social, exercendo a profissão há mais de cinco anos.

Art 15. O Poder Executivo subvencionará as Escolas de Serviço Sociais já existentes e as que forem fundadas, desde que sejam reconhecidas pelo seu órgão competente.

Art 16. O Poder Executivo distribuirá bolsas de estudo aos Estados, que não possuam Escolas de Serviço Social, obrigando-se o bolsista, mediante assinatura de termo de

compromisso, a exercer a profissão nos dois anos após o término do curso, no seu Estado de origem.

Art 17. O Poder Executivo expedirá, dentro de 90 (noventa) dias, a regulamentação básica desta lei.

Art 18. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de junho de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI Nº 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993

Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA – Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É livre o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional, observadas as condições estabelecidas nesta lei.

Art. 2º Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:

I – Os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente;

II – os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil;

III – os agentes sociais, qualquer que seja sua denominação com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no art. 14 e seu parágrafo único da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953.

Parágrafo único. O exercício da profissão de Assistente Social requer prévio registro nos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado nos termos desta lei.

Art. 3º A designação profissional de Assistente Social é privativa dos habilitados na forma da legislação vigente.

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

I – elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III – encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

IV – (Vetado);

V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

VI – planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX – prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X – planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI – realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I – coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II – planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III – assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV – realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

V – assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI – treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII – dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII – dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;

IX – elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde seja aferido conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X – coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI – fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regional;

XII – dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XIII – ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

Art. 6º São alteradas as denominações do atual Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e dos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS), para, respectivamente, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

Art. 7º O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) constituem, em seu conjunto, uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa, com o objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional.

1º Os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) são dotados de autonomia administrativa e financeira, sem prejuízo de sua vinculação ao Conselho Federal, nos termos da legislação em vigor.

2º Cabe ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e aos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), representar, em juízo e fora dele, os interesses gerais e individuais dos Assistentes Sociais, no cumprimento desta lei.

Art. 8º Compete ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na qualidade de órgão normativo de grau superior, o exercício das seguintes atribuições:

I – orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS;

II – assessorar os CRESS sempre que se fizer necessário;

III – aprovar os Regimentos Internos dos CRESS no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS;

IV – aprovar o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais juntamente com os CRESS, no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS;

V – funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional;

VI – julgar, em última instância, os recursos contra as sanções impostas pelos CRESS;

VII – estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados;

VIII – prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Serviço Social;

IX – (Vetado)

Art. 9º O fórum máximo de deliberação da profissão para os fins desta lei dar-se-á nas reuniões conjuntas dos Conselhos Federal e Regionais, que inclusive fixarão os limites de sua competência e sua forma de convocação.

Art. 10. Compete aos CRESS, em suas respectivas áreas de jurisdição, na qualidade de órgão executivo e de primeira instância, o exercício das seguintes atribuições:

I – organizar e manter o registro profissional dos Assistentes Sociais e o cadastro das instituições e obras sociais públicas e privadas, ou de fins filantrópicos;

II – fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de Assistente Social na respectiva região;

III – expedir carteiras profissionais de Assistentes Sociais, fixando a respectiva taxa;

IV – zelar pela observância do Código de Ética Profissional, funcionando como Tribunais Regionais de Ética Profissional;

V – aplicar as sanções previstas no Código de Ética Profissional;

VI – fixar, em assembléia da categoria, as anuidades que devem ser pagas pelos Assistentes Sociais;

VII – elaborar o respectivo Regimento Interno e submetê-lo a exame e aprovação do fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS.

Art. 11. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) terá sede e foro no Distrito Federal.

Art. 12. Em cada capital de Estado, de Território e no Distrito Federal, haverá um Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) denominado segundo a sua jurisdição, a qual alcançará, respectivamente, a do Estado, a do Território e a do Distrito Federal.

1º Nos Estados ou Territórios em que os profissionais que neles atuam não tenham possibilidade de instalar um Conselho Regional, deverá ser constituída uma delegacia subordinada ao Conselho Regional que oferecer melhores condições de comunicação, fiscalização e orientação, ouvido o órgão regional e com homologação do Conselho Federal.

2º Os Conselhos Regionais poderão constituir, dentro de sua própria área de jurisdição, delegacias seccionais para desempenho de suas atribuições executivas e de primeira instância nas regiões em que forem instalados, desde que a arrecadação proveniente dos profissionais nelas atuantes seja suficiente para sua própria manutenção.

Art. 13. A inscrição nos Conselhos Regionais sujeita os Assistentes Sociais ao pagamento das contribuições compulsórias (anuidades), taxas e demais emolumentos que forem estabelecidos em regulamentação baixada pelo Conselho Federal, em deliberação conjunta com os Conselhos Regionais.

Art. 14. Cabe às Unidades de Ensino credenciar e comunicar aos Conselhos Regionais de sua jurisdição os campos de estágio de seus alunos e designar os Assistentes Sociais responsáveis por sua supervisão.

Parágrafo único. Somente os estudantes de Serviço Social, sob supervisão direta de Assistente Social em pleno gozo de seus direitos profissionais, poderão realizar estágio de Serviço Social.

Art. 15. É vedado o uso da expressão Serviço Social por quaisquer pessoas de direito público ou privado que não desenvolvam atividades previstas nos arts. 4º e 5º desta lei.

Parágrafo único. As pessoas de direito público ou privado que se encontrem na situação mencionada neste artigo terão o prazo de noventa dias, a contar da data da vigência desta lei, para processarem as modificações que se fizerem necessárias a sua integral cumprimento, sob pena das medidas judiciais cabíveis.

Art. 16. Os CRESS aplicarão as seguintes penalidades aos infratores dos dispositivos desta Lei:

I – multa no valor de uma a cinco vezes a anuidade vigente;

II – suspensão de um a dois anos de exercício da profissão ao Assistente Social que, no âmbito de sua atuação, deixar de cumprir disposições do Código de Ética, tendo em vista a gravidade da falta;

III – cancelamento definitivo do registro, nos casos de extrema gravidade ou de reincidência contumaz.

1º Provada a participação ativa ou conivência de empresas, entidades, instituições ou firmas individuais nas infrações a dispositivos desta lei pelos profissionais delas dependentes, serão estas também passíveis das multas aqui estabelecidas, na proporção de sua responsabilidade, sob pena das medidas judiciais cabíveis.

2º No caso de reincidência na mesma infração no prazo de dois anos, a multa cabível será elevada ao dobro.

Art. 17. A Carteira de Identificação Profissional expedida pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), servirá de prova para fins de exercício profissional e de Carteira de Identidade Pessoal, e terá fé pública em todo o território nacional.

Art. 18. As organizações que se registrarem nos CRESS receberão um certificado que as habilitará a atuar na área de Serviço Social.

Art. 19. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) será mantido:

I – por contribuições, taxas e emolumentos arrecadados pelos CRESS, em percentual a ser definido pelo fórum máximo instituído pelo art. 9º desta lei;

II – por doações e legados;

III – por outras rendas.

Art. 20. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) contarão cada um com nove membros efetivos: Presidente, Vice-Presidente, dois Secretários, dois Tesoureiros e três membros do Conselho Fiscal, e nove suplentes, eleitos dentre os Assistentes Sociais, por via direta, para um mandato de três anos, de acordo com as normas estabelecidas em Código Eleitoral aprovado pelo fórum instituído pelo art. 9º desta lei.

Parágrafo único. As delegacias seccionais contarão com três membros efetivos: um Delegado, um Secretário e um Tesoureiro, e três suplentes, eleitos dentre os Assistentes Sociais da área de sua jurisdição, nas condições previstas neste artigo.

Art. 21. (Vetado).

Art. 22. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais terão legitimidade para agir contra qualquer pessoa que infringir as disposições que digam respeito às prerrogativas, à dignidade e ao prestígio da profissão de Assistente Social.

Art. 23. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24. Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957.

Brasília, 7 de junho de 1993; 172º da Independência e 105º da República.

ITAMARFRANCO
Walter Barelli

RESOLUÇÃO CFESS N.º 273/93 DE 13 MARÇO de 1993

Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências.

A Presidente do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e de acordo com a deliberação do Conselho Pleno, em reunião ordinária, realizada em Brasília, em 13 de março de 1993,

Considerando a avaliação da categoria e das entidades do Serviço Social de que o Código homologado em 1986 apresenta insuficiências;

Considerando as exigências de normatização específicas de um Código de Ética Profissional e sua real operacionalização;

Considerando o compromisso da gestão 90/93 do CFESS quanto à necessidade de revisão do Código de Ética;

Considerando a posição amplamente assumida pela categoria de que as conquistas políticas expressas no Código de 1986 devem ser preservadas;

Considerando os avanços nos últimos anos ocorridos nos debates e produções sobre a questão ética, bem como o acúmulo de reflexões existentes sobre a matéria;

Considerando a necessidade de criação de novos valores éticos, fundamentados na definição mais abrangente, de compromisso com os usuários, com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social;

Considerando que o XXI Encontro Nacional CFESS/CRESS referendou a proposta de reformulação apresentada pelo Conselho Federal de Serviço Social;

RESOLVE:

Art. 1º – Instituir o Código de Ética Profissional do assistente social em anexo.

Art. 2º – O Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, deverá incluir nas Carteiras de Identidade Profissional o inteiro teor do Código de Ética.

Art. 3º – Determinar que o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Serviço Social procedam imediata e ampla divulgação do Código de Ética.

Art. 4º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, revogadas as disposições em contrário, em especial, a Resolução CFESS nº 195/86, de 09.05.86.

Brasília, 13 de março de 1993.

MARLISE VINAGRE SILVA
A.S. CRESS Nº 3578 7ª Região/RJ
Presidente do CFESS

INTRODUÇÃO

A história recente da sociedade brasileira, polarizada pela luta dos setores democráticos contra a ditadura e, em seguida, pela consolidação das liberdades políticas, propiciou uma rica experiência para todos os sujeitos sociais. Valores e práticas até então secundarizados (a defesa dos direitos civis, o reconhecimento positivo das peculiaridades individuais e sociais, o respeito à diversidade, etc.) adquiriram novos estatutos, adensando o elenco de reivindicações da cidadania. Particularmente para as categorias profissionais, esta experiência ressituiu as questões do seu compromisso ético-político e da avaliação da qualidade dos seus serviços.

Nestas décadas, o Serviço Social experimentou no Brasil um profundo processo de renovação. Na intercorrência de mudanças ocorridas na sociedade brasileira com o próprio acúmulo profissional, o Serviço Social se desenvolveu teórica e praticamente, laicizou-se, diferenciou-se e, na entrada dos anos noventa, apresenta-se como profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente.

A dinâmica deste processo – que conduziu à consolidação profissional do Serviço Social – materializou-se em conquistas teóricas e ganhos práticos que se revelaram diversamente no universo profissional. No plano da reflexão e da normatização ética, o Código de Ética Profissional de 1986 foi uma expressão daquelas conquistas e ganhos, através de dois procedimentos: negação da base filosófica tradicional, nitidamente conservadora, que norteava a "ética da neutralidade", e afirmação de um novo perfil do

técnico, não mais um agente subalterno e apenas executivo, mas um profissional competente teórica, técnica e politicamente.

De fato, construía-se um projeto profissional que, vinculado a um projeto social radicalmente democrático, redimensionava a inserção do Serviço Social na vida brasileira, compromissando-o com os interesses históricos da massa da população trabalhadora. O amadurecimento deste projeto profissional, mais as alterações ocorrentes na sociedade brasileira (com destaque para a ordenação jurídica consagrada na Constituição de 1988), passou a exigir uma melhor explicitação do sentido imanente do Código de 1986. Tratava-se de objetivar com mais rigor as implicações dos princípios conquistados e plasmados naquele documento, tanto para fundar mais adequadamente os seus parâmetros éticos quanto para permitir uma melhor instrumentalização deles na prática cotidiana do exercício profissional.

A necessidade da revisão do Código de 1986 vinha sendo sentida nos organismos profissionais desde fins dos anos oitenta. Foi agendada na plataforma programática da gestão 1990/1993 do CFESS. Entrou na ordem do dia com o I Seminário Nacional de Ética (agosto de 1991) perpassou o VII CBAS (maio de 1992) e culminou no II Seminário Nacional de Ética (novembro de 1992), envolvendo, além do conjunto CFESS/CRESS, a ABESS, a ANAS e a SESSUNE. O grau de ativa participação de assistentes sociais de todo o País assegura que este novo Código, produzido no marco do mais abrangente debate da categoria, expressa as aspirações coletivas dos profissionais brasileiros.

A revisão do texto de 1986 processou-se em dois níveis. Reafirmando os seus valores fundantes – a liberdade e a justiça social -, articulou-os a partir da exigência democrática: a democracia é tomada como valor ético-político central, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade. É ela, ademais, que favorece a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais e das tendências à autonomia e à autogestão social. Em segundo lugar, cuidou-se de precisar a normatização do exercício profissional de modo a permitir que aqueles valores sejam retraduzidos no relacionamento entre assistentes sociais, instituições/organizações e população, preservando-se os direitos e deveres profissionais, a qualidade dos serviços e a responsabilidade diante do usuário.

A revisão a que se procedeu, compatível com o espírito do texto de 1986, partiu da compreensão de que a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade. Esta concepção já contém em si mesma, uma projeção de sociedade – aquela em que se propicie aos trabalhadores um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação. É ao projeto social aí

implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social – e cabe pensar a ético como pressuposto teórico político que remete para o enfrentamento das contradições postas à Profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

TÍTULO DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.1º – Compete ao Conselho Federal de Serviço Social:

- a) zelar pela observância dos princípios e diretrizes deste Código, fiscalizando as ações dos Conselhos Regionais e a prática exercida pelos profissionais, instituições e organizações na área do Serviço Social;
- b) introduzir alteração neste Código, através de uma ampla participação da categoria, num processo desenvolvido em ação conjunta com os Conselhos Regionais;
- c) como Tribunal Superior de Ética Profissional, firmar jurisprudência na observância deste Código e nos casos omissos.

Parágrafo único – Compete aos Conselhos Regionais, nas áreas de suas respectivas jurisdições, zelar pela observância dos princípios e diretrizes deste Código, e funcionar como órgão julgador de primeira instância.

TÍTULO II-DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES GERAIS DO ASSISTENTE SOCIAL

Art. 2º – Constituem direitos do assistente social:

- a) garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código;
- b) livre exercício das atividades inerentes à Profissão;
- c) participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais;
- d) inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional;
- e) desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional;
- f) aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código;
- g) pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população;
- h) ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções;
- i) liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.

Art. 3º – São deveres do assistente social:

- a) desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor;
- b) utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão;
- c) abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;
- d) participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

Art. 4º – É vedado ao assistente social:

- a) transgredir qualquer preceito deste Código, bem como da Lei de Regulamentação da Profissão;
- b) praticar e ser conivente com condutas antiéticas, crimes ou contravenções penais na prestação de serviços profissionais, com base nos princípios deste Código, mesmo que estes sejam praticados por outros profissionais;
- c) acatar determinação institucional que fira os princípios e diretrizes deste Código;
- d) compactuar com o exercício ilegal da Profissão, inclusive nos casos de estagiários que exerçam atribuições específicas, em substituição aos profissionais;
- e) permitir ou exercer a supervisão de aluno de Serviço Social em Instituições Públicas ou Privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao aluno estagiário;
- f) assumir responsabilidade por atividade para as quais não esteja capacitado pessoal e tecnicamente;
- g) substituir profissional que tenha sido exonerado por defender os princípios da ética profissional, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência;
- h) pleitear para si ou para outrem emprego, cargo ou função que estejam sendo exercidos por colega;
- i) adulterar resultados e fazer declarações falaciosas sobre situações ou estudos de que tome conhecimento;
- j) assinar ou publicar em seu nome ou de outrem trabalhos de terceiros, mesmo que executados sob sua orientação.

TÍTULO III – DAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS

CAPÍTULO I

Das Relações com os Usuários

Art. 5º – São deveres do assistente social nas suas relações com os usuários:

- a) contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;
- b) garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e conseqüências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrários aos valores e às crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios deste Código;
- c) democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários;
- d) devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;
- e) informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;
- f) fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional;
- g) contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;
- h) esclarecer aos usuários, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.

Art. 6º – É vedado ao assistente social:

- a) exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do usuário de participar e decidir livremente sobre seus interesses;
- b) aproveitar-se de situações decorrentes da relação assistente social – usuário, para obter vantagens pessoais ou para terceiros;

c) bloquear o acesso dos usuários aos serviços oferecidos pelas instituições, através de atitudes que venham coagir e/ou desrespeitar aqueles que buscam o atendimento de seus direitos.

CAPÍTULO II –

Das Relações com as Instituições Empregadoras e outras

Art. 7º– Constituem direitos do assistente social:

a) dispor de condições de trabalho condignas seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional;

b) ter livre acesso à população usuária;

c) ter acesso a informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais e sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais;

d) integrar comissões interdisciplinares de ética nos locais de trabalho do profissional, tanto no que se refere à avaliação da conduta profissional, como em relação às decisões quanto às políticas institucionais.

Art. 8º – São deveres do assistente social:

a) programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente;

b) denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste Código, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário;

c) contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária;

d) empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais;

e) empregar com transparência as verbas sob a sua responsabilidade, de acordo com os interesses e necessidades coletivas dos usuários.

Art. 9º– É vedado ao assistente social:

a) emprestar seu nome e registro profissional a firmas, organizações ou empresas para simulação do exercício efetivo do Serviço Social;

- b) usar ou permitir o tráfico de influência para obtenção de emprego, desrespeitando concurso ou processos seletivos;
- c) utilizar recursos institucionais (pessoal e/ou financeiro) para fins partidários, eleitorais e clientelistas.

CAPÍTULO III -

Das Relações com Assistentes Sociais e outros Profissionais

Art. 10 – São deveres do assistente social:

- a) ser solidário com outros profissionais, sem, todavia, eximir-se de denunciar atos que contrariem os postulados éticos contidos neste Código;
- b) repassar ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho;
- c) mobilizar sua autoridade funcional, ao ocupar uma chefia, para a liberação de carga horária de subordinado, para fim de estudos e pesquisas que visem o aprimoramento profissional, bem como de representação ou delegação de entidade de organização da categoria e outras, dando igual oportunidade a todos;
- d) incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar;
- e) respeitar as normas e princípios éticos das outras profissões;
- f) ao realizar crítica pública a colega e outros profissionais, fazê-lo sempre de maneira objetiva, construtiva e comprovável, assumindo sua inteira responsabilidade.

Art. 11 – É vedado ao assistente social:

- a) intervir na prestação de serviços que estejam sendo efetuados por outro profissional, salvo a pedido desse profissional; em caso de urgência, seguido da imediata comunicação ao profissional; ou quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada;
- b) prevalecer-se de cargo de chefia para atos discriminatórios e de abuso de autoridade;
- c) ser conivente com falhas éticas de acordo com os princípios deste Código e com erros técnicos praticados por assistente social e qualquer outro profissional;
- d) prejudicar deliberadamente o trabalho e a reputação de outro profissional.

CAPÍTULO IV

Das Relações com Entidades da Categoria e demais Organizações da Sociedade Civil

Art.12 – Constituem direitos do assistente social:

- a) participar em sociedades científicas e em entidades representativas e de organização da categoria que tenham por finalidade, respectivamente, a produção de conhecimento, a defesa e a fiscalização do exercício profissional;
- b) apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania.

Art. 13 – São deveres do assistente social:

- a) denunciar ao Conselho Regional as instituições públicas ou privadas, onde as condições de trabalho não sejam dignas ou possam prejudicar os usuários ou profissionais.
- b) denunciar, no exercício da Profissão, às entidades de organização da categoria, às autoridades e aos órgãos competentes, casos de violação da Lei e dos Direitos Humanos, quanto a: corrupção, maus tratos, torturas, ausência de condições mínimas de sobrevivência, discriminação, preconceito, abuso de autoridade individual e institucional, qualquer forma de agressão ou falta de respeito à integridade física, social e mental do cidadão;
- c) respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras.

Art. 14 – É vedado ao assistente social valer-se de posição ocupada na direção de entidade da categoria para obter vantagens pessoais, diretamente ou através de terceiros.

CAPÍTULO V

Do Sigilo Profissional

Art. 15 – Constitui direito de o assistente social manter o sigilo profissional.

Art. 16 – O sigilo protegerá o usuário em tudo aquilo de que o assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.

Parágrafo único – Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.

Art. 17 – É vedado ao assistente social revelar sigilo profissional.

Art. 18 – A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.

Parágrafo único – A revelação será feita dentro do estritamente necessário, quer em relação ao assunto revelado, quer ao grau e número de pessoas que dele devam tomar conhecimento.

CAPÍTULO VI -

Das Relações do Assistente Social com a Justiça

Art. 19 – São deveres do assistente social:

a) apresentar à justiça, quando convocado na qualidade de perito ou testemunha, as conclusões do seu laudo ou depoimento, sem extrapolar o âmbito da competência profissional e violar os princípios éticos contidos neste Código.

b) comparecer perante a autoridade competente, quando intimado a prestar depoimento, para declarar que está obrigado a guardar sigilo profissional nos termos deste Código e da Legislação em vigor.

Art. 20 – É vedado ao assistente social:

a) depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado;

b) aceitar nomeação como perito e/ou atuar em perícia quando a situação não se caracterizar como área de sua competência ou de sua atribuição profissional, ou quando infringir os dispositivos legais relacionados a impedimentos ou suspeição.

TÍTULO VII

-Da Observância, Penalidades, Aplicação e Cumprimento Deste Código

Art. 21– São deveres do assistente social:

a) cumprir e fazer cumprir este Código;

b) denunciar ao Conselho Regional de Serviço Social, através de comunicação fundamentada, qualquer forma de exercício irregular da Profissão, infrações a princípios e diretrizes deste Código e da legislação profissional;

c) informar, esclarecer e orientar os estudantes, na docência ou supervisão, quanto aos princípios e normas contidas neste Código.

Art. 22 – Constituem infrações disciplinares:

- a) exercer a Profissão quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não inscritos ou impedidos;
- b) não cumprir, no prazo estabelecido, determinação emanada do órgão ou autoridade dos Conselhos, em matéria destes, depois de regularmente notificado;
- c) deixar de pagar, regularmente, as anuidades e contribuições devidas ao Conselho Regional de Serviço Social a que esteja obrigado;
- d) participar de instituição que, tendo por objeto o Serviço Social, não esteja inscrita no Conselho Regional;
- e) fazer ou apresentar declaração, documento falso ou adulterado, perante o Conselho Regional ou Federal.

Das Penalidades

Art. 23 – As infrações a este Código acarretarão penalidades, desde a multa à cassação do exercício profissional, na forma dos dispositivos legais e/ ou regimentais.

Art. 24 – As penalidades aplicáveis são as seguintes:

- a) multa;
- b) advertência reservada;
- c) advertência pública;
- d) suspensão do exercício profissional;
- e) cassação do registro profissional.

Parágrafo único – Serão eliminados dos quadros dos CRESS, aqueles que fizerem falsa prova dos requisitos exigidos nos Conselhos.

Art. 25 – A pena de suspensão acarreta ao assistente social a interdição do exercício profissional em todo o território nacional, pelo prazo de 30 (trinta) dias a 2 (dois) anos.

Parágrafo único – A suspensão por falta de pagamento de anuidades e taxas só cessará com a satisfação do débito, podendo ser cassada a inscrição profissional após decorridos três anos da suspensão.

Art. 26 – Serão considerados na aplicação das penas os antecedentes profissionais do infrator e as circunstâncias em que ocorreu a infração.

Art. 27 – Salvo nos casos de gravidade manifesta, que exigem aplicação de penalidades mais rigorosas, a imposição das penas obedecerá à gradação estabelecida pelo artigo 24.

Art. 28 – Para efeito da fixação da pena serão considerados especialmente graves as violações que digam respeito às seguintes disposições:

Art. 3º – alínea c

Art. 4º – alínea a, b, c, g, i, j

Art. 5º – alínea b, f

Art. 6º – alínea a, b, c

Art. 8º – alínea b, e

Art. 9º – alínea a, b, c

Art.11 – alínea b, c, d

Art. 13 – alínea b

Art. 14

Art. 16

Art. 17

Parágrafo único do art. 18

Art. 19 – alínea b

Art. 20 – alínea a, b

Parágrafo único – As demais violações não previstas no "caput", uma vez consideradas graves, autorizarão aplicação de penalidades mais severas, em conformidade com o art. 26.

Art. 29 – A advertência reservada, ressalvada a hipótese prevista no art. 32 será confidencial, sendo que a advertência pública, suspensão e a cassação do exercício profissional serão efetivadas através de publicação em Diário Oficial e em outro órgão da imprensa, e afixado na sede do Conselho Regional onde estiver inserido o denunciado e na Delegacia Seccional do CRESS da jurisdição de seu domicílio.

Art. 30 – Cumpre ao Conselho Regional a execução das decisões proferidas nos processos disciplinares.

Art. 31 – Da imposição de qualquer penalidade caberá recurso com efeito suspensivo ao CFESS.

Art. 32 – A punibilidade do assistente social, por falta sujeita a processo ético e disciplinar, prescreve em 05 (cinco) anos, contados da data da verificação do fato respectivo.

Art. 33 – Na execução da pena de advertência reservada, não sendo encontrado o penalizado ou se este, após duas convocações, não comparecer no prazo fixado para receber a penalidade, será ela tornada pública.

§Parágrafo Primeiro – A pena de multa, ainda que o penalizado compareça para tomar conhecimento da decisão, será publicada nos termos do Art. 29 deste Código, se não for devidamente quitada no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da cobrança judicial.

§Parágrafo Segundo – Em caso de cassação do exercício profissional, além dos editais e das comunicações feitas às autoridades competentes interessadas no assunto, proceder-se-á a apreensão da Carteira e Cédula de Identidade Profissional do infrator.

Art. 34 – A pena de multa variará entre o mínimo correspondente ao valor de uma anuidade e o máximo do seu décuplo.

Art. 35 – As dúvidas na observância deste Código e os casos omissos serão resolvidos pelos Conselhos Regionais de Serviço Social "ad referendum" do Conselho Federal de Serviço Social, a quem cabe firmar jurisprudência.

Art. 36 – O presente Código entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, revogando-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de março de 1993.

MARLISE VINAGRE SILVA

Presidente do CFESS

Publicado no Diário Oficial da União N 60, de 30.03.93, Seção I, páginas 4004 a 4007 e alterado pela Resolução CFESS n.º 290, publicada no Diário Oficial da União de 11.02.94.

http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_etica_cfess.pdf

Paulista, Maria Inês.

O passado sempre presente: as concepções de formação profissional na história da Faculdade Paulista de Serviço Social – 1960-2000. / Maria Inês Paulista. – São Paulo : 2009.

174 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Nove de Julho – UNINOVE, 2009.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Bauer de Souza.

1. Educação. 2. Serviço social. 3. Instituições escolares. 4. Formação profissional.

CDU 371.13